

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
CONTEMPORÂNEIDADE -
MESTRADO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORÂNEIDADE

IRANDIR SOUZA DA SILVA

RESISTÊNCIA CULTURAL E TRADIÇÃO CIGANA
Um estudo das tensões no processo de negação/preservação da identidade
étnica na comunidade cigana de Utinga-Bahia

Salvador
2010

IRANDIR SOUZA DA SILVA

RESISTÊNCIA CULTURAL e TRADIÇÃO CIGANA
Um estudo das tensões no processo de negação/preservação da identidade
étnica na comunidade cigana de Utinga-Bahia

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Profa. Dra. Lívia Alessandra Fialho Costa.

Salvador
2010

IRANDIR SOUZA DA SILVA

RESISTÊNCIA CULTURAL e TRADIÇÃO CIGANA
Um estudo das tensões no processo de negação/preservação da identidade
ética na comunidade cigana de Utinga-Bahia

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Livia Alessandra Fialho Costa – UNEB (Orientadora)

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a Cravina Cravo (in memoriam), minha eterna amiga e a meu amado filho “Dante”, minha dádiva de Deus.

AGRADECIMENTOS

A professora Livia Fialho, por ter me acompanhado nessa caminhada, e pela paciência, compreensão que tanto necessitei nos momentos difíceis que atravessei. A ela toda minha gratidão.

Aos coordenadores do mestrado, por terem aceitado a minha reintegração, aos funcionários do PPGEduc, aos professores, em especial, Delcele Mascarenhas, mulher por quem tenho tamanha admiração. Aos colegas do curso, Vânia, Luciana e Flóri pessoas fantásticas que me fortaleceram nessa caminhada.

Aos colaboradores da comunidade cigana, em especial “o velho Basílio”, homem que conserva aos seus 80 anos uma memória impecável. A Escolástico Vaz e família, pela acolhida na sua residência durante as coletas de dados, e pelas brilhantes informações. Sem sua intermediação não seria possível realizar esse trabalho.

A Ane, pessoa a quem confiei cuidar de meu filho para que eu pudesse realizar esse trabalho, sua ajuda foi fundamental para essa escrita.

A Gal e Souza que me emprestaram o confortável silêncio de sua residência para que eu pudesse estudar, meu muito obrigada.

A Lea, que com gestos de carinho e solidariedade, esteve sempre disposta a me ajudar. Amiga, te agradeço.

Ao meu esposo, grande companheiro nessa jornada que renunciou suas noites de sono, me acompanhando e cuidando de nosso filho Dante, para que eu pudesse me dedicar com mais tranquilidade às leituras e à escrita. Meu muito obrigado pelas palavras de encorajamento nos momentos difíceis. E você sabe o quanto foi complicado reconstruir essa escrita; sem seu apoio essa conquista seria impossível.

Enfim, a todos que torceram por mim, meu muito obrigado!

O Céu é meu teto; a Terra é minha pátria e a Liberdade é minha religião. O grande lema do Povo Cigano.

RESUMO

Esta dissertação é um estudo de caso acerca dos mecanismos de resistência cultural utilizados pelos representantes da gerontocracia cigana da comunidade cigana situada na cidade de Utinga, região central do Estado da Bahia, entre a Chapada Diamantina Meridional e a Setentrional. O objetivo do trabalho é compreender como o conjunto de tradições ciganas desse grupo tem se perpetuado através de gerações, apesar das interferências sócio-culturais em novas redes de sociabilidade do universo não-cigano. A escola formal é, nesse sentido, um espaço aglutinador de conflitos e tensões, uma vez que se diferencia do modelo educacional tradicional cigano. Este objeto leva-nos a refletir sobre a dinâmica contemporânea que incide na premissa de que se vive em um mundo em permanente mudança, logo, a identidade étnica também se adapta e se transforma consoante os relacionamentos que os indivíduos mantêm com a realidade social envolvente. Assim, esta pesquisa tem também por intuito realizar um registro dos valores preservados, na contemporaneidade, na tradição cigana, atentando para a percepção de que muitos desses costumes foram ressignificados nesse contexto contemporâneo, a partir de fatores de interferência advindos de relações sociais estabelecidas externamente ao grupo. Interessa-se, desse modo, pelo entrelaçamento dos valores ciganos com a cultura “brasileira” local, que resulta numa reorganização da tradição, sem, contudo gerar uma perda completa de seus traços identitários. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujo método principal de coleta de dados foi a etnografia. Permaneceu-se em Utinga de 2006 até 2008 sendo feitas 10 visitas nesse período. Além da observação participante, foram realizadas 15 entrevistas formais com membros da comunidade, além do registro fotográfico e um caderno de campo de festas e eventos comemorativos locais. Do ponto de vista teórico, esta dissertação está ancorada num referencial das Ciências Sociais e da Educação que discute a questão da sociabilidade, da socialização e da identidade étnica na contemporaneidade.

Palavras- chave: resistência, cultura cigana, escola, identidade étnica, contemporaneidade.

ABSTRACT

This research work represents a case study about the mechanisms of cultural resistance that have been used by representatives of the Gypsy gerontocracy from Zingara Community in Utinga located in central Bahia State, Chapada Diamantina between the Southern part and Northern one. This study aims to reflect and understand how the gypsy traditions of that group has perpetuated through the new generations despite the new socio-cultural interference in new social networks of non-Gypsy world. This object leads us to reflect on the current dynamics that we live in a world of constant changes, so the ethnic identity also adapts and changes through the relationships that individuals have with the surrounding social reality. This research has also held a record order of the values preserved in the contemporary world in Gypsy tradition, paying attention to the perception that many of these customs have been reinterpreted in this contemporary context from interfering factors arising from social relations outside the group. This research is interested in the intertwining of the gypsy values with the Brazilian local culture, which results in a reorganization of the tradition, but without losing their identity features completely. This research is interested in the process of socialization as well as the conflicts that appear from it.

Keywords: resistance, gypsy culture, ethnic identity, contemporaneity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01.....	Vocabulário calon	40
Figura 02.....	Vocabulário calon	41
Figura 03.....	Jovem calon	44
Figura 4.....	Estudantes calons	44
Figura 5.....	Mãe e filho calons	44
Figura 6.....	Irmãos calons década de 60	50
Figura 7.....	Época da itinerância, 1960	50
Figura 8.....	Condução de gado, 2008	50
Figura 9.....	Carro de luxo.....	52
Figura 10.....	Exibição de carros e som	52
Figura 11.....	Tenda cigana	53
Figura 12.....	Interior de residência cigana	53
Figura 13.....	Garagem de residência cigana	54
Figura 14.....	Interior de residência cigana	54
Figura 15.....	Grupo reunido década 60	55
Figura 16.....	Exibição de equino 1960.....	55
Figura 17.....	Sala de jantar dos Almeidas	56
Figura 18.....	Cozinha dos Almeidas	56
Figura 19.....	Ciganas em conversas	57
Figura 20.....	Ciganas em dia de festa	57
Figura 21.....	Frente de casa cigana	57
Figura 22.....	Rua sem calçar onde residem ciganos.....	57
Figura 23.....	Momento de lazer cigano (Conversar)	59
Figura 24.....	Ciganos em momento de descontração	59
Figura 25.....	Momento de saciação cigana	60
Figura 26.....	Dia de festa ciganos reunidos em bar	60
Figura 27.....	Verso escrito da fotografia 1963	74
Figura 28.....	Casamento Gileno 1963	74
Figura 29.....	Jovem calon	75
Figura 30.....	Jovem cigana calon	75
Figura 31.....	Jovem Senhora calon	75
Figura 32.....	Contrato Civil de Coabitação	76

Figura 33.....	Civil de Coabitação.....	76
Figura 34.....	Ato cerimonial	76
Figura 35.....	Contrato civil	76
Figura 36.....	Assinatura contratual	76
Figura 37.....	Festa Matrimonial	77
Figura 38.....	Ciganos em dia festa	77
Figura 39.....	Cortejo cerimonial	77
Figura 40.....	Cortejo com os noivos	77
Figura 41.....	Clube social - local do cerimonial	77
Figura 42.....	Clube social - a espera dos noivos	77
Figura 43.....	Vereador cigano	78
Figura 44.....	Professor cigano	78
Figura 45.....	Casal no baile	78
Figura 46.....	Brasileira cigana	86
Figura 47.....	Crianças ciganas e brasileira	86
Figura 48.....	Cortando verdura no passeio	87
Figura 49.....	Lavando pratos na porta.....	87
Figura 50.....	Oficina cigana 2007, Brasília.	97
Figura 51 nas oficina, 2007, Brasília		97
Figura 52.....	Capa da cartilha do Povo Cigano.....	98
Figura 53.....	Caravana cigana	103
Figura 54.....	Cigana Papulsza	103
Figura 55.....	Violenista da Kompania de Papulsza	104
Figura 56.....	Crianças ciganas e brasileiras na escola	116
Figura 57.....	Criança cigana no ensino infantil.....	116
Figura 58.....	Adolescentes calins	117
Figura 59.....	Calins na sala de aula	117
Figura 60.....	Ciganos e gajos	117
Figura 61.....	Ciganas escolarizadas	117
Figura 62.....	Mãe cigana estudando com o filho	117
Figura 63.....	Crianças vindas do reforço escolar	122
Figura 64.....	Escola de reforço	122
Figura 65.....	Mãe cigana ensinando	122
Figura 66.....	Festa cigana	122

Figura 67.....	Meninas ciganas bailando	122
Figura 68.....	Sono dos calins	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Distribuição do degredo por séculos	28
Gráfico 2	Tipos de crime' dos degredos para o Brasil	28
Gráfico 3	Lugares de degredo	29
Gráfico 4	Divisão de ciganos de acordo com a idade.....	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Medidas, governamentais direcionadas aos ciganos portugueses.....	30
Quadro 2	Casamentos desfeitos.....	71
Quadro 3	Alunos matriculados por série do maternal a 8ª série	116

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. CAPÍTULO I: TRAÇANDO O CAMINHO	17
2.1. O <i>locus</i> : Bairro Capelinha, o bairro da comunidade cigana	17
2.2. O universo estudado: percurso metodológico	18
2.3. Delineado os capítulos	20
3. CAPÍTULO II: O MISTÉRIO DA ORIGEM – SER CIGANO	22
3.1. A história do povo cigano	22
3.2. Ciganos portugueses deportados para terras brasileiras	25
3.3. Os estereótipos negativos e o mistério da origem	33
3.4. A língua cigana – principal fonte de identificação étnico-espacial	37
3.5. Legitimação dos roms.	41
3.6. Os sedentários pecuaristas ciganos de Utinga	49
3.7. Mudanças: vida urbana	54
3.8. Lógica a temporal cigana	59
4. CAPÍTULO III: ENTRE O SILÊNCIO QUE GRITA E AS VOZES SILENCIADAS	62
4.1. Tradição cigana; organização familiar /os vários modelos.	62
4.2. Os hóspedes em terras brasileiras	63
4.3. Os jovens ciganos: continuidade ou esgarçamento da tradição	64
4.4. Laços matrimoniais: do modelo tradicional aos estilos contemporâneos	72
4.5. A questão de gênero no universo cigano	86
5. CAPÍTULO IV: LEIS! PARA QUEM?	93
5.1. Legislação e educação cigana	93
5.2. Os ciganos diante da legislação educacional brasileira	101
5.3. A escassez do setor produtivo cigano Portugal, Paraíba e Utinga	107
5.4. Os ciganos frente ao mundo do trabalho e a necessidade de escolarização	112
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133

1. INTRODUÇÃO

Recortar um objeto de estudo é tarefa árdua na medida em que exige, de um lado, um bom conhecimento e domínio do tema e, do outro, um cálculo entre o nosso interesse particular como pesquisador e o que merece ser pesquisado - no sentido de ser original e trazer novas informações para o campo acadêmico. Assim, em nenhum caso de construção de um objeto, prevalece apenas uma lógica. Ao contrário, é necessário dominar uma série de aspectos para se chegar numa sistematização daquilo que parece ser interessante e inovador. Estudar os ciganos de Utinga era a minha pretensão inicial. O interesse de fazer esta pesquisa surgiu a partir de 1992, quando conheci uma comunidade de ciganos que vivia de forma sedentarizada na cidade baiana de Utinga, na Chapada Diamantina, Bahia. Este desejo originou-se de uma visita feita a um amigo de infância, de descendência cigana, morador da comunidade. Ao observar o estilo de vida daquelas pessoas era notório que se tratava de um grupo étnico minoritário, aparentando lutar para continuar existindo com suas tradições e singularidades, demarcando fronteiras territoriais e culturais, mas também assimilando valores da cultura local.

Logo descobri que não seria possível realizar uma etnografia da vida dos ciganos, pois fazer etnografia requer tempo para observar, morar com eles, frequentar suas festas, fazer-me próxima e distante; juntar dados estatísticos, fazer comparações, sistematizar informações, realizar generalizações. O tempo era bastante restrito para isso. Além do mais, mesmo as etnografias realizadas por antropólogos, não são de amplitude demasiada. Realiza-se uma etnografia para conhecer/descrever a vivência de um aspecto ou dois da realidade do pesquisado. Fazer uma etnografia total dos ciganos de Utinga foi por água abaixo logo nas primeiras sessões de orientação. Incitada a refletir sobre o que mais me chamava a atenção em Utinga, em confronto com o que eu já havia lido sobre os ciganos, despertei os ouvidos para as histórias dos conflitos experimentados pelos jovens ciganos em relação aos ensinamentos da tradição passados pelos mais velhos. Assim, comecei a construir o meu objeto de investigação para essa dissertação: *os mecanismos de sustentação e resistência cultural da tradição cigana diante das interações de alteridades da sociedade englobante*.

A idéia inicial era analisar o processo de aculturação desse grupo, que se via diante da sociedade de “brasileiros”¹. Surgia, assim, o segundo impasse no recorte e construção do

¹Os ciganos utilizam o termo “brasileiro” para diferenciar sua identidade e suas fronteiras com relação aos nacionais locais.

objeto: o lidar com os aspectos teóricos subjacentes aos termos e aos posicionamentos. O termo “aculturação” vem carregado de significados desvendados pela antropologia mais contemporânea que ressalta o caráter pouco apropriado do termo, por entender que ‘aculturação’ é um processo passivo, uma espécie de absorção crua dos valores do outro. O movimento de reformulação de conceitos, próprio às ciências, ajuda-nos, sem dúvida, a repensar a realidade e a construí-la de forma mais apropriada. Interação de alteridades apresentou-se a mim como um conceito interessante e capaz de dar conta da realidade estudada: os ciganos, enquanto grupo étnico desterritorializado, encontra-se em meio à situação de interagir com a sociedade mais ampla, no caso, a brasileira. Esta interação resulta não só na emergência de conflitos, mas também num convívio cotidiano de aproximação e absorção de valores.

Nos anos 70, um amigo cigano, acompanhado de seus familiares, acampam e se instalam provisoriamente no município de Ibiquera, onde nasci, localizado na Chapada Diamantina. Nessa época, praticavam o nomadismo e viviam negociando cavalos. A chegada do grupo em montaria trazia em seus cavalos os mais variados objetos. Quinquilharias penduradas nos espaços externos dos baús de couro, objetos de alumínio e ferro de uso doméstico ajudavam a compor o cenário exótico e barulhento daqueles viajantes pouco esperados pelos moradores locais. No interior dos baús, grandes volumes dos vestuários ciganos, além de roupas de cama e jóias preciosas. Outro detalhe que compunha o cenário de chegada eram as lindas mulheres ciganas, sentadas de lado nas selas dos cavalos com seus extravagantes vestidos coloridos, carregando seus filhos pequenos no colo. Toda essa movimentação causava certa agitação na pequena cidade com aproximadamente 2.500 mil habitantes.

Os ciganos chamavam a atenção quando em seus trajetos nômades: a presença cigana mudava a rotina das pessoas daquele lugar, despertava insegurança na população. A presença aguçava também um olhar curioso e admirador dos habitantes locais, para além dos estereótipos negativos. Vê-los armando suas barracas de lona era uma diversão para os moradores, especialmente para as crianças e jovens daquele lugar. O modo de vida cigano causava antes estranheza e não medo. Eles incomodavam a partir do momento em que abordavam moradores, batiam à porta das casas em busca de água para beber ou quando solicitavam alguma ajuda de gênero alimentício. Esta é, talvez, a minha primeira memória da chegada dos ciganos no município de Ibiquera. A partir dessa época, foram permanecendo naquela localidade – o que era para durar dias, semanas, tornou-se anos. Iniciava-se assim, o processo de sedentarização e abandono do costume da vida nômade por parte deste grupo.

Embora a itinerância seja uma característica comum a esse grupo, muitos fixaram residência e de barracas passaram a viver em casas residenciais, permanecendo com moradia fixa até o presente ano, 2010.

É comum verificar a existência de uma constante itinerância entre os membros ciganos, seja em função dos casamentos endogâmicos, prevalecendo o costume do arranjo familiar, ou em função da busca de melhores condições econômicas para desenvolver seus negócios baseados na venda e troca de animais ou empréstimos. Atualmente, restam no município de Ibiquera apenas oito famílias. Alguns dos membros estão lá há mais de 25 anos e têm idades entre 60 e 70 anos e uns poucos casais jovens que constituíram famílias e lá permaneceram. Encontra-se, entre eles, um jovem com grande capacidade de liderança, fato que se configura não só pelo seu grau de instrução (formação em técnicas agrícolas, o que para o grupo representa a posse de grande status), mas pela visibilidade que conquistou pela participação na política local, tendo já cumprido quatro mandatos como vereador. A escolha matrimonial deste jovem, no entanto, difere das orientações procedimentais da comunidade cigana: é casado com uma mulher de origem não-cigana, “brasileira”, com formação técnica em magistério. Alguns ciganos mudaram-se para outras comunidades próximas, em municípios circunvizinhos, entre eles a cidade de Utinga, considerada hoje o maior ajuntamento de famílias ciganas da Chapada Diamantina, em torno do qual a pesquisa se desenvolveu.

2. CAPÍTULO I: TRAÇANDO O CAMINHO

2.1. O *locus*: Bairro Capelinha, o bairro da comunidade cigana

O município de Utinga fica localizado na região central do Estado da Bahia, entre a Chapada Diamantina Meridional e a Setentrional, distante 415 km de Salvador, apresentando uma população com cerca de 20 mil habitantes, sendo que 10 mil, aproximadamente, residem na Sede. A economia do município tem como base a agricultura e a pecuária destacando-se a criação de animais bovinos. Em 1971, um grupo de ciganos, liderado pelo cigano Braulito Ferreira, dirige-se e instala-se em Utinga, particularmente nos distritos de Mocambo e São Roque da jibóia, surgindo aí os primeiros sinais de fixação. Atualmente, aos 77 anos, o senhor Braulito ainda é o líder incontestado do grupo. Residem hoje na Sede do município, praticamente todos no mesmo bairro, chamado de Capelinha, um conjunto residencial que ocupa cinco ruas, misturados com vizinhos *jurons*², conglomerando um total de 60 famílias imbricadas por grau próximo de parentesco.

Esta pesquisa está, alicerçada na etnografia; configura-se como estudo de caso e o objeto central da investigação situa-se na compreensão dos mecanismos de resistência desenvolvidos na comunidade cigana para assegurar, com as novas gerações, a perpetuação dos valores da tradição a partir das interferências sócio-culturais do mundo não-cigano. Este objeto leva-nos a refletir sobre a dinâmica contemporânea que incide na premissa de que se vive em um mundo em permanente mudança. Logo, a identidade étnica também se adapta e se transforma consoante os relacionamentos que os indivíduos mantêm com a realidade social envolvente.

A maior parte dos estudos sobre os ciganos tem sido de caráter etnológico, por vezes com alguma propensão para o fascínio folclorista, proveniente de alguns traços que podem ser considerados “exóticos”, no conjunto das características deste tipo de agrupamento. Há, ainda, uma carência de estudos e abordagens sobre as condições de cidadania por parte das comunidades ciganas, ou seja, sobre as condições de desenvolvimento socioeconômico, o seu grau de participação política e sua inclusão nos sistemas e medidas de política social, sobre igualdade de oportunidades, entre os gêneros e em relação às aspirações das novas gerações, mais permeáveis às novas sociabilidades incidindo em mudanças comportamentais.

² Juron é um termo utilizado pelos ciganos quando querem se referir aos brasileiros.

Os ciganos fazem parte das designadas “minorias étnicas”, classificadas pelas diferenças face a sociedade dominante, que assentam em traços distintivos fortes, como características fisionômicas peculiares e a partilha de valores sócio-culturais tradicionais e conservadores, arraigados no passado, o que lhes conferem uma dimensão de coesão comunitária e identitária confrontando-se com os grupos e atores sociais dominantes, através de um intenso processo de inculcamento de valores adquiridos a partir de sua sedentarização.

Desse modo, este trabalho busca entender o entrelaçamento dos valores ciganos com a cultura “brasileira” local, que resulta numa reorganização da tradição, sem, contudo, gerar uma perda completa de seus traços identitários. Por um lado, estuda o processo de sociabilização e, por outro, os conflitos daí oriundos.

Autores como Hall (2000) e Canclini (2003) afirmam que alguns grupos étnicos passaram por um processo de tradução e hibridação. Neste sentido, aos sujeitos implicados nesta pesquisa, aplicam-se estes dois conceitos, na medida em que trazem, na sua história recente, vínculos com suas tradições de origem, sem a ilusão essencialista de um retorno ao passado. Carregam traços das culturas, das tradições, da língua e das histórias particulares pelas quais foram marcados. A diferença é que estes traços não são e nunca serão unificados no velho sentido, porque são, irrevogavelmente, produtos de várias histórias e culturas interconectadas. As pessoas pertencentes a um processo cultural híbrido têm sido obrigadas, segundo Hall (2000) a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural perdida ou de absolutismo étnico porque elas foram irrevogavelmente traduzidas.

2.2. O universo estudado: percurso metodológico

Esta pesquisa enfrenta a dificuldade da ausência de fontes bibliográfico-documentais, na medida em que se trata de um grupo ágrafo, que não possui registros pessoais de sua história. Assim, tem também por intuito realizar um registro dos valores preservados, na contemporaneidade, na tradição cigana, atentando para a percepção de que muitos desses valores foram ressignificados no contexto contemporâneo, a partir de fatores de interferência advindos de relações sociais estabelecidas externamente ao grupo. Assim, para tentar compreender como a comunidade observada tem conseguido sobreviver, este estudo enunciou o seguinte questionamento: *Quais são os mecanismos de resistência cultural mobilizados pelos ciganos da comunidade de Utinga na preservação dos valores de suas tradições?*

Para buscar responder a esta questão-problema foi empregado um estudo metodológico qualitativo enunciado na perspectiva dos atores, a partir das interpretações dos seus próprios contextos empíricos. A etnografia nos auxiliou durante todas as etapas de coleta de dados. Foram realizadas entrevistas diretas com interlocutores na comunidade de Utinga, gravadas, transcritas integralmente, respeitando o relato/linguagem dos atores. Como solicita a etnografia, foram realizadas visitas de caráter observatório, relatadas no caderno de campo. Durante muitos meses tentava-se fazer uma simples pergunta, pois os sujeitos/autores quando desconfiavam que se tratava de uma investigação sobre cultura do seu povo, silenciavam. Duas pessoas foram imprescindíveis para a concretização dessa pesquisa e, sobretudo, para a coleta de dados: a primeira foi um ancião da comunidade, com uma brilhante memória que narrou várias situações vividas por eles, desde o período nômade até ocorrer a sedentarização; a segunda pessoa indispensável nesta participação foi um amigo, que se tornou informante-chave durante o percurso do trabalho. Trata-se de um *brasileiro-cigano*³ que me acompanhava pela comunidade, todas as vezes que era solicitado. Foram realizadas também análise de documentos históricos: cartas, ofícios, pareceres encontrados nas páginas dos raros livros que falam especificamente sobre a etnia cigana, dando ênfase aos recentes trabalhos de investigação etnográfica realizados no âmbito acadêmico.

O universo estudado abarcou como sujeito principal a juventude cigana com idade entre 12 e 25 anos, além dos homens, em especial os quatro mais velhos da comunidade, com idade entre 60 a 80 anos, perpetuadores diretos dos valores da tradição. Incluíram-se ainda, na amostra, as mulheres jovens (8) e as mais velhas (2), as quais dão sustentabilidade ao grupo. Outros sujeitos que fizeram parte dessa composição foram os professores (5), os coordenadores pedagógicos (2) e os diretores das escolas públicas e privadas (4) frequentadas pelas crianças e jovens ciganos. Esta composição da amostra implicou em uma análise específica contemplando cada elemento, enfatizando os mecanismos de resistência e delimitando a fronteira cultural utilizados na comunidade em torno da preservação de suas tradições. Esta comunidade cigana foi estudada e enunciada a partir de seus referenciais identitários e seus próprios códigos de conduta e valores, visando um estudo que privilegia o ponto de vista dessa categoria.

Inicialmente realizamos uma pesquisa de caráter exploratório, com objetivos bastante amplos. Assim, os objetivos iniciais visavam: 1/ analisar como os membros da comunidade cigana de Utinga conseguem manter suas tradições culturais, diante de toda conjuntura

³ Utilizei este termo devido a sua facilidade em manipular suas identidades ora com valores da cultura cigana, ora com valores da cultura brasileira.

contemporânea de outras possibilidades aculturativas vivenciadas em espaços diferentes ao do seu grupo de pertencimento; 2/ refletir a respeito do importante papel da juventude cigana para continuar perpetuando suas tradições através do modelo da família nuclear; 3/ analisar a função da mulher cigana quanto à perda de sua liberdade e à renúncia de sua individualidade em prol da preservação do núcleo familiar e das condições de submissão impostas pelo homem cigano; 4/ compreender e mapear os conflitos emergentes da relação cigana frente a educação formal. Desses objetivos foi possível concluir que socialmente o grupo foi sofrendo as mudanças decorrentes da própria dinâmica criada dentro da comunidade, a partir do processo de sedentarização e do abandono da vida nômade e dos contínuos envolvimento em novas redes de sociabilidades. Tanto a juventude quanto a mulher são sujeitos que indiretamente têm a responsabilidade de sustentarem a perpetuação de suas tradições, enquanto a educação formal, em parte, tem sido procurada para satisfazer determinada necessidade de interações sociais, no entanto, a escola tem sido um lugar de conflito decorrente do dualismo cultural existente.

2.3. Delineando os capítulos

O primeiro capítulo tratou do lócus estudado e do percurso metodológico; o segundo capítulo tratou da história do povo cigano apresentando um mapeamento da egressão inicial (Índia) aos locais onde possivelmente tenham visitado nos seus trajetos de diáspora. Esse capítulo trata também do processo de deportação para terras brasileiras, dos estereótipos negativos, da língua cigana – principal fonte de identificação étnico-espacial, da busca do reconhecimento dos roms; trata dos sedentários pecuaristas ciganos de Utinga e da lógica temporal cigana. O terceiro capítulo realizou uma abordagem sobre a tradição cigana, a organização familiar e as mudanças que vêm ocorrendo junto à juventude em relação aos valores da tradição (preservação da identidade étnica) e a inserção às novas redes de sociabilidades, além de abordar a questão do gênero em um ambiente de caráter machista.

No quarto capítulo foi discutido a educação formal e a importância dada pelos jovens à escola, em contraposição às concepções dos ciganos mais velhos. As observações foram feitas baseadas nas perspectivas dos discentes ciganos e não-ciganos, dos gestores educacionais, incluindo os coordenadores pedagógicos, além dos docentes que dirigem as classes freqüentadas pelos jovens ciganos, no intuito de perceber, através de suas práticas e

discursos, as idéias que conduzem seus pensamentos em relação ao tipo de educação que deve ser ministrada para essa categoria.

3. CAPÍTULO II: O MISTÉRIO DA ORIGEM – SER CIGANO

3.1. A história do povo cigano.

Ao longo do processo histórico civilizatório de predominância “branca” – classe que comandava a política centralizadora de dominação europeia – muitas violências foram cometidas, sendo muito expressiva a violência simbólica, caracterizada pela subjugação de vários povos cujos valores culturais foram renegados. Nesse processo, buscava-se a conversão da cosmovisão dos povos nativos à visão europeia e civilizatória de mundo. A dimensão epistemológica e cultural do processo de dominação não se limitou, entretanto, a produção do conhecimento sobre o sujeito colonizado e seu ambiente. O processo de dominação, na medida em que ia além da fase de extermínio-subjugação física, precisava afirmar-se culturalmente.

A História do povo cigano não fugiu a este processo de subjugação e extermínio, e está incluída na categoria de grupo minoritário perseguido e escravizado. Os dados historiográficos sobre os ciganos não vão além de um milênio, sendo a existência dessa etnia ainda um enigma a ser decifrado pela história.

Classifica-se, contemporaneamente, o povo cigano em três grupos: os *Rom*, os *Sinti* e os *Calons* ou *Kalé*. O primeiro grupo, os *Rom*⁴, ou *Roma*, fala a língua *romani* e está dividido em vários subgrupos, com denominações que lhes foram atribuídas de acordo a profissão e a localização histórica e geográfica de origem, entre eles se encontram os *Kalderash* (caldeiros que lidam com o cobre), os *lovara* (tratadores e comerciantes de cavalos), e os *tchurara* (entalhadores), *matchuaia* (especializados em ourivesaria e artes em geral). São predominantes nos países balcânicos, mas a partir do século XIX, migraram também para outros países europeus e para as Américas (MOONEN, 2000). O segundo grupo, denominado de *Sinti*, conhecido também pelo nome de *Manouch* fala a língua *sintó* e é mais encontrado na Alemanha, Itália e França. E o terceiro grupo, os *Calons* ou *Kalé*, fala a língua *calo* são mais vistos em Portugal e na Espanha, onde seus membros são chamados de *Gitanos*. Da península Ibérica migraram para a América e outros países da Europa, (TEIXEIRA, 2000).

Ainda se encontra envolta em mistérios a verdadeira identidade étnica dessa minoria apresentada pejorativamente com o nome de ciganos. Descrevê-los requer uma análise bastante minuciosa de sua cultura; a começar pelo termo genérico denominado “*cigano*”,

⁴ *Rom*, substantivo singular masculino, significa homem e, em determinados contextos, marido; plural *Roma*; feminino *Romni* e *Romniá*. O adjetivo *romani* é empregado tanto para a língua quanto para a cultura.

usado de forma generalizada e homogeneizadora para delinear um grupo e comunidades que sustentam valores culturais diversificados. Na obra “Os Ciganos no Brasil e Cancioneiros dos Ciganos”, Mello Filho, (1981, p. 22 - 3), apresenta várias definições que foram produzidas ao longo do processo histórico por diversos autores, as quais foram citadas abaixo. Conforme segue, a primeira citação foi definida por José Joaquim Caetano Ferreira no seu esboço de um dicionário jurídico; a segunda definição foi elaborada pelo lexicógrafo Antonio de Moraes e Silva; e a terceira por D. Raphael Bluteau, autor português de renome.

I - ‘Ciganos – Raça de gente vagabunda. O nome ciganos vem do italiano Zingari, uma geração oriundo do Egito, que, depois que este país foi conquistado, Sultão Selim em 1517, apareceu na Alemanha e se espalhou depois por toda Europa’(FERREIRA *apud* MORAES FILHO, 1981).

II - ‘Ciganos- Raça de gente vagabunda, que se diz do Egito, e pretende conhecer o futuro pelas raias ou linhas da mão; deste embuste vive’(SILVA *apud* MORAES FILHO, 1981).

III – Ciganos – Nome que o vulgo dá a uns homens vagabundos e embusteiros, que se fingem naturais do Egito e obrigados a peregrinar pelo mundo, sem assento nem domicílio permanentes, como descendentes dos que não quiseram agasalhar o Divino Infante quando a Virgem Santíssima e S. José peregrinavam com ele pelo Egito, (BLUTEAU *apud* MORAES FILHO, 1981).

A última definição foi publicada em Portugal no século XVIII, e traz um conceito que sinaliza para o axioma preconceituoso emitido pelo clero, em nome da igreja, instituição religiosa que exercia, na época, um grande poder ideológico.

No passado, a igreja tinha uma preocupação com o comportamento destes indivíduos considerados heréticos, principalmente porque muitas mulheres exerciam a *buena-dicha*⁵, atividade censurada rigorosamente pelo clero que as acusavam da prática de feitiçaria, tornando-as desprezíveis. Os ciganos desafiavam as normas e as ideologias da igreja católica, as quais tentavam, a todo instante, intimidá-los sem sucesso. Nos documentos históricos, constam vários tipos de penalidades, a eles impostas.

A Inquisição desencadeou uma terrível perseguição para com os indivíduos que seguiam padrões ideológicos contrários aos estabelecidos nas normas inquisitoriais. Estas pessoas eram consideradas incrédulas, perniciosas. Acusadas de praticarem feitiçaria e roubo, estavam sujeitas a todas as atrocidades cometidas pelo tribunal Inquisitorial. A prática da *buena-dicha* permitia que fossem consideradas mefistofélicas, conseqüentemente, merecedoras de castigos corporais e até mesmo banimento. O trecho citado abaixo confirma

⁵ Prática de ler as linhas das mãos

o posicionamento direcionado aos indivíduos que viviam no estado português, os quais eram perseguidos pelos tribunais inquisidores.

Sabe-se que a inquisição desenvolveu terrível perseguição aos hereges, judeus, seguidores da religião maometiana, moedeiros falsos, feiticeiros, bruxose sodomitas. A prática de ler a sorte – buena dicha – fazia com que eles fossem considerados pelo tribunal com signatários de pacto infernal e, portanto, merecedores de castigos corporais. A legislação ibérica explica o posicionamento do poder civil e religioso em relação aos ciganos que eram considerados, ao lado dos judeus e, algumas vezes, dos fiéis de Maomé, elementos perniciosos [...]. Em nome dos bons costumes e da unidade da fé, e contra todos aqueles que a isto não se subordinavam, foram tomadas medidas severas e muito distanciadas das páginas dos evangelhos. Os ciganos em sucessivas datas foram expulsos de Portugal, ora para terras da África, ora para o nosso País. (MOTTA, 1982 apud SENNA, 2005, p. 76)

As práticas de coação exercidas pelos tribunais Inquisidores, ao determinar as sanções aplicáveis a todos aqueles que seguiam um sistema de idéias antagônico ao estabelecido pelo Estado e pela Igreja, buscavam impelir a disseminação de novas ideologias e comportamentos, visando sempre à manutenção das normas de conduta estabelecidas pela instituição influente da época.

Numa época em que a religião estava profundamente consolidada em Portugal e em toda a Península Ibérica, os delitos contra o catolicismo não podiam ser impunes. A igreja associou-se ao trono na luta contra as ameaças sociais, políticas e religiosas do tempo. Todos os reis e príncipes tinham, entre outras missões, de fazer justiça, sobretudo com relação aos pecados e às faltas contra Deus. (PIERONI, 2006, p.72).

As penalidades eram determinadas de acordo com a infração cometida pelos sujeitos transgressores. Os castigos eram os mais diversos, indo desde açoites e degredos até pena de morte. No Brasil, quando ocorreu a visita dos representantes do Santo Ofício no Estado da Bahia, entre (1591 – 1592), foram encontrados ciganas e ciganos degredados cumprindo as determinações sentenciasais portuguesas. Algumas ciganas apareceram diante dos Inquisidores com o objetivo de confessar seus pecados, pois se diziam arrependidas das blasfêmias cometidas contra Deus. A cigana Bianca Fernandes declarou-se cristã-velha, natural de Lisboa, casada com Rodrigo Solis, filha de Francisco Álvares e de Maria Fernandes; dizia ter renegado a Deus, mas desse apotegma se arrependeu, confessando-se no Colégio de Jesus; mesmo cumprindo penitência, desejava ser novamente perdoada. Outra cigana chamada Violante Fernandes, filha de um falecido cigano, que veio cumprir pena por acusação de furto de burros, também renegou a Deus. Por estar chovendo muito dizia que "Deus urinava sobre

ela e queria afogar". A confissão lhe valeu um processo de degredo para fora da cidade. Não cumprindo a ordem que fora determinada pelo inquisidor do Santo Ofício, retornando antes do prazo estabelecido, recebeu uma nova penalidade: a mulher foi açoitada pelas ruas da cidade, além de sofrer as piores ameaças caso não exercesse novamente as determinações eclesiais (PIERONI,2006). Outra cigana, Apolônia Bustamente com idade de 30 anos degredada por furto, dissera ter renegado Deus umas 40 vezes, também clamava o perdão diante dos inquisidores (SENN,2005).

No livro *Vadios e Ciganos, Heréticos e Bruxos*, Pieroni (2006) narra alguns desses episódios citados e destaca o que ocorreu com uma cigana natural da Bahia de Todos os Santos, chamada de Inez Mendes de Andrade, filha dos ciganos Francisco de Andrade e Isabel da Mota, casada na capela de Santa Catarina da freguesia de Cotegipe na Bahia. Inez, após 10 meses de vida marital, fugiu para Pernambuco e casou-se novamente forjando testemunhas e declarações do pároco. Presa, foi enviada para os cárceres de Lisboa onde passou 07 meses, vindo a falecer no cárcere de Limoeiro. Estas histórias mostram que os ciganos sempre foram alvos de perseguição dos Tribunais da Inquisição; e, para mantê-los afastados do território português, muitos decretos e resoluções foram criados pelos governantes.

3.2. Ciganos portugueses deportados para terras brasileiras

Documentos históricos catalogados por Mello Filho (1981), China (2004), Teixeira (2000), indicam que a primeira deportação para as terras brasileiras, iniciada em território português, ocorreu no final do século XV e início do XVI. Foi nesse período que os ciganos chegaram à Europa Ocidental, de onde foram deportados para as Américas e África. Nunca foram imigrantes desejados. Inicialmente eram tolerados, devido às cartas de recomendação e salvo-condutos das autoridades civis e eclesiásticas que provavelmente queriam se livrar desses indivíduos, quando de passagem se hospedavam em seus países. Há vários registros das medidas tomadas pelas autoridades governamentais no sentido de expulsá-los dos países nos quais tentavam viver.

Em Portugal, ocorreu o primeiro ato de deportação com um cigano chamado João Torres, sua mulher e seus filhos que deveriam cumprir a pena de degredados de Portugal em terras brasileiras. O documento data de 1574, assinado por Dom Sebastião. A pena de galés imposta ao cigano foi comutada em desterro para o Brasil, podendo vir acompanhado de mulher e de seus filhos (PAIVA, 2006). Não se sabe ao certo qual tenha sido o verdadeiro

destino da família Torres. Até o momento não foi encontrada nenhuma documentação no Brasil, que confirme e comprove a chegada do casal e filhos em território brasileiro.

A primeira referência documental portuguesa relacionada aos ciganos data do início século XVI (1510), citado em o Cancioneiro Geral de Garcia Resende, e depois em 1521, na Farsa das Ciganas de Gil Vicente, mas foi a partir de 1526, no governo de D. João III, que se conhece o primeiro e mais antigo ato legislativo aplicado ao processo de exclusão e expulsão dos nômades ciganos do território português (COSTA, 1995 apud CORTESÃO, LUIS et al, 2005) também em seus estudos China (2004, p. 250-275) cita os sucessivos alvarás decretados pelas autoridades governamentais com este objetivo.

Em 1538, ficou estabelecido no segundo alvará que o não abandono do território Português resultaria em punição severa para aqueles que transgredissem as determinações da lei. Os infratores seriam punidos com prisões, açoites seguidos de expulsão. E para quem insistisse em voltar, teria como punição a divisão de todos os seus pertences. Estes dados são reafirmados nas ‘Ordenações filipinas’, Livro V, Título LXIX. Segundo China (2004, p. 253), existe a seguinte disposição:

‘Mandamos, que os ciganos, assi (SIC) homens e mulheres de qualquer nação que sejam, quem com os eles andarem, não entre em nossos Reinos e Senhorios. E entrando sejam presos e açoutados com barão e pregão. E feita a dita execução, lhe seja assignado termo de conveniente, em que se saião fora delles. E não se saindo dentro do dito termo, ou tornando outra vez entrar nelles, sejam outra vez açoutado, e percão o móvel que tiveram, e lhe fora chado, a metade para quem os acusar, e a outra para a misericórdia do lugar, onde forem presos; e sendo algumas ditas pessoas, que como os Ciganos andarem, naturaes destes Reinos, não serão lançados delles, mas serão alem das sobretitas penas degredados dous annos para África.’

Sem sucesso com as proibições, e pela continuada penetração do grupo cigano em Portugal, novas medidas foram tomadas: em 14 de março de 1573, D. Sebastião renova a política de expulsão estipulando um prazo de trinta dias para a saída dos ciganos; em 1592 o rei Filipe I, estabelece um prazo de até quatro meses, tempo determinado para que os ciganos pudessem sedentarizar-se ou abandonar o país. Para os que infringissem a lei, correriam o risco de serem condenados à pena de morte. Em 1597, um novo documento da Câmara Municipal de Elvas, comprova que os ciganos continuavam a vagar pelo país e que muitos crimes ocorridos lhes eram atribuídos:

[...] foi (sic) acordado que comvinha ao bem publico e quietaçã desta cidade nã se comsentirem nella os siganos que os dias pasados se vierã avisinar com precatório do corregedor do crime da Sidade de Lisboa, por quanto desde dito tempo pera ca se tinha feito muitos furtos de bestas e outras coizas

e andava a gente da cidade tão escandalizada que se temia hum mutim contra elles, maiormente depois que ouve alguns furtos que conhesidamente se soube serem feitos por elles; posto que as testemunhas não sabem especificadamente quais dos ditos siganos o fizesse; e alem diso por esta cidade ser de gente belicoza e da raia e acim de comtino acomtesem muitos crimes de diverças maneiras, os quais se emcobrem dibaicho desta capa de diserem que os fiserã os siganos, pello que determinarã que fossem notificados que dentro em tres dias se saicem desta cidade. (COELHO, 1995, *apud* MOONEN, 2000, p).

Outras ordenações foram estabelecidas, uma vez que os ciganos persistiam em desacatar os atos punitivos dos governantes portugueses, continuando a entrar no reino. Nos anos de 1603, 1606, 1613 e 1686 novas normas foram prescritas. O ato de 1686 enfatiza a necessidade de enviar os “desobedientes indivíduos” para suas colônias ultramarinas. Inicialmente, os ciganos eram deportados para as colônias africanas, sobretudo para Angola e Cabo Verde, mas em 1686, uma Provisão muda o degredo da África também para o Brasil devendo ocupar a região nordeste. Os ciganos foram enviados para o Estado do Maranhão, e, a partir de 1718, a Bahia. A escolha do Maranhão objetivava mantê-los afastados das áreas de mineração e de agricultura, longe dos principais portos da colônia localizados no Rio de Janeiro e Salvador (DONOVAN, 1992, *apud* TEIXEIRA, 2000). O fato é que ao serem enviados como degredados pelos governantes portugueses, a recomendação dada para os representantes da Coroa Real no Brasil, era de mantê-los longe dos grandes centros urbanos e comerciais da época. Os trechos abaixo constam na provisão de 1686

E (sic) quanto aos que já são naturais, filhos e netos de portugueses (porém com hábito, gênero e vida de ciganos), os obrigareis a tomarem domicilio certo, donde não poderão sair nem mudar sem minha especial licença, nem possam andar vagabundos em quadrilhas pelo reino [...] e em aqueles que encontrarem a Lei sobre eles estabelecida a fareis executar na forma que nela se contém, com declaração que a dita Lei dá para África sejam para o Maranhão. (CHINA, 2004, p. 266).

Na segunda parte, há as seguintes afirmações: ‘Tenho resoluto que com os Ciganos e Ciganas se pratique a lei, assim nesta Corte, como nas quais terras do Reino; com declaração que nos anos que a mesma Lei lhes impõem para África, serão para o Maranhão’. (CHINA, 2004, p. 266). Além do estado nordestino citado, outros estados nordestinos também foram receptores do grupo. A Bahia recebeu uns milhares a partir do decreto de 1718.

[...] no decreto de 11 de abril de 1718, foram degredados os ciganos do reino para a praça da cidade da Bahia, ordenando-se ao governador que ponha cobro e cuidado na proibição do uso de sua língua e gíria, [...] Foi por esta data, segundo o Sr. Pinto Noites, estimável e venerado *calon* de 89 anos, que chegaram ao Rio de Janeiro os avós e parentes – nove famílias para aqui

degredadas, em razão de roubo de quinto de ouro atribuído aos ciganos. (MORAES FILHO, 1981, p. 26).

Os dados históricos catalogados por Pieroni (2006, p.111) apontam que o processo de deportação cigana concretizou de fato no final do século XVII, quando a classe dominante começou a remoção dessa minoria para suas colônias, para se livrar da chamada “praga cigana”⁶. O autor apresenta de acordo com Conselho-Geral do Santo Ofício, o número de degredados que foram enviados para o Brasil, entre os séculos XVI e XVIII.

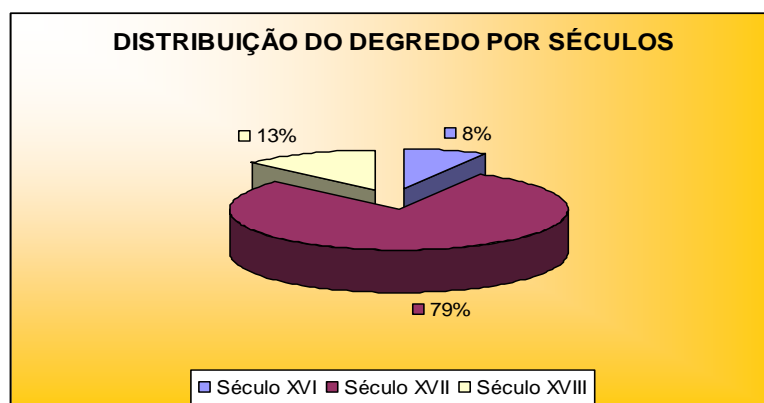


Gráfico 1: Distribuição do degredo por século

Fonte: Livro – Vadios e Ciganos Heréticos e Bruxas: os degredados do Brasil colônia/ PIERONI, 2006.

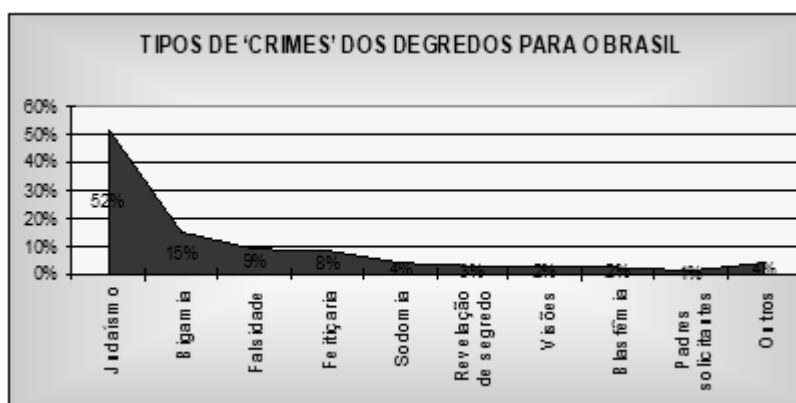


Gráfico 2: Tipos de 'crime' dos degredo para o Brasil

Fonte: Livro – Vadios e Ciganos Heréticos e Bruxas: os degredados do Brasil colônia/ PIERONI, 2006

⁶Termo utilizado pelos não ciganos em alguns países europeus referindo aos nômades ciganos

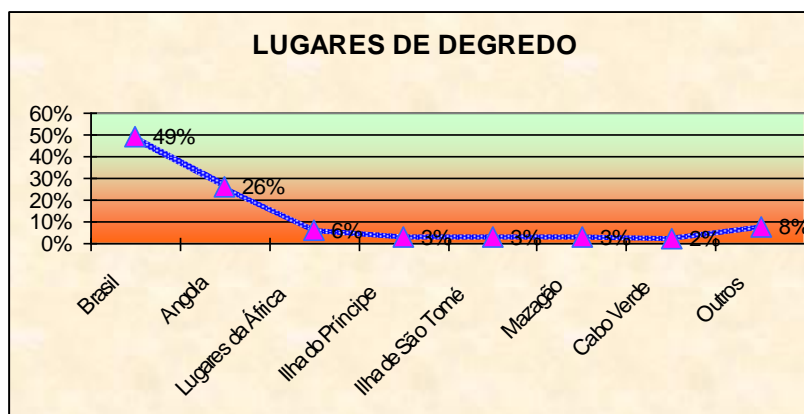


Gráfico 3: Lugares de degredo

Fonte: Livro – Vadios e Ciganos Heréticos e Bruxas: os degredados do Brasil colônia/PIERONI, 2006.

A situação dos ciganos na Península Ibérica foi problemática. Durante séculos, os governantes portugueses continuaram sancionando leis para impedir a permanência do grupo no seu país. Alguns códigos teoricamente tentavam dissimular o caráter discriminatório subjacente instaurando uma abordagem com um teor mais democrático, mas o que ficava em evidência não condizia com o que estava sendo outorgado. A Constituição de 1822 e a Carta de 1826 prevêm a eliminação, formalmente estabelecida, às desigualdades em função da categorização em raças; e reconhece a cidadania portuguesa a todos nascidos em território nacional. No entanto, os ciganos passaram a ser objeto de vigilância das forças policiais, visível na Portaria de 18 de abril de 1848, e corroborado pelo Regulamento da Guarda Nacional de 1920 (Cortesão, et al 1997, p. 28). Até a Revolução de Abril de 1974, a lei portuguesa ainda procurava impedir a permanência no mesmo local de comunidades ciganas por um período superior a 24 horas. Cortesão, o autor supracitado ainda cita uma portaria bem atual que reforça o caráter de vigilância, ainda em vigor naquele país. O documento faz parte do regulamento da Guarda Nacional Republicana, aprovado pela Portaria nº 722/85 de 25 de setembro de 1985. Vem ainda determinar que esta força policial exerça uma vigilância sobre os “nômades”, disfarçando assim o caráter rácico atribuído aos ciganos em Portugal. O quadro seguinte repercute as principais medidas sancionadas a partir de 1526, pelos governantes no intuito impedir a entrada e permanência dos ciganos em Portugal.

Data	Tipo de medida	Teor
1526 (D. João III)	Alvará de 3 de março	“Que não entrem ciganos no reino e saiam os que nele estiverem”
1538 (D. João III)	Lei XXIV	Sejam presos e publicamente açoitados, com barracos e pregos (...); [à 2 vez] outra vez açoitado publicamente... e perder todo o móvel que tiver
1557 (D. João III)	Lei de 17 de agosto	Acrescenta a pena das Galés
1573 (D. Sebastião)	Alvará de 14 de março	Novo prazo de 30 dias para que saiam; Senão às mulheres, galé aos homens declara caducas as licenças de permanência anteriormente concedidas
1574 (D. Sebastião)	Despacho sobre requerimento	Comutação de 5 anos nas Galés por cinco anos no Brasil (a pedido do próprio)
1579 (D. Henrique)	Alvará de 11 de abril	Concedem novas licenças aos que vivem bem e que trabalham e não são prejudiciais os nomades que saiam do reino durante 30 dias ou açoitado publicamente e degradados para sempre para as galés.
1592 (Filipe I)	Lei de 28 de agosto	Dentro de 4 meses, se andassem em ranchos ou quadrilhas: executar com pena de morte, sem apelação nem agravo
1603 (Filipe I)	Ordenações Filipinas	Que não entrem no reino os ciganos, Armênio, Arábios, persas nem mouriscos de granada
1606-1616 (Filipe II)	Alvará (1606, 1608) leis (1613, 1614)	Não seja passadas o cartas das vizinhanças (galé por 3, 6 ou 10 anos; exclui a pena de morte)
1646 (D. João IV)	Despacho sobre petição da viúva de Jerônimo da Costa	Mulher e filhos sejam ávidos como naturais no reino, sejam feito cavaleiro fidalgo descendente não tenha ofício mecânico e sirvam como soldados.

1647 (D. João IV)		Manda fixar residência a dez presos velhos. mulheres e filhos de gitanos; proíbe falar geringonça, usar tarjes de ciganos e ler a sina;(penas = Galés para os homens. Degredo em Angola ou Cabo Verde sem os filtros para as mulheres).
1649 (D. João IV)		Extinguir este nome e modo de gente vadia de ciganos, desterrar de todo o modo de vida e memória desta gente vadia, sem assento, nem forro nem paróquia, nem ofício, mas que os latrocínios de que vivem seriam embarcados e levados para servirem nas conquistas, divididos exceto os que atualmente assistem nas fronteiras e não andam na companhia dos outros (cerca de 250 premiados)
1686 (D. Pedro II)		Vindos de Castela, sejam exterminados, filhos e netos de portugueses tenham domicílio certo ou enviados para o Maranhão
1694-1696 (D. Pedro II)	Provisão a câmara de Elvas	Todos os ciganos nascido nesse reino que não tomarem gêneros de vida do que possam sustentar-se, que dentro de dois meses, saiam deste reino, sob pena de norte do mesmo, do mesmo modo que tenho resolvido com os ciganos castelhanos que entraram neste reino.
1708 (D. João V)	Decreto	Proíbe o traje, a língua, negócios de bestas e outras imposturas (ler a sina), sob pena de açoite e degredo por 10 anos, (Galés, para os homens, o Brasil, para as mulheres).
1718 (D. João V)	Decreto	Prender e mandar para as conquistas – Índia, Angola, São Tomé, Cabo verde etc.
1745 (D. João V)	Lei	Nova lei de expulsão dos ciganos.

1754	Carta do governador de Angola, Alvarez da Cunha	Pede que lhe enviem muitos ciganos, com suas mulheres, porque são os que melhor se adaptam ao clima e não tinham provado mal nos seus procedimentos
1756		Condenados a servirem nas obras públicas de reconstrução de Lisboa
1800 (portaria)	Portaria	Exige aos bandos de ciganos o uso de passaporte, para poderem transitar pelo reino
1920 (1 Republica)	Regulamento da GNR	O capítulo sobre Ciganos prescreve uma severa vigilância dados os seus freqüentes atos de pilhagem
1980	Declaração do conselho da revolução	Declara inconstitucionais as leis, regulamentos e normas anteriores relativas aos ciganos
1985	Regulamento da GNR	Declara especial vigilância sobre os namades (art. 81)
1993	Postura da Camara Municipal de Ponte Lima (10 de maio)	A.C.M. da Ponte Lima ordena aos indivíduos de etnia cigana que abandonem o conselho no prazo de oito dias e que no futuro apenas permaneçam 48 horas
1993	Provedor de justiça	Recomendação do Provedor de Justiça; Impede a Camara Municipal de Ponte Lima de aplicar a Postura de 10 de maio

Quadro 1: Medidas governamentais direcionadas aos ciganos portugueses

Fonte: Livro - Tradição e prospectiva nos meandros da economia cigana - GONÇALVES, et al, 2005.

3.3. Os estereótipos negativos e o mistério da origem

A descrição negativa feita durante vários séculos sobre a etnia cigana em livros e dicionários, só contribuiu para agravar a imagem do grupo perante a sociedade⁷. Os termos pejorativos utilizados para nomear os ciganos são variados: ladrões, trambiqueiros, feiticeiros, vagabundos, preguiçosos, criminosos, canibais, sujos e tantos outros adjetivos levianos ainda existentes não melhoram a imagem do grupo perante a sociedade. As fontes encontradas desvendam muito pouco da singularidade destes indivíduos, que por serem ágrafos, até o momento, não foi encontrado, nos registros da historiografia mundial mais antiga, nenhum elemento sobre o real axioma desse povo. Sempre foram registrados a partir do ponto de vista de quem os julgou, geralmente dando-lhe atributos negativos. A bibliografia encontrada foi escrita por memoristas, padres, cronistas, chefes de polícia; indivíduos que registraram a presença do grupo por onde passavam em seus trajetos de diásporas. Os dados foram escritos com um tom pejorativo, revelando um perfil preconceituoso, intencionando certo destino à categoria: um mau comportamento diante da sociedade hospedeira.

As mais antigas fontes que se referem ao grupo cigano são os relatos de cronistas da época. O mais antigo documento é de 1050, escrito por um monge grego que descreveu sobre a contratação de adivinhos e feiticeiros pelo imperador de Constantinopla (hoje Istambul, na Turquia). Segundo ele, estes indivíduos, chamados de *adsincani*, eram contratados para matar animais ferozes. Outro relato foi escrito em 1322, por um padre franciscano que narra sobre a presença de indivíduos chamados de *atsinganoi*, que viviam na ilha de Creta, habitando cavernas e tendas e não permanecendo mais de um mês no mesmo local. (FRASER, 1992 *apud* MONNEN, 2000). É encontrada aqui uma característica bem peculiar ao grupo, o nomadismo; todavia, não suficiente para determinar seu pertencimento étnico ou enquadrá-lo na categoria de ciganos.

Pesquisadores e ciganólogos dão várias justificativas sobre o aparecimento desse povo no Ocidente. Fonseca (2004) acredita que a presença cigana na Grécia faz parte do processo de diáspora iniciado em território indiano, provavelmente a partir do ano X. O historiador Goeje, (*apud* Fonseca, 2006, p. 112), defende uma data mais antiga para o êxodo cigano, o qual teria ocorrido por volta do ano 700. Este marco é defendido na pesquisa realizada no século XIX, por Goeje, que relata sobre o envio forçado de milhares de Zotts para Pérsia (então parte do Império Árabe). Lá foram assentados na ponta do mar Árábico e do Golfo

⁷ Várias músicas “populares”, em diferentes lugares do mundo, reforçam a imagem negativa dos ciganos, quase que geralmente identificados como povo ladrão, violento e causador de estragos pelas terras por onde passam.

Pérsico, numa região pantanosa do Tigre, junto com milhares de búfalos. Segundo a autora, apesar de viverem como cativos cem anos passados, estavam cobrando impostos para todos os mercadores que passavam por suas terras e canais. Sentindo-se ameaçado, o califa de Bagdá enviou tropa em 820, e os zotts resistiram durante 14 anos, sendo vencidos em 834, depois de uma cruel batalha onde 27 mil zottianos foram capturados e enviados para o nordeste (FONSECA, 2004, p. 112). Para o autor Kenrick, citado por Fonseca uma parte desse grupo teria se dirigido ao norte para Armênia e outra para os Bálcãs na Europa:

Esses deslocados, não qualificados, decerto encontraram-se com outros indianos que se deslocavam para o Oeste, vindos da Pérsia e trazendo suas profissões tradicionais. Juntos, eles iriam dar origem aos romanis⁸ europeus. Segundo essa teoria, os primeiros ciganos teriam deixado a Índia pelo menos em 720d.c. (KENRICK apud FONSECA, 2004 p. 112)

O pensamento de Kenrick difere da corrente dos estudiosos que defendem a origem grega dos ciganos. Os pesquisadores descritos por Monnen (FRASER 1992, p.50; LIÉGEOIS, 1988, p. 30) dizem que, depois da Grécia, os ciganos migraram para a Europa Ocidental, onde garantiam ser originários de uma terra chamada de “Pequeno Egito”, que seria então uma região montanhosa grega confundida com o Egito na África, e que, por causa desta suposta procedência egípcia, passaram a ser chamados de egípcios ou *egitanos* ou *gypsy* (inglês), *egyptier* (holandês), *gitan* (francês) e *gitano* (espanhol). Alguns grupos se denominavam de gregos e *atsinganos*, pelo que ficaram conhecidos como *grecianos* (espanhol), *tsiganes* (francês), *ciganos* (português), *zingaros* (italiano) (FRASER, 1995; LIÉGEOIS, 1988 p. 307 *apud* RESENDE, 2004). Existem outras versões sobre a misteriosa ascendência cigana, em que é afirmado que os ciganos são oriundos do Egito na África.

Para Mello Filho (1981), os ciganos garantem proceder do Egito; e por recusar hospedar a Virgem Maria quando fugia do Egito com S. José, peregrinam sobre a terra dispersos. Essa mesma história é encontrada na comunidade de Utinga contada pelos ciganos idosos. Aqui fica evidenciada a importância da tradição oral para esta etnia. A mesma história é encontrada em várias partes do mundo, o que fica perceptível que a biografia desse povo, veiculada por relatos orais pelos mais velhos, mantém viva sua essência. Contudo, por se tratar de uma ferramenta em que a palavra falada é o principal instrumento, a história é permeada por controvérsias. Com controvérsias ou não, é lúcida a assertiva do cerne presente no mesmo contexto. No entanto, em alguns momentos, ao falar sobre a origem do grupo, os velhos ciganos retiraram a parte negativa. Esta história lendária foi modificada positivamente. Eles

⁸ Romani, grupo cigano ou homem cigano

também se dizem originários de uma terra longínqua chamada “Egito”. E, por ser uma história que se caracteriza pela oralidade passada de geração para geração, é permissiva a modificações de acordo com o tempo. Na versão encontrada na comunidade de Utinga, novos elementos foram alocados. Segundo os membros mais velhos, os ciganos são criaturas protegidas de “Nossa Senhora”, essa versão foi apresentada por um cigano idoso (80 anos), dando o seguinte depoimento:

“Nós somos protegidos de Nossa Senhora. Nosso povo quando vivia no Egito *acompanhou* a Santa e Nosso Senhor quando fugiam de jegue com o menino Jesus, e é por isso que nada de mal acontecia com os ciganos quando viviam pelas estradas. Podemos viver em qualquer lugar que a Santa protege a gente”. Os ciganos são pessoas alegres que viviam negociando antes pelas estradas com animais.

Pela variante acima, foi preservada a idéia central da história encontrada em alguns livros sobre a genealogia egípcia: negam a idéia de que não quiseram dar abrigo à Virgem Santíssima. Ao contrário, afirmam que durante a fuga davam proteção à Santa. Na alusão mais antiga, escrita no dicionário português D. Raphael Bluteau, em Portugal, e mencionada por Moraes Filho no Brasil, os ciganos foram definidos com muito preconceito.

Ciganos – Nome que o vulgo dá a uns homens vagabundos e embusteiros, que se fingem naturais do Egito e obrigados a peregrinar pelo mundo, sem assento nem domicílio permanente, como descendentes dos que não quiseram agasalhar o Divino Infante quando a Virgem Santíssima e S. José peregrinavam com ele pelo Egito. (MORAES FILHO ,1981, p.23)

Por esta versão, a vida nômade é justificada diante da religião cristã: os ciganos sofreram uma espécie de castigo divino, e a versão está impregnada de elementos negativos sobre este povo. Já no século XX, foi reeditado pelo lexicólogo brasileiro Antonio de Moraes Silva, com algumas alterações.

Raça de gente vagabunda, que diz vem do Egito, e pretende conhecer o futuro pelas rayas, ou linhas da mão; deste embuste vive, e de trocas, e baldrocas; ou de dançar, e cantar: vivem em bairros juntos, têm alguns costumes particulares, e uma espécie de Germania com que se entendem. [...] Cigano, adj. que engana com arte, subtileza, e bons modos. (TEIXEIRA, 2000).

Observa-se na citada versão que, os ciganos são de origem egípcia. Contudo, o problema reside na falta de clareza dos autores, quando se referem ao Egito como sendo o berço, cidade de origem. Não se sabe se, realmente, estão se referindo ao território africano

ou ao grego; da mesma forma que os ciganos entrevistados também confirmam proceder de uma terra longínqua, estranha, chamada Egito. Na comunidade pesquisada, o grupo não pratica a *kiromancia*, ou seja, não conhece o futuro pelas *rayas*. A leitura das mãos não é uma atividade exercida por eles. Logo, não vive enganando as pessoas com a arte de adivinhar como são definidos os autores. Preserva a parte lendária da versão histórica que pleiteia uma linhagem bíblica para si, ao afirmar que foram seguidores da Virgem Santíssima. Moraes Filho (1981, p. 23) diz ter encontrado notícias de que, no século XV, apareceram, na Europa, uns egípcios e persas denominados *Zangui*, dizendo-se moradores, em época remota, das margens do Nilo; e que, no início desse século, invadiram a Alemanha, e avançaram em 1422, em direção a Paris vindos, da Boêmia, tornando-se conhecidos dos franceses por *Bohémiens*.

Em 1427, chegaram a Paris doze penitentes com um séquito de mais de cento e vinte pessoas domiciliados nas proximidades de Saint-Denis (MELLO FILHO, 1981, p. 21-3). Segundo os escritos do autor, eram homens estranhos, de cabelos crespos; enquanto nas orelhas das mulheres, reluziam brincos de prata e pedrarias. O grupo provocou um alvoroço na cidade. As pessoas corriam para vê-los no intuito de saber seu futuro através da *buena-dicha*. Diziam-se cristãos do baixo Egito; e passaram a ser chamados pejorativamente de *Corvos do Egito*. O Arcebispo de Paris, amedrontado, os expulsou para fora da cidade, e proibiu as pessoas que os procurassem, fulminando-os com excomunhão. Mas, são os relatos de cronistas alemães do século XV, que confirmam a chegada dos ciganos no Ocidente. Segundo Monnen (2000), os primeiros registros fidedignos datam de 1417, quando em Hildesheim na Alemanha foi hospedado um grupo chamado de ‘Tártaros do Egito’. Depois, na cidade de Magdeburg, durante duas semanas, estiveram ‘os Tártaros, chamados ciganos’ que foram descritos de forma abrasiva conforme os dois trechos transcritos.

a) [...] gente preta, horrível, tanto os homens quanto as mulheres, com muitas crianças, que foram expulsos de seu país e desde então vagavam pela terra. Na feira, e depois diante dos Conselheiros, se exibiram como acrobatas e saltimbancos: “um dançava nos ombros do outro”, pelo que receberam um tonel de cerveja, um boi e pão. (GILSENBAACH, 1994, *apud* MOONEN, 2000).

b) Um cronista alemão da época, o frade dominicano Korner, informa que veio do Leste um ‘grande número’ de indivíduos errantes (cerca de 300), antes nunca vistos. Inicialmente apareceram em Lueneburg, visitando depois as ricas cidades marítimas de Hamburg, Luebeck, Rostock, além de outras. Segundo o frade, estes indivíduos estranhos viajavam em bandos e pernoitavam fora das cidades, ao ar livre; eram feios, pretos como os Tártaros, e se chamavam Secani. (GILSENBAACH, 1994, *apud* MOONEN, 2000)

O autor ainda informa que estes indivíduos portavam salvo-condutos fornecidos por reis, principalmente Sigismundo, rei da Hungria e posterior Imperador do Santo Império Romano. Nas histórias relatadas, fica patente que os passaportes eram fornecidos quando o grupo penetrava em seus territórios. Algumas vezes se diziam peregrinos em busca da “Terra Santa”; outras se apresentavam com o título de nobreza e com nomes cristãos. A análise feita por Moonen (2000) em relação aos motivos pelos quais as autoridades civis e eclesiásticas concediam aos ciganos as cartas de apresentação, e os salvo-condutos emitidos especificamente pelo imperador Sigismundo, aparentando certa generosidade com o grupo, o faz chegar a duas hipóteses: ele deveria gostar muito dos ciganos ou queria se livrar logo deles. Outros ciganólogos fazem diferentes conjecturas. O próprio Moonen apresenta uma terceira hipótese sugerida pelo pesquisador Gilsenbach sobre a simpatia do Imperador Sigismundo, que estaria ligado à participação cigana por volta de 1396, na sua Cruzada contra os turcos, considerados uma ameaça para o reino húngaro. Vitorioso, o rei gratificou o povo cigano regiamente com salvo-condutos.

3.4. A língua cigana: principal fonte de identificação étnico-espacial

Alguns acontecimentos foram importantes para se tentar desvendar e historicizar a ascendência cigana. Na atualidade, a teoria mais admissível é a da origem indiana, e que, provavelmente, foram dispersos da região noroeste da Índia, onde fica o Paquistão, por volta do ano X. A diáspora cigana ainda causa muitas discussões e não há um consenso acerca do motivo que tenha levado o grupo a abandonar a Pátria Índia. Uma das principais dificuldades dos estudiosos deve-se à não existência de documentos escritos deixados pelos ágrafos chamados ciganos, tornando-se mais difícil encontrar outros vestígios étnico-espaciais relacionados ao grupo (MORAES FILHO, 1981; MONNEM, 2000; FONSECA, 2004). Entretanto, a partir da segunda metade do século XVIII, os pesquisadores europeus da área de lingüística passaram a discutir sobre a língua falada entre os ciganos, utilizando-a como ferramenta para tentar desvendar a provável origem da etnia.

O Autor Grellmann, (1793) em seu livro “Die Zigeuner”, segundo Monnem publicado na Inglaterra como *Dissertation on the Gipseys*, em 1807, foi o primeiro a fazer uma análise filológica rigorosa sobre a questão da genealogia cigana do grupo *rom*, publicando 15 páginas de um catálogo comparativo de palavras *romanis*, dissolvendo definitivamente qualquer dúvida sobre a proveniência dos *roma* na Europa. O autor Monnen (2000) confirma que

Grellmann depois de criticar as várias teorias sobre as origens lingüísticas, principalmente aquelas que falavam da origem egípcia, fez uma análise sistemática de quase quatrocentas palavras e constatou que, de cada trinta palavras ciganas, doze ou treze eram de origem *hindi*, uma língua derivada do *sânskrito* (LIÉGEOIS, 1988; FRASER 1992, apud MOONEN 2000). Abriu-se também um novo caminho para uma ciência que se chamou “paleontologia lingüística”. Embora o livro de Grellmann, seja um dos mais importantes escritos sobre a questão lingüística dos ciganos *rom*, Paiva (2006), o considera uma espécie de bíblia dos anticiganos e fonte de inspiração para obras opositoras que surjam sobre o grupo. Em sua primeira parte, Grellmann cometeu o erro de expor vários estereótipos para tornar mais atraente a teoria da origem exótica dos ciganos. Vai desde a caracterização da mulher cigana como devassa, até a descrição dos ciganos como comedores de carniça e praticantes do canibalismo (FONSECA, 2004, p. 106).

Na atualidade, a prova lingüística mais aceita refere-se à descoberta feita na Universidade Leiden na Holanda, em 1753, quando um pastor húngaro percebeu que três estudantes indianos de Malabar, Costa da Índia, falavam uma língua semelhante com a existente entre os ciganos do seu país de origem. Ao entrevistá-los, o húngaro compilou um léxico de mil palavras e, quando retornou para Hungria, descobriu que a população local cigana que possuía descendência *rom*, compreendia o vocabulário. Verificou, assim, um evidente parentesco entre o *romani*, uma das línguas cigana, e o *sânskrito* (FONSECA, 2004). As línguas faladas pelos ciganos constituem-se em um código secreto, uma defesa dos valores culturais e da sua identidade étnica para que possam ser preservadas suas tradições:

A língua cigana é a expressão mais evidente da identidade de um povo. Ainda que minoritária toda etnia tem o direito de exprimir, conservar e desenvolver a sua própria língua. A perda da língua significa a perda da identidade cultural e o dever moral de um povo. Os grupos majoritários têm a responsabilidade e o dever moral de assegurar que este direito seja reconhecido para todos e posto em prática de maneira concreta. Isso não é somente uma questão de proteção dos direitos de minorias, mas um meio de incrementar o respeito mútuo e o diálogo, a fim de evitar qualquer forma de conflito social e cultural. Tudo isso serve, sobretudo, para enriquecer o patrimônio cultural de cada comunidade. (GASPARET, 1999, p. 30)

Ainda hoje, as línguas ciganas se constituem na mais importante característica de pertencimento étnico do grupo. Por mais que se tente aprender a pronunciar-la, é necessário saber o seu significado, informação esta que é mantida em segredo. A não revelação da língua se constitui na grande defesa da identidade étnica e na perpetuação enigmática de suas tradições. Exemplo dessa dificuldade foi observada por Fonseca (2004) em um ônibus em

Bucareste quando fazia anotações para sua pesquisa etnográfica cigana, momento em que um ativista cigano mostrou-se irritado:

Você nunca vai aprender nossa língua, disse um ativista cigano- e professor de romani – num ônibus em Bucareste. Não estava afirmando que eu tinha mal ouvido. Para cada palavra anotada em seu cademinho, nós temos outra, um sinônimo, que usamos e que você jamais saberá. Pode aprender essas também, mas não vai aprender como são usadas, ou as nuances que você saiba. (FONSECA, 2004, p. 26)

É importante ressaltar que, na língua cigana, em geral, quando se trata de estudar a língua, a maioria dos pesquisadores ciganólogos sempre enfatizam o “romani”. É perceptível, no que concerne ao relato acima, a existência do centralismo para com esta descendência. Os outros dois grupos atualmente existentes, os *calons* e *sintí*, quase não são citados pelos teóricos, e, as línguas faladas por eles são desprezadas pelos estudiosos da questão. O grupo *rom*, reivindica para si uma identidade étnica, não em nome da coletividade, mas por ser o maior grupo, ambiciona substituir a nomenclatura cigano por *rom*. E ainda busca o reconhecimento da língua romani como única e verdadeira, apesar de terem sido catalogados mais de 60 dialetos *romanis* na Europa (FONSECA, 2004).

Em relação ao grupo pesquisado depois de muita investigação conseguiu-se encontrar algumas raras expressões que indicam que eles pertencem a progênie *calon*. Nesse grupo a língua nativa também se constitui em um código secreto, tanto que várias vezes foi perguntado nas entrevistas e conversas informais, se eles falam outra língua, além do português e, todos foram unânimes em afirmar que existiu no passado, mas não lembram na contemporaneidade de uma única palavra. Inclusive, o informante chamado de cigano-brasileiro também revelou que seria inútil essa busca, pois era um segredo que deve ser mantido em nome da preservação da tradição do seu povo. E para legitimar sua fala ilustrou sua afirmação mencionando um fato ocorrido na escola Sacramento Neto, onde foi desenvolvido na 5ª série do ano de 2007 um projeto intitulado “Cultura Cigana”. Relatou que a classe era freqüentada por 7 adolescentes de origem cigana, e que depois de discutirem sobre a questão da “Identidade”, tema gerador da unidade, a professora de história e seus alunos escolheram pesquisar sobre a cultura cigana, objetivando conhecer os principais elementos culturais que caracterizavam esse grupo.

O interlocutor revelou que a classe foi dividida em grupos abordando temas diferentes, e sob a intermediação dos discentes ciganos deveriam se dirigir a comunidade para entrevistar alguns componentes do grupo. A entrevista foi estratégia de coleta de dados aplicada. E assim ocorreu. Mas, ao chegar ao conhecimento dos membros mais velhos que os dados coletados,

inclusive algumas palavras do seu léxico, seriam publicados, um grupo de ciganos liderado pelo chefe foram à escola e exigiram que todo material pesquisado fosse lido e depois do esclarecimento da docente de história e da direção escolar, o grupo, consentiu a sua publicação proibindo a transcrição de palavras, permitindo apenas a divulgação de duas e uma frase.

Estas palavras são: *calin, bornego e a frase Pachin valin babañe que significam: moça, brasileiro e moça bonita, formosa* pertencem ao tronco lingüístico “calon” e foram encontradas no livro de Moraes Filho, lançada em 1886, 1ª edição e mais recentemente na obra de Melo (2005) intitulado “Os ciganos Calon de Mambá – a sobrevivência de sua língua, cujas páginas do vocabulário são citadas no texto abaixo:

<p>Aravinhar, chorar. Assanar, rir. Avinhar, vir.</p> <p>B</p> <p>Babanão, formoso, bem apessoado, bonito. Babanin, formosa. Bajin, pouco caso. Bales, cabelos. Balivaz, toucinho. Balúnas, calças. Baque, sorte, fortuna, felicidade. Bar, muito, muitos, infinitamente. Bardeiro, autoridade (desde o inspetor de quartelão até o ministro). Basnã, prato; busnen. Bata, mãe, (ou “Dai”, que significa a mesma coisa). Bato, pai. Bengue, espírito mau, demônio.</p>	<p>C</p> <p>Cabén, comida, alimento. Cabipe, mentira, embuste, falsidade. Cabipeiro, mentiroso, embusteiro, falso. Cachucón, surdo, distraído. Cadéns, dinheiro. Caiar, comer. Caiardin, negra (sinônimo de <i>Busnin</i>). Caiardôn, negro (sinônimo de <i>Busnôn</i>). Calin, cigana. Calon, cigano. Camba, amásia. Cambelin, gravidez, mulher grávida. Cambulon, amigo, afeiçoado. Camelar, aquiescer, desejar, querer, etc. Canan, vergonha (o mesmo que <i>lajavo</i>). Candelar, exalar mau cheiro. Cangrina, Estardipen: prisão, cadeia, correção, degredo. Cascanão, sovina, mofino, mesquinho.</p>
---	--

Figura 01: vocabulário calon

Fonte: Moraes Filho (1886: p. 103)

OS CIGANOS CALON DE MAMBIAI

74 .	[ba'rō]	'grande, comprido, adulto, largo'
75 .	[barō 'deski]	'mala, chefe'
76 .	[ba'fara'dox]	'violão'
77 .	[baba'nī]	'jovens, bonita'
78 .	[baba'nō]	'beleza, bonito'
79 .	[be'rō ba'rō]	'carreta'
80 .	[be'rō]	'transporte, caminhão'
81 .	[bi'd 3 i tʃi di 'aki]	'óculos'
82 .	[bi'dʒitʃi dā'xē]	'intestino, fígado'
83 .	[bi'dʒitʃi di 'kajs]	'casca, raiz, semente; cruz'
84 .	[bi'dʒitʃi du 'buxi]	'coelho, macaco, abelha; verde, montanha'
85 .	[bi'dʒitʃi du be'rō]	'sino'
86 .	[bi'dʒitʃi du du'vex]	'igreja, nuvem, estrela, lua, céu'
87 .	[bi'dʒitʃi di 'praki]	'brincos'
88 .	[bi'dʒitʃi di kara'da pi'ʃi]	'carvão'
89 .	[bi'dʒitʃi du 'pexe]	'cinto'
90 .	[bi'dʒita di ʃi'da ha'dē ʃs]	'carteira'
91 .	[bi'dʒita di ʃi'da ^h nu 'agi]	'chaleira'
92 .	[bi'dʒita du 'mujs]	'barba'
93 .	[bi'dʒita du 'pujs]/[bi'dʒitʃi du 'pujs]	'formiga, esterco'
94 .	[bi'dʒiti di pi'ɲax 'mormu]	'bandeja'
95 .	[bi'dʒitu du 'buxi]	'caçar'
96 .	[bi'dʒitʃi'na di ʃabu'xō]	'boneca'
97 .	[bu'ʃi]	'coisa'
98 .	[bukā'ɲax]	'trabalho cigano'
99 .	[butʃi taxni'fudu]	'valente'
100 .	[di kī 'ɲ a ^h]	'ouvir, aquilo'
101 .	[d'ɔ]	'dar'
102 .	[d'ɲax]/[d'ɲa]	'bater, dar'
103 .	[driaw]	'rio, córrego'
104 .	[da xu ɪ]	'delas'
105 .	[dā'd ɲax]	'morder'
106 .	[di 'mir ɪa]	'caixão de defunto'
107 .	[di ra'ʃi]/[dʒira'ʃi]	'tarde, noite, anoitecer; boa noite'
108 .	[diabi'ʃi'ɲa ^h]	'cadeia'
109 .	[dibu'te]	'depressa, tudo'

163

Figura 02 : Vocabulário calon

Fonte: Melo (2005: p. 163)

3.5. Legitimação dos *roms*.

Os ciganos *roms* reivindicam a legitimação do grupo e o reconhecimento pela população não-cigana como os representantes verdadeiros da etnia. Em função dessa defesa, em 1971, foi realizado o primeiro Congresso Romani Mundial em Londres, com representantes ciganos de várias partes do mundo, cujo objetivo era traçar algumas propostas em nome da minoria étnica perseguida, há mais de quinhentos anos no Ocidente. Uma das reivindicações iniciais era a mudança do léxico “cigano” por um considerado mais apropriado: “ramani”. É importante salientar que a utilização específica desse termo requer muito cuidado, visto que a minoria étnica, que foi sempre chamada genericamente pelo nome de cigano, e composto por indivíduos que se diferenciam entre si em vários aspectos. Assim, torna-se problemático homogeneizar as práticas particulares de um segmento como sendo universais. É fato que existem semelhanças entre os vários grupos, mas estes não podem ser considerados como idênticos. Cada um apresenta aspectos singulares, de vivência em lugares de culturas diferentes e que, certamente, resultam da trajetória nômade diaspórica. A reivindicação de mudança do léxico cigano foi pleiteada pelo grupo *roms*, que acredita ser o representante verdadeiro da categoria, os autênticos ciganos. As outras descendências (*calon e sinti*), segundo olhar dos *roms*, são falsos representantes do grupo. A causa dessa discriminação está atrelada aos diferentes costumes, e á questão lingüística. No caso,

especificamente, dos *calons*, deve-se principalmente elas pelas diferenças na aparência física, além da cor da pele escura. Estes descendentes são os que possuem o menor status socioeconômico.

Os roms os consideram ciganos inautênticos e buscam legitimar, e unificar a identidade do grupo de acordo ao seu referencial cultural, reivindicando para seu segmento toda autenticidade, sem ponderar as diferentes práticas culturais e as peculiaridades nas diversas comunidades.

A composição dessa minoria étnica é variável. Para quem os observa tende a concebê-los como indivíduos com características aparentemente homogêneas, contudo, o olhar, por este prisma, incorre em um grande engano, pois a população cigana constitui um grupo social culturalmente múltiplo e dinâmico no interior da sua própria comunidade. Apesar de se revelarem semelhanças, ao nível da estrutura e organização social, as comunidades ciganas diferem entre de acordo com a sua situação socioeconômica e seus valores culturais.

A história da facção roms está muito vinculada à Europa Central e aos Bálcãs, enquanto o grupo *calon* tem uma ligação direta com a Península Ibérica, e quase não manteve contato com os roms. Os *sintí* são encontrados especificamente na França e Alemanha. Estes dois grupos, *calon* e *sintí*, têm sido pouco estudados e há uma escassez de difusão de suas práticas culturais. É importante salientar que, apesar do “rom-centrismo” existente, as conquistas que estão emergindo em termos de políticas públicas são direitos válidos para todas as comunidades ciganas em escala mundial, que se definem e identificam-se pertencentes a esta minoria. Uma das primeiras conquistas se refere ao reconhecimento do grupo cigano como minoria étnica a partir de 1978, pela Organização das Nações Unidas.

No Brasil, ainda são poucos os estudos sobre os ciganos *calon*. Sabe-se que este grupo foi o primeiro a chegar as terras brasileiras no século XVII, deportado de Portugal e assentado na região Nordeste, especificamente no Maranhão, na Bahia e em Pernambuco, mas também foi estabelecido na região Sudeste inicialmente na cidade do Rio de Janeiro. A história de deportação dos *calon* não apresenta nenhum indício que lembre o processo vivido pelos roms, que aportaram no território brasileiro a partir do século XIX. A forma de entrada não foi via degredo e deportação e não carregavam culpas de crimes, pelos quais os ciganos foram acusados e, muitas vezes, os devidos delitos não foram comprovados. O autor Pieroni (2005) afirma que muitos crimes para os quais os degredados tiveram que cumprir sentença não seriam hoje acusados.

Diferente dos *calons*, os *roms* entraram em território brasileiro, provavelmente, período pós o término da escravidão cigana (1856), nos principados feudais da Valáquia e na

Moldávia, territórios que constituem, hoje, a atual Romênia. (FONSECA, 2004, p.199). Moonen (2000) alerta sobre outros fatores que foram responsáveis pelo processo de migração dos roms, pois a extinção da escravidão em si não foi suficiente para que ocorresse outra “onda migratória”, mesmo porque, segundo Fonseca (2004), muitos dos ciganos escravos continuaram servindo aos seus senhores, não abandonando as terras em que viviam. Logo, o autor cita outros problemas de ordem socioeconômica que certamente contribuíram para que ocorressem a segunda onda migratória cigana:

Outros fatores que certamente também influenciaram, foram a miséria em que viviam enormes parcelas da população rural e urbana européia no final do Século XIX e início do Século XX, além das duas Guerras Mundiais que provocaram enormes migrações internas e externas, e que fizeram com que milhões de europeus procurassem melhores condições de vida em outros países, ou até em outros continentes. Entre estes migrantes com certeza encontravam-se também ciganos Rom, embora nunca (auto) identificados como tais, porque apresentavam passaportes alemães, italianos, romenos ou de outras nações, pelo que hoje é impossível saber quantos ciganos entraram num determinado país examinando os registros de entrada de imigrantes estrangeiros, (MOONEN, 2000)

Ao chegarem ao Brasil, os *roms* se estabeleceram na região Sul e Sudeste local de permanência dos imigrantes de origens italiana, alemã, romena e outros. Consideram-se os mais nobres entre a categoria. Sua condição financeira muito difere dos *calons*, principalmente os nordestinos que vivem em situação de extrema pobreza na condição de semi-nomadismo ou nomadismo, geralmente acampados na beira de estradas ou nas periferias das cidades. Devido à sua carência financeira, exerce qualquer tipo de subemprego sendo vistos pelos ciganos do sul e sudeste como indivíduos de segunda categoria e são chamados de ciganos brasileiros (MONNEN, 2000). Uma das principais características citada pelos *roms* sulistas refere-se à cor da pele. Os *calons* possuem pele escura, enquanto os roms têm cor clara. Esta característica do fenótipo é citada pelos *roms* como comprovação da autenticidade e da pureza do grupo em detrimento do outro. No entanto, Resende, (2000) relata que os ciganos roms de Belo Horizonte, embora haja relação instável e conflituosa, admitem algumas uniões matrimoniais ou associações econômicas esporadicamente com os *calons*.

Documentos históricos comprovam também que, ao aportar em terras brasileiras, ainda considerando a tendência cigana para endogamia, elementos de outras etnias (não-cigana) foram encontrados convivendo com o grupo. Esta característica de cruzamento foi evidenciada na comunidade calon pesquisada e a certificação foi realizada durante as observações e entrevistas cedidas por vários informantes. O Sr. Carlos, um velho e querido

colaborador afirma que seu avô era brasileiro da região de Mundo Novo, e o descreve como sendo um homem branco de olhos claros, enquanto sua avó era uma mulher “morena” e possuía o cabelo preto e liso. Acrescenta que eles eram parentes de um conhecido padre Ramos, de origem não-cigana, o qual administrava várias dioceses da mesma região.

Os atuais padres existentes na cidade de Itaberaba, afirmam que o padre Ramos, de fato existiu e viveu nesta província. Todas estas histórias são utilizadas para comprovar que a uniformidade de raças no meio cigano nunca existiu. Outro dado que indica a existência da miscigenação na comunidade de Utinga está na cor da pele do grupo. O fenótipo encontrado comprova que houve mistura racial, haja vista que alguns descendentes calons possuem a cor da pele negra.



Figura 03 Jovem calon
Fonte: Arquivo pessoal 2006



Figura 4 Estudantes calons
Fonte: Arquivo pessoal 2007



Figura 5 Mãe e filho calons
Fonte: Arquivo pessoal 2008

A historiografia comprova que não existe pureza racial, e assegura que qualquer grupo humano, em situação de diáspora, em algum momento dessa trajetória pode ter entrado em contato com etnias diferentes. Dessa interação, absorveram não só os valores culturais, mas também sucederam uniões decorrentes dessa mistura racial. Na Alemanha, por volta do ano de 1417, informa Monnen, (2000) referendado nos estudos do historiador Krants, que os ciganos, por não terem pátria, viajavam de um país a outro, acompanhados por pessoas pertencentes a outras etnias, evidenciando que os ciganos experimentaram, desde sua saída da Índia, há vários séculos, de um processo de hibridação:

Ao chegarem à Europa Ocidental, no início do Século XV, os ciganos ainda podiam facilmente ser identificados através de sua aparência física, sendo a característica mais marcante a sua pele escura. Hoje isto já não é mais possível. Apesar da ideologia da endogamia, casamentos com não-ciganos sempre ocorreram, de modo que em muitos países hoje os ciganos fisicamente não se distinguem da população *gadjé* nacional. Ciganos

“racialmente puros” hoje não existem mais em canto algum do mundo, e nunca existiram, porque nunca existiu uma “raça” exclusivamente cigana. (MONNEN, 2000)

Outro exemplo contemporâneo que versa sobre o cruzamento racial do povo cigano é relatado por Fonseca (2004, p. 199) que, ao tratar da escravidão cigana, revela que, durante mais de quatrocentos anos, até 1856, os ciganos foram escravos nos principados da Valáquia e Transilvânia, e também nos principados feudais que constituem hoje a moderna Romênia. A mistura racial ocorreu quando escravos e camponeses, pertencentes ao estrato menos elevado da sociedade feudal, passaram a dividir o mesmo espaço.

O destino dos ciganos romenos tem estado ligado ao dos camponeses romenos, desde que partilharam pela primeira vez a mesma nesga de terra há seiscentos anos. Juntos, camponeses e escravos constituem o estrato mais baixo da sociedade feudal – gerando a impressão de que não havia muita escolha entre a escravidão e servidão. Na verdade, apesar das leis contra a “miscigenação”, houve muita mistura entre eles. (FONSECA, 2004, p. 201)

Os exemplos citados acima comprovam que, apesar de existir uma tendência para o endogamismo, no processo de diáspora, houve uma junção de indivíduos pertencentes a outras categorias. Esta amalgamação não foi só marcante no continente europeu. Ao serem degradados para o Brasil, muitos homens e mulheres, pertencentes ao grupo cigano, já haviam contraído uniões com portugueses, antes mesmo de chegar às terras brasileiras:

‘E quanto aos que já são naturais, filhos e netos de portugueses (porém com hábito, gênero e vida de ciganos), os obrigareis a tomarem domicilio certo, donde não poderão sair nem mudar sem minha especial licença, nem possam andar vagabundos em quadrilhas pelo Reino e em aqueles que encontrarem a Lei sobre eles estabelecida a fareis executar na forma que nela se contém, com declaração que a dita Lei dá para África seja para o Maranhão’ (COELHO, apud CHINA, 2004, p. 266).

Por este alvará, fica evidente que o cruzamento racial cigano antecede a sua chegada ao território brasileiro. Há de se ressaltar que alguns valores culturais existentes no grupo de origem foram mantidos, sendo preservados ainda valores da sua descendência. Na obra “Os Ciganos no Brasil”, Moraes Filho (1981, p. 27) descreve a vida dos ciganos e o processo de miscigenação que houve entre eles afirmando que:

Tropas e tropas vagabundas infestavam o norte e o sul, vivendo da natureza e na natureza, comerciando nos pequenos povoados e pirateando nas estradas – *A reprodução entre si deu-se, em grande escala*; o cruzamento com as três raças existentes efetuou-se, sendo

o cigano a solda que uniu as três raças de fundição da mestiçagem atual no Brasil. (grifo nosso)

Moraes Filho (1981) usa o mesmo tom pejorativo e preconceituoso para descrever o grupo. Todavia, o dado mais importante revelado refere-se “a reprodução entre si”, que segundo o autor, deu-se em grande escala, mesclando elementos das três raças existentes. Configura-se assim o aumento em grandes proporções do número de seus componentes, e a contribuição acentuada para a fundição da “mestiçagem brasileira”. Esta colocação foi nota de reparo de Cascudo no livro Moraes Filho (1981) que considera um exagero tal opinião sobre a mestiçagem cigana no Brasil.

É evidente exagerada a opinião do autor. A percentagem cigana não constituiu elemento étnico capaz de merecer a frase. A dissolução do cigano sedentário se processou pelo duplo efeito da mestiçagem e da assimilação da vida burocrática ou comercial citadina. Nos dois maiores centros de densificação cigana. Bahia e Rio de Janeiro seu desaparecimento com massa sensível foi completo. De mais raro e difícil dispersamento étnico está sendo ainda o cigano nômade, vivendo no grupo errante, por todos os Estados do Brasil desde o século XVIII. (CASCUDO, apud MORAES FILHO, 1981, p.27.)

Apesar da posição exacerbada do autor, é verdade que elementos pertencentes a outras etnias sempre foram encontrados convivendo com os ciganos. A prova dessa interação são os casamentos mistos citados em vários documentos históricos.

[...] Apesar da ideologia da endogamia, casamentos com não-ciganos sempre ocorreram, de modo que em muitos países hoje os ciganos fisicamente não se distinguem da população *gadjé* nacional. Ciganos “racialmente puros” hoje não existem mais em canto algum do mundo, e nunca existiram, porque nunca existiu uma “raça” exclusivamente cigana. (MONNEN, 2000)

Esta cultura é claramente percebida no Brasil, no momento em que degradados exilados, advindos do reino português, os quais nem sempre podiam vir acompanhados de seus nubentes e familiares, constituíam uma nova união. No alvará de 1708, o então rei D João V, expediu, em Portugal, um novo documento, exigindo mais severidade para com os ciganos, determinando para aqueles que recusassem a obedecer às ordens, punições com açoites e degredos pelo tempo de dez anos. Neste documento, destaca ainda que muitas mulheres ciganas devessem vir para o Brasil onde seriam apartadas de seus familiares. Aqui chegando certamente concebiam outro matrimônio.

Hei por bem, e mando que não haja neste Reino pessoa alguma de um, ou de outro sexo, que use de traje, língua, ou giringonça [dialecto] de ciganos, [...] não morem juntos mais, que até duas casas em cada rua, nem andarão juntos pelas estradas, nem pousarão juntos, por elas, ou pelos campos, nem tratarão em vendas, e compras, ou troca de bestas, senão que no traje, língua e modo de viver usem do costume da outra gente das Terras; e o que contrário fizer, por este mesmo fato, ainda que outro delito não tenha, incorrerá na pena de açoites, e será degradado por tempo de dez anos; o qual degredo para os homens será de galés, e para as mulheres, para o Brasil. (COELHO, 1995, *apud* MOONEN 2000, grifos nossos).

No documento de 1708, novamente a pena de açoites e degradado são citados, atrelado a estas penas são feitas outras exigências: os ciganos são proibidos de permanecerem juntos. Também seria proibido todo o acervo simbólico que caracterizasse sua identidade étnica, como o uso da língua (falar giringonça) e o uso de trajes específicos da categoria, uma das mais fortes representações de pertencimento étnico; além de serem proibidos de negociar. A negação de seus costumes objetivava a extinção, em pouco tempo, do grupo. O rei finaliza o ato, deixando a entender que apenas as ciganas seriam deportadas para o Brasil, isto pode ser compreendido devido à inófia feminina existente, e a necessidade dos homens solteiros que apelavam para as autoridades resolverem tal escassez. Essa necessidade de mulheres é observada desde o período colonial, quando o padre Manoel da Nóbrega escreveu ao rei de Portugal, pedindo providências para resolver o problema de insuficiência feminina:

Já escrevi a Vossa Alteza a falta que nesta terra há de mulheres com quem os homens se casem e vivam em serviço de Nosso Senhor apartados dos pecados em que agora vivem. Mande Vossa Alteza órfãs e, se não houver muitas, venham mistura delas e quaisquer farão cá tão muito bem a terra. (PIERONI, 2006, p. 63).

O objetivo de Nóbrega era povoar as terras brasileiras, e afirmara encontrar aqui muitos homens de todas as qualidades. É provável que o problema de falta de mulheres tenha se prolongado por vários séculos. Ao que parece talvez tenha sido o motivo do envio de ciganas apartadas de seus familiares, descrito no alvará de 1708, conforme citação na página anterior. Inclusive, na época da visita do Santo Ofício na Bahia, em 1691, registrou-se caso de ciganas casadas com homens de etnia diferentes. Outras ciganas foram encontradas vivendo na companhia de seus maridos ciganos, às quais foi permitida a vinda de toda a família. No caso da cigana Inez Mendes de Andrade, casada duas vezes, seguindo cerimonial católico, é provável que seus maridos tivessem origem não-cigana, pois, naquele período, não era comum encontrar ciganos seguidores do cristianismo. O ato cerimonial adotava outros critérios, baseados no contrato oral e mediante ao pagamento de um dote oferecido pelos pais

das moças ciganas. É provável que, na Bahia, tenha ocorrido muita mistura racial, por ter sido a cidade de São Salvador um dos locais que mais receberam membros da etnia cigana, ocorrendo assim, provavelmente, muitos casamentos mistos.

A partir de 1718, a capital baiana recebeu muitos ciganos ordenados pelo então rei D. João V, contradizendo a proibição deliberada na provisão de 1686, quando determinava que os ciganos não poderiam viver próximos as áreas onde existiam os grandes centros comerciais da época.

11 de abril, 1718. Foram degredados os ciganos do Reino para a praça da cidade da Bahia, ordenando-se ao governador que ponha cobro e cuidado na proibição do uso de sua língua e gíria, não permitindo que se ensine a seus filhos, a fim de obter-se a sua extinção (MORAIS FILHO, 1981, p. 26).

A chegada dos primeiros ciganos a cidade do Salvador, contribuiu e favoreceu para o desenvolvimento econômico e demográfico, de modo que a cidade tornou-se uma das mais importantes localidades para os ciganos no Brasil. Na capital baiana, foram alojados no bairro da Mouraria e no do Santo Antonio Além do Carmo. China (2004, p.271) cita uma carta sobre os ciganos na Bahia encontrada nos arquivos da biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, do ano de 1909. O documento foi escrito pelo chanceler José Carvalho de Andrade para o Conde de Oeiras.

Bahia 1 de agosto de 1761. Somente os ciganos, tendo antes de chegar a frota noticia da lei, que lhe dava regularidade, por navios das Ilhas, e de alguns que da frota se adiantavam, foram, insensivelmente, desertando, o que lhe foi fácil por morar em bairros apartados; e por ser gente que costumava muitas vezes deixar as casas para irem fazer trocas e vendas pelos sertões. Ficaram pouco na cidade; logo mandamos ordens a todos os ouvidores, capitães-mores, juizes de fora e ordinários que prendessem todos os que não fossem dessa terra moradores; e ainda a esses os obrigassem a regularidade da dita lei. Escrevemos logo ao Governador do Rio de Janeiro e ao de Pernambuco para que não deixassem viver nos matos. Alguns que nos vieram falar, e são velhos casados os mais deles, nos requerem que lhe deixemos arrendar fazendas e viver da lavoura, o que lhe facultamos [...]

O aludido documento evidencia que os ciganos estavam sempre em busca de novas regiões para praticar a sua mais importante atividade econômica: o comércio de burros e cavalos. A busca por novos lugares para negociar pode ter sido a principal razão para que os ciganos alcançassem as cidades do sertão baiano, região escolhida para o desenvolvimento da pecuária no período colonial. A concentração desta atividade na região deve-se à existência de grandes extensões de terras livres, sobretudo porque a zona litorânea era reservada ao

cultivo da cana-de-acúcar. Vivendo da troca e venda de animais, os ciganos, constantemente, mudavam de lugar na busca contínua de novos centros para realizarem seus negócios. O comércio pecuarista pode ter sido o principal movedor do deslocamento dos ciganos da capital baiana para as áreas sertanejas, pois esta era uma das atividades econômicas mais importantes praticadas pelo grupo no período colonial brasileiro, e ainda, é fortemente exercido por vários grupos ciganos, inclusive pelo grupo em pesquisa.

3.6. Os sedentários pecuaristas ciganos de Utinga.

Os ciganos de Utinga confirmam que, antes de fixarem naquela região, foram nômades. Esta prática tinha sido adotada a partir da necessidade de comercializar animais. Contam que são originários da cidade de Jacobina, na Bahia, conhecida como a cidade do ouro, localizada na Zona Fisiográfica do Nordeste Baiano, estando totalmente incluída na chamada Região do Semi-Árido. Foi um dos grandes centros pecuário e aurífero descoberto no século XVII, época em que os bandeirantes varriam o interior do Brasil em busca de ouro. Jacobina foi umas dessas cidades, emergida por questões econômicas. Além das jazidas de ouro, funcionou também como um dos “currais nordestino”⁹. Hoje é um grande centro agro-pecuarista, embora nada lembre a *gêneses* da corrida do ouro¹⁰.

Era de Jacobina que os ciganos partiam em caravanas, percorrendo várias cidades do sertão baiano para realizar suas transações comerciais. A entrada desse grupo nos arredores do município de Utinga foi constatado inicialmente em 1945, quando famílias ciganas com hábitos itinerantes percorriam algumas vilas e distritos, vindo a fixar-se em 1960, sem, contudo, perder o caráter itinerante.

⁹ Lugar utilizado para prender o gado nas travessias pelos sertões para que o rebanho não fugisse sertão adentro. Era parada obrigatória para descanso da boiada e dos condutores.

¹⁰ Corrida do Ouro – Jacobina é a mais antiga cidade da Chapada Diamantina. Mas o seu povoamento não é resultado da corrida em busca de pedra preciosas, mas de uma determinada corrida do ouro, riqueza que lá existiu e ainda é explorada. Além disso, é um município que transmudou, com eficácia, quase toda a sua economia para a agro-pecuarista Senna, Ronaldo. A Seda Esgarçada: configuração sócio-cultural dos ciganos de Utinga, Feira de Santana, ed. UEFS, 2005. p 49.



Figura 6: Irmãos calons década de 60
Fonte: Arquivo pessoal da família Almeida 2008



Figura 7: Época da itinerância, 1960
Fonte: Arquivo pessoal da família Almeida 2008

Na atualidade, a população itinerante encontra-se sedentarizada. No entanto, ainda existem situações que em são levados a mudarem de cidade. Geralmente isto tem ocorrido com a população feminina mais jovem, quando se une em laços matrimoniais a membros que residem em outras comunidades. O princípio cigano patrelinear estabelece que, após o casamento, a mulher deverá acompanhar a família do esposo. Outros motivos que os levam ao deslocamento são as visitas a parentes, participação em festejos matrimoniais, consultas médicas, ou, quando em época de eleição municipal, se deslocam à cidade de Ibiquera, localidade próxima, para supostamente votar no candidato de origem cigana que participa da política local há cerca de 20 anos, e pleiteia a cada nova eleição a renovação ao cargo de vereador. Estas questões citadas acontecem em situações esporádicas, mas a causa que ainda justifica a itinerância do grupo são as viagens aos municípios adjacentes para tratar de negociações comerciais.

Estes ciganos ainda conservam o costume de comercializar com animais, em geral criam, compram e vendem eqüinos e bovinos. Diferente do passado, quando era necessário viajar guiando os animais para vendê-los, hoje o processo de negociação mudou. Criam os animais em suas terras e estão sempre negociando com pecuaristas locais ou que residem em áreas circunvizinhas. O intuito é encontrar, em outros mercados agropecuários, negociantes do ramo, interessados em realizar novas transações comerciais.



Figura 8 condução de gado, 2008
Fonte: Arquivo pessoal 2008.

De acordo com as informações dadas por um agroprodutor cigano, os interessados na compra dos animais devem dirigir-se ao local onde estão em exposição para poder observá-los, e, caso a venda seja concretizada, são estabelecidos preços, forma de pagamento e o meio a ser utilizado no transporte dos animais. Assim, a responsabilidade não recai mais sobre os antigos donos. O meio mais comum utilizado para a entrega dos bovinos e eqüinos aos seus destinos tem sido através das contratações de homens condutores de gados, conhecidos nas áreas sertanejas pelo nome de “vaqueiros”. Esses guiaadores são conhecedores das estradas e atalhos existentes no sertão baiano. Eles figuram no Nordeste desde o período colonial. Foram grandes condutores de boiadas. Nas viagens com os animais, atravessavam cidades, rios, lugares virgens ainda não penetrados no sertão. Estes homens livres não eram proprietários de terra, mas vendiam sua força de trabalho em troca de algum pagamento. Inicialmente recebiam dos fazendeiros um pedaço de terra para cultivar sua própria roça, umas poucas cabeças de reses e um salário anual.

Na contemporaneidade, a figura do vaqueiro continua existindo no sertão. Sem muitas mudanças, continua exercendo o mesmo tipo de ocupação cuidando de animais nas fazendas de gado. Os ciganos costumam contratar vaqueiros para trabalharem em suas propriedades. Contudo, não são todos os ciganos que possuem uma situação econômica estável. Aqueles com baixa condição financeira, possuidores de poucos animais, costumam garantir o sustento da família vendendo e trocando mulas, cavalos, jegues e objetos que possam ser negociados. As transações acontecem na cidade, de preferência em dias de feira; ou tentam comercializar nas redondezas do município, incluindo as vilas e os povoados. Esta atividade de troca é conhecida nas feiras populares do interior pelo nome de “rolo”. Tal denominação deve-se a variedade de produtos novos e usados que fazem parte da transação comercial.

A visibilidade dos traços econômicos do período da itinerância nômade não são as únicas marcas preservadas pelos ciganos em Utinga. Ainda pode ser visto pelos arredores da comunidade alguns zíngaros que conservam hábitos dessa ocasião. São vistos montados em velhas mulas e jegues, estilo que lembra os tempos em que viviam pelas estradas e utilizavam esses animais como meio de transporte. Contrastando com estas imagens do passado, encontram-se carros sofisticados, que em nenhum momento lembram a vida do grupo há algumas décadas atrás.



Figura 9 Carro de luxo Fonte:
Fonte: Arquivo pessoal 2007



Figura 10 exibição de carros e som
Fonte: Arquivo pessoal 2007

Alguns componentes falam, com nostalgia, quando relembram esse período. Mas dizem preferir a vida de hoje. Justificam tal escolha citando algumas melhorias socioeconômicas adquiridas a partir do processo de sedentarização no contexto urbano. Ter uma residência é a conquista mais citada pelos entrevistados, quando questionados sobre a vantagem de abandonar a vida nômade e morar na cidade. O fato é que a aquisição da casa própria mudou a forma de viver desse grupo cigano. Tais afirmações podem ser constatadas nos trechos de duas entrevistas cedidas por um casal de ciganos idosos.

[...] - Entrevistador: O senhor B prefere a vida de hoje ou antigamente?

- Resposta: hoje é melhor

- Entrevistador: Por quê?

- Resposta: Antigamente a gente vivia sem rumo sofrendo pelas estradas, um dia aqui outro acolá, não era bom não. Hoje estou com 78 anos já cansado

- Entrevistador: E o que faz hoje ser bem melhor /

- Resposta: hoje a gente tem uma casa e não precisa ficar viajando...

(Entrevistado B, 78 anos, sexo masculino.)

- Entrevistador: A senhora prefere a vida de hoje ou antigamente?

- Resposta: hoje

- Entrevistador: Por quê?

- resposta: Menina antes a gente se cansava muito todo dia era um lugar para arrancar não tinha sossego.

- Entrevistador: E o que faz hoje ser bem melhor?

- Resposta: hoje a gente tem uma casa pode dormir sem preocupação [...]

(Entrevistado B, 78 anos, sexo masculino.)

O adormecer é outro ponto bastante citado pelos ciganos que viveram no tempo que praticavam o nomadismo. Afirmando os mais velhos que era extremamente desconfortável a falta de cama, de água encanada, de fogão a gás, adquiridos após período de sedentarização. Os comentários sempre trazem à luz os problemas vivenciados na hora de dormir. Enfatizam

principalmente a questão climática e os transtornos causados no período das chuvas. Sobretudo porque, no inverno, havia mais dificuldade para se acomodarem em seus ranchos e barracas que armavam, geralmente, na beira das estradas. No período de chuvas, eram obrigados a cercar toda barraca, colocando, em volta, pilhas de terra que serviam de barreiras e impediam que a água penetrasse no interior da tenda. Como não possuíam camas e não havia divisão interna, a dormida era coletiva.



Figura 11: Tenda cigana
Fonte: Arquivo pessoal 2007



Figura 12: Interior de residência cigana
Fonte: Arquivo pessoal 2008

O chão da tenda era forrado com couro de animais e tapetes, quando possuíam. Nesse espaço, todos eram alojados, misturando-se adultos e crianças. Ao amanhecer, desfaziam a arrumação da noite. Dobrava-se todo material e os cobertores eram guardados nos baús. As tendas, durante o dia, eram utilizadas para a realização do cozimento dos alimentos. Também guardavam os objetos domésticos. Nos trechos a seguir, fica evidente que não era fácil a vida nômade, às vezes, quando conseguiam uma liberação por parte dos fazendeiros, arranchavam nas fazendas, mas se não conseguiam, acampavam na beira das estradas o que, era mais comum.

[...] a gente vendia cavalos e burros, mas não era uma vida fácil, não tinha casa nem água era uma vida sofrida (B. V 76 anos).

[...] na estrada a gente armava barracas e passava a noite esperava o amanhecer para chegar até a cidade que a gente queria para vender os animais . (G. V 75 ANOS)

[...] às vezes a gente ficava arranchados nas fazendas ou na beira da estrada (E. 42anos)

A vida de antigamente não era muito boa não, a gente cansava muito. (S.S 63 anos).

Pelos depoimentos citados acima fica evidenciado que a vida itinerante, apesar de preencher um conjunto de funções socioeconômicas do grupo, era permeada por muitas dificuldades. No entanto, o processo de realojamento e fixação permitiu que ocorressem

diversas modificações, principalmente em termos habitacionais. Em regime de itinerância, o grupo como tantos outros espalhados pelo mundo eram obrigados a conviver com o desconforto promovido diariamente pela constante mobilidade geográfica em função da luta pela sobrevivência e do tipo de atividade geradora de renda – o comércio ambulante de mercadorias e especialmente de animais.

3.7. Mudanças: vida urbana

Diferente da vida nômade, as residências atuais são mais confortáveis que as antigas barracas de lona. Percebe-se assim, uma ascensão na condição socioeconômica do grupo. Então pode se afirmar que o processo de sedentarização, apesar de promover certas influências negativas em termos de preservação cultural, possibilitou a alguns melhoria social. As imagens abaixo mostram o quanto a vida cigana mudou.



Figura 13: Garagem de residência cigana
Fonte: Arquivo pessoal 2008



Figura 14: Interior de residência cigana
Fonte: Arquivo pessoal 2007

Existem algumas famílias com um bom padrão econômico. Outras vivem em condições de pobreza. Ao questionar a um informante sobre a tênue diferença social existente no grupo, foi dada a seguinte explicação:

Na época da vida na estrada os ciganos vendiam e compravam animais porque nosso grupo sempre negociou com animais, ai a gente não se preocupava com o dia do amanhã porque o cigano sempre vive o presente [...] depois quando veio para cidade tudo mudou. É difícil negociar com animais (mulas, cavalos) porque agora o povo só quer andar de carro, tem uns ciganos que compram carros usados e vendem, é preciso ter dinheiro quem tem no banco fica mais fácil, eu, por exemplo, tive muito filhos e toda vez que estava melhorando de vida tinha que vender a casa para pagar o “dote” ou da filha ou das minhas netas porque minha nora morreu quando foi pari, ai eu fiquei com 4 netos para sustentar. Já vendi a casa que morava três vezes, aqui tem cigano rico, mas não ajuda cigano pobre não. (Cigano D)

O relato confirma a diferença social existente no grupo como consequência das mudanças de hábitos ocorridos pós-movimento de sedentarização. Há evidência de que alguns ciganos conseguiram adaptar suas atividades econômicas à lógica capitalista. Antes de sedentarizar-se tinham como principal fonte de renda o comércio de animais. Nesse período viviam em tropas.



Figura 15 : grupo reunido década 60
Fonte: Arquivo pessoal dos Almeidas 2008



Figura 16: Exibição de equino 1960
Fonte: Arquivo Almeida 2008.

Passavam a maior parte do tempo viajando pelas principais cidades do sertão baiano. Nesse período, não se preocupavam com o “amanhã”. Segundo o entrevistado, a vida cigana é permeada pelo “hoje”. Vive-se o agora. Porém, quando passaram a viver na zona urbana e adquiriram a moradia fixa, foram necessárias algumas alterações e adequações no seu estilo de vida. O fator mais contundente para a pobreza e decadência econômica do grupo atribuiu-se ao declínio de venda de equino, pois tal comércio tornou-se pouco rentável.

A explicação dada para a decadência na venda dos animais está na melhoria nos meios de transportes. Afirma o último entrevistado que agora as pessoas não viajam mais montadas em animais, “as pessoas preferem viajar de carro, é mais confortável e gasta menos tempo”. Em função dessa mudança, os ciganos passaram a negociar com carros usados, vendendo ou comprando. E, neste ponto, o problema é evidenciado na certeza de que nem todos possuem capital disponível para tal transação comercial. Os mais pobres tentam continuar a venda de seus poucos animais pela zona rural ou em dia de feira. Em contrapartida, os ciganos mais ricos, além da venda de carros, negociam com bovinos e agiotagem.

Este mesmo problema de sobrevivência foi constatado pelo autor Moonen (2004), no município de Souza, no sertão da Paraíba, local onde se encontra uma comunidade cigana *calon* vivendo na mais extrema pobreza. Para este autor, o que causou a sedentarização do grupo foi o seu empobrecimento. Por isso, destaca dois fatores para tal situação de miséria:

Em primeiro lugar pode ser citada a *industrialização* do nordeste a partir da década de 60 quando, inclusive, começou, em escala maior, a produção nacional de automóveis, caminhões, ônibus, e tratores. Sempre mais o uso de animais de transporte ou de tração se tornou supérflua [...].O melhoramento

nos meios de transporte fizeram aumentar também o número de *estabelecimento comerciais* nas vilas e nas cidades do interior, outro fator que resultou na desvalorização do comércio ambulante cigano. Viajar deixou de ser uma aventura e mesmo as vilas e sítios menores passaram a ser servidos por uma linha de ônibus ou outro tipo de transporte coletivo. (MOONEM, 204, p.160 -1)

De acordo com o estudo do autor, a causa da sedentarização e do aumento da pobreza pode ter como indicador o melhoramento nos meios de transporte e, nesse sentido, teve sua origem no processo de industrialização ocorrido no nordeste, na década de 60. Em Utinga, além desses fatores, o “dote”, elemento imprescindível para que se constitua um casamento, também é apontado como responsável pelo estado de pobreza em que se encontram algumas famílias. Segundo o entrevistado mencionado na página (52), é difícil conseguir estabilidade financeira quando a família é constituída com muitas mulheres. Daí compreende-se porque as famílias ciganas preferem ter filhos e não filhas. Ser homem é menos dispendioso, pois, a mulher, além do dote, requer dos pais que encontrem um noivo com boas qualidades, dentre elas a argúcia para o negócio, a fim de fazer render a quantia recebida ao consumir o matrimônio.

A verdade é tanto a industrialização quanto a sedentarização urbana trouxeram mudanças estruturais e significativas no modo de viver dos ciganos. Isto não significa que todos os ciganos usufruem das melhorias sociais quando residem no perímetro urbano. Muitos têm consciência de que, na cidade, existe muito conforto e bem-estar, mas nem todos têm condições financeiras para custear esse status. Um exemplo de tal comodidade é a contratação de “empregadas domésticas” para executarem os afazeres do lar, costume “brasileiro” que foi incorporado aos seus hábitos. Outro fato que tem contribuído para facilitar a vida é a aquisição de muitos eletrodomésticos (ferro elétrico, fogão a gás, geladeira, máquina de lavar etc.), bem diferente do tempo em que viviam pelas estradas.



Figura 17: Sala de jantar dos Almeidas
Fonte: Arquivo pessoal 2008



Figura 18: Cozinha dos Almeidas
Fonte: Arquivo pessoal 2008

Tais avanços contribuem para deixar a vida da mulher cigana com mais disponibilidade temporal. A desocupação deixa a vida mais ociosa, sendo comum vê-las sentadas nas portas de suas residências e nas praças, por um longo tempo, dialogando com outras Ca Lins¹¹.



Figura 19: Ciganas em conversas
Fonte: Arquivo pessoal 2006



Figura 20: Ciganas em dia de festa
Fonte: Arquivo pessoal 2008

O grupo conserva-se localizado na mesma área da cidade que no passado, serviu de acampamento. Permanece habitando o bairro da Capelinha, área central da cidade. Na atualidade, não existem mais as barracas de lonas, e sim casas construídas de tijolos e blocos. Algumas delas ficam localizadas em ruas onde existe um bom saneamento básico, além de calçamento. Outras estão em localizações que ainda necessitam de melhorias estruturais.



Figura 21: Frente de casa cigana
Fonte: Arquivo pessoal 2008



Figura 22: Rua sem calçar onde residem ciganos
Fonte: Arquivo pessoal 2007

É importante salientar que, embora todas as famílias residam próxima uma da outra, o local não é reduto somente da comunidade cigana, entre uma casa e outra, há moradores de origem não-cigana denominados por eles de “*juros*”¹². Diferente da década de 70, quando existiam poucas famílias, hoje o clã multiplicou-se fazendo uma composição em torno de 60 núcleos, e apresentando um contingente populacional bastante jovem, o que pode ser constatado na tabela abaixo:

¹¹ Moça, mulher cigana na língua calon

¹² Uma das poucas palavras ditas por eles, que faz parte do seu código lingüístico secreto.

DIVISÃO DE CIGANOS DE ACORDO COM A IDADE

PERÍODO: 2006

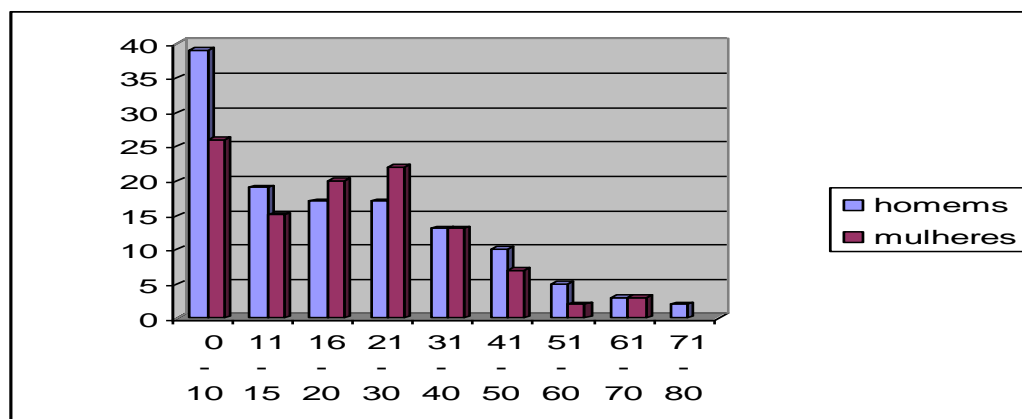


Gráfico 4: Divisão por idade e sexo em gráfico

Fonte: Dados pessoal da autora

Em termos de moradia acontece com este grupo um processo de integração habitacional, uma vez que a localização das residências fica no bairro central da pequena cidade. Os ciganos, geralmente, em escala mundial, são empurrados para as periferias das cidades, ou são alojadas em habitações sociais formando verdadeiros guetos. Esta segregação espacial contribui para manter a supressão cada vez maior da categoria. No Brasil, existem muitos ciganos vivendo em condições de excessiva pobreza. Nesse aspecto, é inegável que, em relação ao processo habitacional, a localização induzida por políticas públicas sociais, tem como efeito direcioná-las para as periferias urbanas. Esta ocupação do espaço físico e social diferenciado potencializa e vulnerabiliza a exclusão social. É o caso dos ciganos investigados por Moonen (2004) que vivem na cidade de Souza no sertão da Paraíba.

No entanto, o fator preponderante que contribuiu para a fixação do grupo no município de Utinga, não está especificamente atrelado à possibilidade de ter uma “residência”. A permanência na localidade foi determinada pelas boas condições climáticas encontradas como solo fértil e água em abundância, favorecendo a criação de animais e o desenvolvimento da agricultura. No município e nas terras adjacentes permitiram no passado, e atualmente, o cultivo de alguns produtos na região, destacando a cultura da banana e do café. Porém, deve ser ressaltado que a agricultura não é uma atividade utilizada pelos ciganos pesquisados, a justificativa está na forma que lidam com o tempo e o espaço.

3.8. Lógica temporal cigana

Os ciganos fazem parte daqueles grupos étnicos que concentram suas energias nos grupos primários e nas relações humanas. Consideram quase impossível se adaptarem a horários rígidos. Esses homens precisam de tempo livre. Não seguem a desenfreada corrida da vida moderna. O tempo vivenciado por esta categoria diferencia da lógica contemporânea, em que o ritmo de vida acompanha cronometricamente o relógio. Não realizam nenhuma atividade geradora de rendimento econômico seguindo formalmente os padrões rigorosos de horários. Seus projetos podem ser modificados até a hora da execução. Nas imagens abaixo pode ser observado em relação ao tempo livre (momento de saciação) que essa característica é seguida por membros de todas as idades.



Figura 23: Momento de lazer cigano (Conversar)
Fonte: Arquivo pessoal 2006



Figura 24: Ciganos em momento de descontração
Fonte: Arquivo pessoal 2006.

O espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana, mas geralmente é utilizado apenas para medir os segundos, minutos, horas, dias, meses, anos, décadas, séculos e eras, como se estivesse o seu lugar numa única escala temporal objetiva (HARVEY, 2005, p 187). Alguns grupos étnicos, e, neste caso, os ciganos, utilizam-se do tempo de forma diferente da exigida pela sociedade contemporânea. Não acompanham o ritmo acelerado dessa sociedade tecnologicamente moderna. Esse é um aspecto da “sociedade hospedeira” que o grupo parece não querer acompanhar. Prefere adotar o modo tranquilo, seguido pelas gerações passadas que utilizavam o tempo sem muita rigidez. Entretanto, em determinados momentos, é levado a obedecer às regras temporais de horários da sociedade que vive, principalmente por necessitar de alguns serviços formais, como atividade bancária, consultas médicas e outros. Só nessas circunstâncias, em que não pode alterar o modelo seguido pela sociedade, é que tentam obedecê-las. Ainda assim, ocorrem atrasos.

É notório que, diferente de sua coerência em relação ao tempo, os ciganos são levados a integrar alguns costumes urbanistas às suas tradições, pois a vida na cidade exige mudanças

e adaptações, estando organizada em função dos hábitos da maioria dos indivíduos e não em função de grupos minoritários. Vivem buscando equilibrar algumas características da vida nômade com a sedentária, assim, tentam preservar alguns valores referendados na tradição das gerações passadas. Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados, pois contêm e perpetuam as experiências das gerações anteriores. O passado é também um meio de lidar com o tempo e o espaço, e que precisa ser reinventado a cada nova gênese (GIDDENS, 1990). Estas novas gerações lidam com algumas representações simbólicas de seu grupo, conservando-se próximo da forma que fazem seus pais e avós. Entre as simbologias preservadas, o trabalho, meio de sobrevivência, segue os padrões vivenciados pelo grupo no passado. Ainda hoje, os ciganos de todas as idades dão preferência pela pecuária. Segundo eles, a criação de animais não necessita de ocupação integral do tempo, restando horários livres para desempenharem outra tarefa socioeconômica.

Muitos ciganos são agiotas. A agiotagem é um tipo de atividade que se caracteriza por empréstimo de dinheiro a juros cujas taxas variam entre 10 a 15%. Essa atividade é exercida principalmente pelos ciganos “ricos”. Chega a se comentar que, em época de campanhas políticas, os ciganos são muito requisitados pelos candidatos dos vários municípios circunvizinhos e da própria localidade.

Na lógica econômica da comunidade cigana, trabalho e vida social não são dimensões distintas. Às vezes chega a provocar uma extrema estranheza aos membros da cultura não-cigana, quando diariamente são vistos em finais de tarde, reunidos numa praça, situada próxima ao conjunto habitacional onde residem (Capelinha). Raramente tem a participação de um gajão; passam horas ouvindo músicas que são tocadas nos aparelhos de som de seus potentes carros.



Figura 25 : Momento de saciação cigana
Fonte: Arquivo pessoal 2007



Figura 26: Dia de festa ciganos reunidos em bar
Fonte: Arquivo pessoal 2009

Nesse momento aproveitam para resolver questões de negócios ou simplesmente para conversar, com o objetivo de “passar o tempo”. As ciganas, com seus vestidos coloridos, completam o cenário do lugar. Para estas conversas informais são organizados dois grupos: um de homens e outro de mulheres. As crianças seguem a mesma divisão: as meninas acompanham as mães, enquanto os meninos ficam próximo aos pais. Fica evidente que há uma divisão de gênero bem demarcada no grupo.

4 - CAPÍTULO III: ENTRE O SILÊNCIO QUE GRITA E AS VOZES SILENCIADAS

4.1. Tradição cigana e organização familiar: os vários modelos.

Neste capítulo, será discutida a organização familiar diante da realidade conjugal contemporânea existente na comunidade cigana de Utinga. De fato, a família, instância intensamente socializadora, assume para este grupo um lugar central. É em torno dela que tudo gira, e se adquire status, prestígio e valorização social. Ela se constitui, portanto, a instituição-base de toda a organização socioeconômica da comunidade, possibilitando no campo da observação e da pesquisa várias oportunidades de estudo sobre o comportamento e condutas dos sujeitos imbricados. Assim, de forma tácita, permite uma maior análise de suas representações e relações, sobretudo de poder.

O arranjo familiar cigano, em Utinga, segue um único modelo, o qual é reiterado há várias décadas pelos seus componentes. É neste pólo, que parece existir, atualmente, uma situação de tensão e conflito entre as novas gerações e os representantes da gerontocracia. Nas comunidades ciganas, em escala hierárquica cabe aos indivíduos que possuem idade mais avançada, a responsabilidade de salvaguardar, para os membros mais jovens, os costumes culturais considerados importantes para preservação e manutenção do grupo. Este princípio é adotado pelas várias descendências ciganas aqui no Brasil e no mundo.

Há evidências que a comunidade está atravessando um momento de conflito geracional, visto que a pertença ao grupo étnico cigano encerra algumas implicações: por um lado, impõe ao sujeito social, fortes exigências de lealdade e fidelidade aos valores basilares e estruturadores da organização, fator inibidor do surgimento de projetos de distinção pessoal; por outro, entende-se que não é concebível a apropriação e inclusão de determinados elementos da cultura brasileira, neste caso aos encontrados na comunidade. Os ciganos, perpetuadores das tradições ciganas, selecionam os elementos que desejam apropriar-se em situação de alteridade. No entanto, parece existir um choque oriundo das mudanças socioculturais, o que tem corroborado para o esgotamento ou desarticulação de valores tradicionais existentes. Alguns componentes percebem que os fios condutores que garantiam a continuidade de tais valores apresentam-se, na atualidade, de forma fragilizada com sinais de desmoronamento, havendo necessidade de impor fronteiras, impedindo que haja uma total

invasão cultural, e, sobretudo, que possa esgarçar princípios considerados essenciais para a sobrevivência e continuidade da comunidade cigana.

Mesmo na convivência lado a lado com modelos culturais diferentes, alguns grupos étnicos minoritários tentam sobreviver impondo limites no que tange à absorção pelos menos em parte, de valores culturais díspares. As distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação, mas acarretam processos sociais de exclusão e de incorporação, pelos quais as categorias discretas são mantidas, apesar das transformações na participação e na pertença no decorrer de histórias individuais de vida. As diferenças culturais podem permanecer apesar do contato inter-étnico e da interdependência dos grupos. (BARTH, 1998, p. 188). Como grupo étnico, os ciganos de Utinga não pretendem abrir mão de alguns valores culturais de suas tradições, de forma que tentam estabelecer fronteiras sociais, com o objetivo de resistir às mudanças temporais. Nessa relação de confronto têm os “brasileiros”¹³ como os principais influenciadores das mudanças de hábitos que vêm ocorrendo na comunidade.

4.2. Hóspedes em terras brasileiras

Sedentarizada há quase quatro décadas, esta comunidade urbana de ciganos passou por algumas alterações significativas, conseqüência do processo de realojamento e fixação. Em presença de novas sociabilidades, tornou impossível evitar as influências externas, sobretudo, porque estão ocupando e freqüentando novos espaços sociais. Este movimento implicou na composição de uma nova relação com o meio e com as populações que partilham do mesmo espaço. Do mundo nômade, marca indelével que até algumas décadas era praticada pelo grupo tornaram-se urbanistas sedentários, sujeitos a novas interações e adaptações presentes no contexto social citadino. Como sujeitos sociais têm consciência de pertencer a um diferente grupo étnico, e, para garantir que seus valores culturais não sejam diluídos perante a cultura dos não-ciganos, utilizam algumas estratégias de controle para asseverar a manutenção do grupo.

Os ciganos, defensores da tradição histórica, sentem necessidade de proteger-se das ameaças urbanas, detendo um sentimento de insegurança frente à sociedade envolvente. Aparentemente vivem o dilema do medo provocado pelas influências societais que

¹³ Utilizar o termo brasileiro para demarcar sua identidade.

atormentam aos descendentes pertencentes à categoria minoritária; temem pela destradicionalização dos valores que consideram primordiais à permanência da identidade étnica face ao grupo dominante. Tentam, a todo instante, manter o controle social sobre seus descendentes inculcando, desde cedo, os princípios essenciais de resistência fronteiriças em relação à alteridade. (2008) descreve que as fronteiras acentuam o seu caráter dinâmico e processual, na medida em que, de forma contínua, é objeto de recomposição, em ordem a condicionar as interações nas situações de mudança social induzidas por processos macrosociais, tais como, a colonização, a urbanização e as migrações. Bauman (2005, p.72) parafraseando o antropólogo norueguês contemporâneo Barth, diz que: quando as fronteiras são traçadas e as diferenças surgem, é, nesse momento, que se tem de levar em conta a sua existência. Porém, deve-se considerar que busca por muralhas não é suficiente para impedir que determinados indivíduos transponham as regras.

4.3. Os jovens ciganos: continuidade ou esgarçamento da tradição

Nascidos em outro momento histórico, os jovens descendentes ciganos estão sujeitos a incorporarem valores culturais diferentes aos existentes no seu grupo étnico. Esta absorção é conseqüência do contato e convívio entre as duas culturas. Tal juventude parece apresentar uma identidade com característica de dupla pertença, nomeadamente porque a analogia não é estática. Ela possui a virtualidade de estar em constante reatualização. Os “jovens ciganos” têm apresentado valores ora da tradição étnica cigana, carregada de simbolismo, ora transmuta com os valores da cultura local – a brasileira. A “identidade cigana” não é homogênea, definitiva e estanque no seu agir temporal e espacial. Ela transforma-se ou se altera, em função de inumeráveis circunstâncias endógenas e exógenas.

Todas as alterações que vêm ocorrendo nos hábitos, dos quais os ciganos estão sendo protagonistas, são favorecidas pelo processo de sedentarização em um contexto urbanista. Este tipo de alojamento provocou alterações consideráveis ao grupo, à medida que as moradias fixas abriram espaço para as influências externas ao seu meio. Tornou difícil conservar ilesos valores considerados primordiais para a existência do grupo. Do convívio com os brasileiros, os púberes ciganos, principalmente os “rapazes”, têm apresentado uma postura de adaptação em que os seus modelos culturais de referências vão transformando e interpenetrando com os da sociedade envolvente.

Esses jovens convivem, conversam, sociabilizam com outros sujeitos, os quais apresentam uma faixa etária equivalente, e postura de vida diferente da encontrada no meio cigano. Esse convívio termina por influenciá-los, de modo que os mais velhos do clã, com uma postura conservadorista, lutam para manter preservadas as tradições referendadas numa concepção de organização grupal, baseada em laços ênicos e endogâmicos, não aceitando as interferências externas. O que tem ocorrido nesta comunidade é um embate de gerações, indivíduos que cresceram nos moldes tradicionais, e querem continuar exercendo um controle sobre a forma que deve proceder as novas proles. A juventude cigana acompanha o dinamismo do mundo contemporâneo e globalizado, e é pressionada pelos defensores dos antigos costumes a adotarem o mesmo padrão de comportamento seguido pelos ciganos de gerações passadas, de forma a inflexibilizar uma possível mistura racial e cultural no grupo, dificultando a penetração dos gajões, no seio da comunidade. Os gerontes tentam selecionar estrategicamente a identidade, a preservar valores a renunciar, reafirmando sua identidade étnica, o que implica no sentimento de pertença de auto-estima, inferindo uma estreita ligação com a socialização familiar e grupal.

Os patronos das tradições não aceitam que haja alterações advindas de outros espaços sociais, freqüentados pelos jovens ciganos. Eles querem resistir às transformações e as influências constantes do mundo moderno. São os defensores de uma identidade estável, ou do sujeito iluminista descrito por Hall (2000), que assevera que os teóricos do iluminismo defendiam a teoria da imutabilidade e consideravam o indivíduo um ser inalterável com um núcleo interior permanente, do nascimento até a morte.

Para os mais antigos, é complexo a compreensão das discontinuidades, das mudanças espaço-temporais. O problema inside na crescente complexidade do mundo moderno que tem provocado alterações comportamentais para as novas gerações ciganas, e, nesse sentido, afetado diretamente a “identidade” ou as “identidades” destes jovens indivíduos, tornando-a fragmentada. “A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais são representadas e interpeladas nos sistemas culturais que os rodeiam” (HALL, 1987 *apud* HALL, 2000). Todas estas modificações estruturais segundo o autor supracitado se iniciaram no final do século XX, alterando consubstancialmente o jeito de viver dos sujeitos, afetando algumas questões que compõem “gênero, sexualidade, etnia, raça, nacionalidade, classe que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais”.

Todas estas mudanças sociais acarretaram implicações que afetaram diretamente a identidade ou as múltiplas identidades do sujeito moderno Laclau (1990 *apud* HALL, 2000,

p.17) diz que as sociedades na modernidade tardia são caracterizadas pela ‘diferença’. Em consequência produzem diferentes divisões e antagonismos sociais, culminando com uma variedade de posições do sujeito. Nesse sentido, pode-se afirmar, em consonância com o pensamento de Hall (2000), que a identidade do sujeito moderno diferente da existente no passado foi desarticulada, em consequência da falta de constância tanto social, cultural, própria da “modernidade líquida” provocando uma ‘crise de identidade’. (HALL, 2000, p. 9-11). Neste contexto, é necessário considerar que tais mudanças identitárias do sujeito contemporâneo, segundo Laclau (1990 apud HALL, 2000, p.17-8) possibilitam a criação de novas identidades e a produção de novos sujeitos, o que ele chama de ‘recomposição da estrutura em torno de pontos nodais particulares de articulação’. Outra questão importante a ser considerada consiste nas transformações do tempo e do espaço conceptualizado delineada por Giddens (1990) de ‘desalojamento do sistema social’, são as mudanças temporais, às quais os indivíduos estão sujeitos. Tal fato incide em considerar o tempo histórico que estão vivenciando. Diferente dos séculos anteriores, as sociedades modernas parecem estar em constante mudança. Este processo contínuo de transformação e instabilidade, que tem suscitado estranheza aos membros pertencentes à gerontocracia cigana. Para estes indivíduos algo adventício tem assolado a comunidade, conforme pode ser verificado em três depoimentos de ciganos:

1º- Hoje em dia não é mais a mesma coisa não, mudou muito televisão mostra muita coisa, eu não sei o que esta acontecendo aqui não. No meu tempo era diferente antes os filhos obedeciam mais. A mistura com os brasileiros mudou muito. Mais a tradição não acaba não, porque já é da descendência os que vão nascendo vão crescendo e acompanha a gente e aprende as coisas com nós (homem de 77 anos).

2º- Está tudo mudado, antigamente quando um cigano casava era para vida toda, hoje não, não demora nada, tem casamento que não dura nenhum mês, eu não sei o que está acontecendo com esses meninos de hoje não (mulher de 64).

3º - Hoje tem muita liberdade que os pais dão, tem dinheiro tem carro vive numa vaidade sem fim, não são criados com mais responsabilidade como era antes não. A vida na cidade oferece muitas facilidades e eles ver os brasileiros novos com muita liberdade [...] (homem de 45 anos criado por brasileiro).

Os depoimentos citados evidenciam os novos comportamentos que têm ocorrido nesta comunidade. As mudanças de conduta que têm afligido o meio cigano são consequências de choques de valores entre os conservadores, que idealizam para seus descendentes os mesmos comportamentos que existiam há décadas atrás, e não conseguem conciliar, ou entender às

mudanças. Urbanizados, os ciganos transmutam numa vivência que tenta combinar valores simbólicos pertencentes às suas tradições culturais, considerados os mais importantes para seu grupo, mas vivem simultaneamente o dilema das influências local e global. Neste sentido, a comunidade cigana deve ser entendida através da interação entre duas dimensões: a local e a transnacional global. Localmente porque ao coabitar com outras culturas assimila a cultura do outro. No sentido transnacional global, porque os descendentes que lutam para que os valores dessa minoria sejam preservados com a idéia de uma comunidade imaginada com seus símbolos e representações válidas para toda população em termos globais. E isto não implica perder as características e peculiaridade de cada grupo em suas dimensões locais.

As comunidades locais podem ser entendidas e compreendidas como pequenas unidades de co-presença, tangíveis e ligadas imediatamente ao território sobre o qual se assentavam. No entanto, cada vez mais estas comunidades passam a ser imaginadas e reinterpretadas em ciclo de contemporaneidade e cosmopolitanismo. Parece ocorrer uma fusão entre elementos essencialistas (tradição local) e epocalistas (experiências cosmopolitas), produzindo uma nova forma de interação simbólica, a comunidade transnacional. As comunidades transnacionais se fundamentam em novas formas simbólicas, instituídas a partir da justaposição de símbolos, locais e globais. (RESENDE, 2000)

Os ciganos vivem nitidamente estas angústias, claramente perceptível na geração mais antiga, o que Bauman (2005, p. 43) chama de “sentimento desencontrado”, que seria provocado pelas incertezas motivadas pela vida moderna principalmente nos contemporâneos espaços urbanos:

A vida na cidade tem fama de ser uma experiência que desperta sentimentos desencontrados. Atrai e repele ao mesmo tempo, e, para complicar ainda mais a existência dos seus habitantes, são os mesmos aspectos dessa vida que atraem e repelem, ora intermitente, ora simultaneamente... A desconcertante variedade do meio urbano é uma fonte de medos (sobretudo, para os que perderam o norte por se verem mergulhados num estado de incerteza aguda, efeito da instabilidade que nos trouxe a globalização)[...]

A chegada dos ciganos no ambiente urbano suscita reflexões no que versa à ocupação territorial, influências e indicadores que podem inferir em profundas mudanças nos aspectos culturais tradicionais. “Sem dúvida, a expansão urbana é uma das causas que intensificaram coabitar a hibridação cultural” (CANCLINI, 1998, p. 285). Diante da afirmação mencionada, é pertinente salientar que a cultura cigana passa por um processo de transformação sociocultural próprio das mudanças contemporâneas; transmutam entre o tradicional e a inovação. A ocupação urbana alterou a organização social do grupo. É notório que ao

habitarem os espaços urbanos contemporâneos, os ciganos, sobretudo os nascidos nas últimas décadas, são influenciados pelas mudanças do atual momento histórico e pelo estilo de vida existente na sociedade hospedeira. Surge, dessa convivência, o medo que abespinha os senhores conservadores das tradições, os quais temem pelo esfacelamento do grupo cigano.

A angústia e a insegurança sentidas por estes membros se encaixam perfeitamente naquilo que Bauman (2005) descreve em *Confiança e Medo na Cidade* como sendo a complexidade da vida urbana. O autor nos descreve as dificuldades de convivência entre os indivíduos que habitam a cidade, fazendo emergir manifestações de mixofilia¹⁴ e de mixofobia¹⁵. Freud, para explicar a origem do sofrimento humano, afirma que existem três fontes de onde provêm as aflições do ser humano: “o poder superior da natureza, a fragilidade de nossos próprios corpos, e a inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade”. (FREUD, 1974, p.93). E é justamente nesta terceira fonte, a de origem social, que parece se situar o conflito cigano: os homens que prezam pelos costumes do grupo não aceitam que seus descendentes contemporâneos tenham uma conduta parecida, em termos de valor cultural, com a existente na sociedade hospedeira. Eles não aceitam interferência advinda do meio social externo. Esta ocorrência tem gerado uma situação de tensão, medo, angústia e insegurança. Estes membros trazem em mente um modo de vida referendada num arquétipo tradicional de sociedade. Os ciganos vêm nesse contato com as cidades “brasileiras”, promotoras de novas sociabilidades, a origem da extinção e das “descontinuidades” de seus costumes. A este respeito, Giddens (1990, p. 14) reflete sobre o ritmo da modernidade e assinala que:

Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilham de *todos* os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes. Tanto em sua extensionalidade quanto na sua intensionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobre o globo; em termos intensionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência.[...]

Com um modelo de vida baseado nas sociedades tradicionais, os ciganos de meia idade têm maior dificuldade de lidar com as transformações (*descontinuidades*) céleres do tempo,

¹⁴ Atração por conviver entre estranhos.

¹⁵ Pavor de estranhos.

característica típica do mundo moderno, o que, segundo o autor supracitado se explica pela forma de lidar com a questão espaço-tempo.

Nas culturas tradicionais o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização *tempo-espacial* da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por vez estruturados por práticas sociais decorrentes [...] (GIDDENS, 1990, p.44 grifos nossos)

Os valores da tradição estão referendados em torno de alguns princípios basilares que reiteram valores simbólicos e morais estruturadores das tradições, emergidos do seu direito consuetudinário: a língua romanó/caló, elemento de união identificadora e de pertença (nacional e transnacional); do respeito aos (mais velhos); na organização da família extensa prioritária sobre quaisquer outros vínculos sociais. Porém, o número de filhos tem diminuído com as calins pertencentes às novas gerações, através do controle da natalidade.

Diferente das mulheres mais velhas que declararam que no seu tempo não utilizavam nenhum método contraceptivo, essas senhoras garantem que não recebiam orientação sexual por parte das mães, e raramente nas gestações eram assistidas por médicos. Segundo uma entrevistada idosa, com 65 anos e mãe de oito filhos, o maior número do local, nascidos no período que praticavam o nomadismo, “todos os partos foram realizados nos acampamentos com ajuda de parteiras¹⁶ e das outras ciganas experientes que faziam parte do grupo”. Inclusive um dos seus filhos quase vinha ao mundo meio ao lombo de um cavalo, porque começou a sentir contrações durante um deslocamento do grupo e, para não atrapalhar a itinerância, permaneceu em silêncio acreditando que conseguiria chegar a tempo a um local no qual existissem parteiras. No entanto, o parto foi realizado na beira de uma estrada, sem auxílio de uma parteira, pois ao “apear do cavalo” já estava entrando em trabalho de parto. A mesma informante disse que em outra gestação não foi possível pedir ajuda, pois entrou em trabalho de parto: “[...] eu comecei a sentir dor, mas achava que era só uma cólica, então continuei fazendo as coisas de casa, aí a dor apertou e o menino nasceu, então apareceu meu marido que foi chamar outras ciganas [...]”. Garante que naquele período os partos eram todos realizados nos acampamentos, corria-se muito risco, chegando a morrer de parto.

¹⁶ **PARTEIRA** s.f. Mulher cuja profissão é assistir os partos, ajudar as parturientes. (Sin.: *obstetrix, comadre*.)
©Enciclopédia Digital Época

Diferente do passado, hoje os partos são realizados em hospitais e muitas meninas-mulher são acompanhadas durante toda gravidez por um médico-ginecologista, em clínicas privadas. A maternidade é um dos elementos da cultura cigana mais importantes e esperados, tanto que Silva (2005, p. 64) afirma que:

Para a mulher cigana, o nascimento do primeiro filho significa a sua plena aceitação como mulher adulta, a plena aceitação do casal como família. A gravidez é o complemento natural e esperado do casamento que, por norma, é em idades adolescentes, termo que, no âmbito da cultura cigana, não faz sentido: comparadas as adolescências das sociedades modernas, escolarizada, a passagem das crianças ciganas para a idade adulta parece dar-se diretamente.

De acordo com a autora supracitada, no âmbito da cultura cigana a gravidez ocorre numa idade considerada nas sociedades modernas ainda adolescente, na verdade o elo demarcador que diferencia uma fase de outra não está referendada na idade e sim em algumas mudanças biológicas. No caso do sexo feminino, elas deixam de ser menina e passam a ser consideradas mulher a partir do primeiro ciclo menstrual. Nessa fase elas já são consideradas maduras para assumirem uma família, geralmente, estão com idade entre 12 e 15 anos.

Ao casar, o momento mais esperado é a gravidez. No entanto, se até um ano não o correr a gestação, os pais maternos procuram uma clínica-médica especializada com objetivo de investigar se existe algum problema genético que esteja impedindo a gestação. Quando ocorre a gravidez sem problemas, depois da segunda gestação inicia-se o uso de contraceptivos, sendo o uso das pílulas o método mais adotado que se estende até chegar à idade mínima que possam realizar a laqueadura. Muitas dessas jovens têm o primeiro filho por volta dos 15 anos e, quando corre a segunda gravidez ainda não têm a idade considerada mínima, 25 anos, pelos padrões de saúde para realizar laqueadura. Assim o processo de esterilização cirúrgica só ocorre alguns anos mais tarde.

É verossímil afirmar que tanto o matrimônio quanto a maternidade são elementos legitimadores fundamentais da cultura cigana. Através desses elementos, os ciganos mais velhos tentam manter e preservar o grupo dando continuidade às novas gerações, buscando manter principalmente os casamentos endogâmicos com base no patriarcalismo, de acordo com os princípios que versam a tradição. No entanto, durante a pesquisa de campo, alguns dados surgiram revelando uma relação de tensões que emerge das mudanças que vêm ocorrendo no campo matrimonial. Foi constatado que na atualidade diversos casais jovens vêm rompendo com a tradição dos casamentos duradouros, quando sequer era cogitada a possibilidade de separações matrimoniais. Hoje muitos casais jovens têm desrespeitado esta

norma, ocorrendo muitos casos de separações precoces. Assim, no quadro abaixo é possível verificar a ocorrência do alto número de casamentos desfeitos, que estão justificados pelos mais diversos fatores. Inclusive, é apresentado um caso, quase inédito no meio cigano, de uma mesma cigana que se separou três vezes por sua própria vontade. Cabe destacar que esse fato é de extrema importância, pois serve para desmistificar a idéia da submissão da mulher cigana, tendo em vista que já estão ocorrendo mudanças dessa ordem na comunidade.

CIGANAS DEVOLVIDAS	TEMPO DE CASAMENTO	IDADE	CAUSA
Cigana A	06 meses	14 anos	Foi devolvida aos pais grávida
Cigana B	04 meses	15 anos	Falta do pagamento completo do dote e indiferença do marido
Cigana C	2 anos	17	Agressões físicas falta de respeito indiferença
Cigana D	3 a 4 meses	14 anos	Casou 4 vezes. O primeiro esposo era estéril; o segundo e terceiro ela pediu ao pai para voltar pra casa. Agora se encontra no 4º matrimônio.
Cigana E	1 ano	19 anos	Foi devolvida grávida, próximo ao parto - o marido não quis manter o casamento.
Cigana F	3 meses a um ano	16 anos	Os maridos eram inférteis está no terceiro.
Cigana G		15 anos	O marido devolveu duas vezes, mas depois a pegou de volta. Ela retornou para o marido.
Cigana H	3 a 10 meses	15 anos	Rejeitada pelo marido. (Não tem vida conjugal).
Cigana I	1 ano	15 anos	Rejeitada pelo marido. (Não tem vida conjugal).
Cigana I	1 ano	16	Marido estéril, o pai pegou-a de volta.

Quadro 2 – Casamentos desfeitos.

Fonte: Dados coletados pela autora

Apesar das mudanças, sobretudo no que diz respeito ao simbolismo da virgindade e à durabilidade da união, os matrimônios continuam acontecendo com incentivo e rigor dos pais da noiva. Segundo o pensamento de alguns interlocutores da pesquisa, esse comportamento masculino de não mais asseverar os laços matrimoniais deve-se, sobretudo à convivência em novas redes de sociabilidades, imbricados em diferentes espaços urbanos. Os rapazes estão sujeitos às novas influências e posições, tornando difícil manter inalterados alguns costumes específicos da sua cultura. Assim, os ciganos não estão isentos das influências que acontecem

na sociedade “majoritária” e vivem certamente um processo de assimilação cultural que vem interferindo, de modo significativo, na vida dos jovens ciganos.

Segundo Simmel (1983), a realidade social se constrói na essência da interação entre os homens, e toda associação humana, segundo ele, manifesta forças contraditórias, encontrando-se imiscuídas na luta entre a harmonia e a desarmonia. As tensões presentes em todas as esferas encontram-se no jogo social, proporcionando à decadência de formas de interação já cristalizadas e à ascensão de novas formas. O autor acrescenta que o conflito encontra-se presente, ora aproximando, ora afastando grupos e indivíduos, tornando o encontro social uma experiência carregada de tensões. Para Freire (1999), onde há vida, há o inacabado. Destaca que nossa presença no mundo não se faz no isolamento, isento de influências. Nesse sentido, a influência do meio sobre o indivíduo ocorre no convívio, aprendendo na relação com o outro. Cada sociedade incorpora um conjunto de valores e representações, ou seja, um padrão social de referência e exclui aqueles cidadãos que não participam e aderem aos valores e aos aspectos contidos nesse arquétipo de referência.

No caso específico da etnia cigana, são eles que lutam para manter indelévels os traços específicos da cultura com sua identidade diferenciada diante do padrão imposto pela sociedade majoritária. Assim, nessa acepção, Boaventura Santos (p.18-19), de forma sábia, faz uma alusão aos indivíduos pertencentes às etnias minoritárias citando que: “eles têm o direito de ser iguais quando a diferença os inferioriza e o direito de ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”. Por este princípio, é correto justificar a luta dos ciganos tradicionais que acobardados temem pela descaracterização do grupo. Na luta pela sobrevivência, a comunidade cigana tenta manter sua identidade social e étnica, impondo fronteiras na forma em que são organizadas suas relações pessoais. Seguem estabelecendo as relações conjugais, as quais obedecem ao padrão êmico e endogâmico, baseado no seu direito consuetudinário com o objetivo de impedir o entrelaçamento de indivíduos que não sejam do mesmo clã.

4.4. Laços matrimoniais: do modelo tradicional aos estilos contemporâneos

Fazendo uma retrospectiva histórica sobre os vários tipos de organização familiar no Brasil, o padrão cigano lembra o tradicional modelo ibérico patriarcal existente no período colonial. Segundo Castells (1999), modelos familiares do Brasil desde a colônia até os tempos atuais têm raízes profundas no patriarcalismo. Este estilo implantado na sociedade brasileira

era marcado pela autoridade paterna que, além da mulher, exercia autoridade sobre os filhos e demais dependentes sob sua influência, característica esta ainda encontrada fortemente nas comunidades ciganas. Sâmara (2004), descreve, em relação à família brasileira que, no período colonial, apresentava uma feição complexa, incorporando ao núcleo central componentes de várias origens, que mantinham diversos tipos de relações com o dono da casa, sua mulher e prole legítima. Inclusive no aspecto da legitimidade consanguínea e no controle da sexualidade feminina, estes dois últimos aspectos são fortemente encontrados no meio cigano. No entanto, é observada, nas comunidades ciganas, a quase inexistência de elementos agregados, que não sejam consanguíneos.

Embora detentores de alguns princípios basilares, que norteiam e fundamentam a singularidade do grupo, a organização social com base nas relações de parentesco, é o alicerce da estrutura social. Os ciganos tradicionais servem-se do arquétipo nos moldes passados pelos pais e avós, não admitindo que haja mudança no modelo matrimonial. O casamento é um ato constitutivo do grupo familiar e das relações de parentesco, assumindo particular relevância na estruturação e coesão interna do grupo étnico cigano. Acreditam que assim, serão preservados valores considerados pelo grupo como os mais importantes em termos de sustentação e de fronteira. Para estes indivíduos, os casamentos endogâmicos afiguram-se como um dos mecanismos que favorecem a reprodução social e cultural do grupo, na medida em que constitui e garante que os membros não contrairão matrimônio fora da comunidade étnica cigana. Isto significa dar continuidade ao modelo familiar considerado pela tradição, a mais correta forma de perpetuação. Este marco representa, para a comunidade cigana, um elo e demarcação de fronteira interna, entre seu grupo, e a externa - os “brasileiros”.

Segundo os teóricos que se dedicam à questão, houve, durante muito tempo, divergências entre os ciganos e a instituição igreja. No entanto, ao entrevistar uma cigana idosa na comunidade, foi revelado por ela que, no que tange às celebrações dos atos matrimoniais, antigamente os ciganos casavam seguindo o critério religioso da igreja católica, pelo menos os pertencentes deste subgrupo. Tal informação foi de extrema importância, pois acreditávamos que os atos matrimoniais ciganos, há algumas décadas atrás, eram realizados seguindo as normas estabelecidas: em um ato público os noivos, diante da comunidade, se comprometiam a honrar o acordo nupcial, baseado em um código de conduta criado pelos seus antepassados, selado pelos nubentes naquele momento. A hipótese era que, por serem ágrafos a palavra dita (tradição oral) era suficiente para tornar o enlace concretizado. A senhora cigana, para comprovar a veracidade proferida apresentou de fato uma fotografia

aludisiva ao dia do seu casamento, a mesma encontrada emoldurada na parede de sua residência.

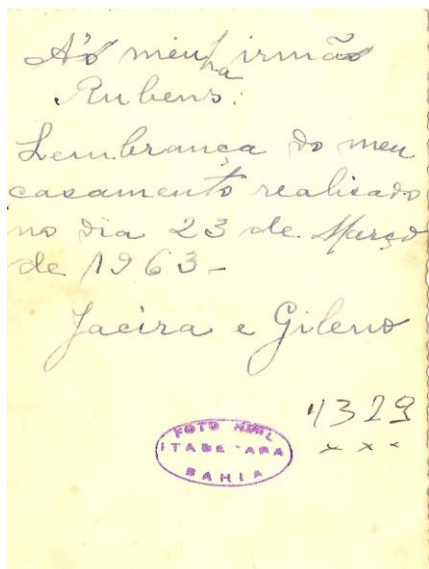


Figura 27: Verso escrito da fotografia 1963
Fonte: Arquivo pessoal dos Almeidas 2008



Figura 28: Casamento Gileno 1963
Fonte: Arquivo pessoal dos Almeidas 2008

A mesma senhora chamada aqui pelo nome fictício de Maria, 63 anos, explicou como ocorriam os casamentos ciganos antigamente.

Antigamente os casamentos ciganos eram todos feitos na igreja - os pais da gente acertava tudo com o padre e todo mundo casava na igreja. Na época que eu casei, meus pais morava na Baixa Fria¹⁷ perto de Itaberaba, meu casamento foi na igreja da cidade, uma que pegou fogo. Então estamos casados até hoje, mas agora as coisas não estão mais assim, não. Tudo mudou, o povo de hoje não quer mais ficar casado não.

São quarenta e seis anos de efetivo laço matrimonial. O clã é composto por oito filhos, e, ao ser interrogada sobre a durabilidade conjugal, com muita segurança afirma que antigamente quando as pessoas casavam, já sabiam que era para permanecerem juntas a vida inteira. Em um tom de indignação, afirma que antigamente era diferente – “No meu tempo a gente casava, podia acontecer o que fosse os ciganos não se separava não. Agora é que está tudo diferente. Antes poderia um cigano ou uma cigana ficar cega, aleijado, doente, ninguém separava não”. Maria casou-se em março de 1963 e hoje sua prole está criada. Esta é uma das poucas famílias extensas ainda existentes no grupo.

Contemporaneamente continua existindo e prevalecendo o costume dos casamentos arranjados pelos pais, que seguem a tradição, conforme as normas que foram estabelecidas pelos seus antepassados. Deve-se ressaltar que as práticas matrimoniais na comunidade de Utinga obedecem a alguns critérios para que ocorra a concretização dos laços afetivos. No

¹⁷ Baixa Fria nome de uma fazenda existente ainda hoje no município de Itaberaba.

caso da mulher, é obrigatório o pagamento oferecido pelo pai (o dote), estipulado hoje em torno de 30.000 mil reais. Mas este mercado matrimonial não se limita a essa quantia, podendo chegar até 100 mil reais. No entanto, comenta-se que as mulheres que apresentam um padrão de beleza conceituado por eles como “belas”, mesmo pertencendo ao segmento social com um menor poder aquisitivo, têm mais possibilidade de encontrar um pretendente no segmento que apresente uma melhor condição financeira. Inclusive, é afirmado que, nesse caso, o valor do dote pode ser abrandado.



Figura 29: Jovem calon
Fonte: Arquivo pessoal 2007



Figura 30: Jovem cigana calon
Fonte: Arquivo pessoal 2008



Figura 31: Jovem Senhora calon
Fonte: Arquivo pessoal 2006

Em campo foram presenciadas duas negociações: de um lado um noivo desprovido de uma boa estabilidade financeira, mas os pais da jovem eram ricos. Por este viés, ele terá oportunidade de mudar seu padrão de vida. O pedido foi aceito pelo rapaz. Do outro lado, o noivo rico; no entanto, o pai da noiva não possuía uma condição financeira dentro do padrão que é considerado satisfatório para a comunidade, mas a menina – mulher era dona de uma grande beleza. O pedido também foi aceito. Através dessas observações, foi possível chegar a uma conclusão: beleza e dinheiro são imprescindíveis para a realização dos atos matrimoniais. Também é necessário assinar o reconhecimento de um contrato onde são acordados os deveres e as obrigações de cada parte (homem mulher). Em Utinga, os matrimônios contemporâneos têm seguido o modelo civil de contrato de coabitação citado abaixo.

CONTRATO CIVIL DE COABITAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO CIVIL DE COABITAÇÃO, de um lado o contraente, SONEI SAMPAIO DOURADO, brasileiro, solteiro, lavrador, assistido por seus pais: Zelito Sampaio Dourado e Hedes da Gama Dourado, com 16 anos de idade, nascido em 15 de Julho de 1991, no município de Marconillo Souza – Bahia, residente e domiciliado na Travessa Bom Jardim sn. município de Utinga Bahia; e do outro lado a contraente SELMA VAZ ALMEIDA, brasileira, solteira, do lar, assistida por seus pais, Roberto Dourado Almeida e Telma Almeida Vaz, com 22 anos, nascida em 19 de novembro de 1986, no município de Utinga Bahia, residente e domiciliada na Travessa Bom Jardim sn – município de Utinga Ba, doravante chamados simplesmente CONTRATANTE E CONTRATADO, tem entre si, com justo o contratado que seguem:

1º Os contratantes supra qualificados, unem-se ao outro, com o compromisso de obedecer e respeitar os princípios fundamentais de família, que ora seguem:

2º O referido pacto, terá duração indeterminada, sendo fidelidade, coabitação, assistência econômica, social e efetiva, o fulcro desta sociedade.

3º Ao contratante compete a responsabilidade do sustento necessário a sua companheira, e aos filhos que possam surgir desta união.

4º A contratada assume a condição de companheira, consorte e colaboradora do seu companheiro, nos encargos de família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta, criando assim, um ambiente de cuidados necessários para uma família feliz.

5º Relevará sobre o contratante, o dever de reconhecer a paternidade da prole que possa advir desta união, ficando na obrigação de tomar as providências necessárias que venham facilitar o reconhecimento necessário de seus filhos.

6º Os bens móveis e imóveis adquiridos por um ou por ambos os conviventes na Constância desta união e a título oneroso, são

considerados frutos do trabalho e da colaboração comum, passando a pertencer a ambos, em condomínio e em partes iguais.

E por estarem em pleno acordo, ACEITAM ESTE CONTRATO, nos presentes termos, com a maior felicidade e acatamento e para firmar e provar de haverem combinado e contratado, assinam, juntamente com seus pais, na presença das testemunhas abaixo assinada.

Utinga Ba., 28 de dezembro de 2007

Zelito Sampaio Dourado
O CONTRAENTE

Selma Vaz Almeida
A CONTRAENTE

GENITORES DO CONTRAENTE:

Zelito Sampaio Dourado
ZELITO SAMPAIO DOURADO
Hedes da Gama Dourado
HEDES DA GAMA DOURADO

GENITORES DA CONTRAENTE:

Roberto Dourado Almeida
ROBERTO DOURADO ALMEIDA
Telma Almeida Vaz
TELMA ALMEIDA VAZ

TESTEMUNHAS:

[Assinaturas de testemunhas]

Figura 32: Contrato Civil de Coabitação

Fonte: Arquivo pessoal da Família Almeida 2007

Figura 33: Contrato Civil de Coabitação

Fonte: Arquivo pessoal dos Almeida 2007



Figura 34: Ato cerimonial
Fonte: Arquivo pessoal 2007



Figura 35: Contrato civil
Fonte: Arquivo pessoal 2007

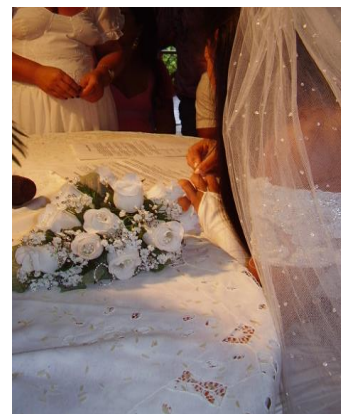


Figura 36: Assinatura contratual
Fonte: Arquivo pessoal 2007

A solenidade ocorre na presença de várias testemunhas, as quais são escolhidas entre as pessoas consideradas importantes na cidade para que honrem com suas presenças. Geralmente são convidados o prefeito, médicos, advogados e ciganos que são vistos com destaque no grupo para proferir o ato. São eles que realizam a leitura do contrato e complementam o enlace discursando sobre a importância da construção familiar no clã. Comumente, a concretização de um enlace dura mais de um dia, e inicia com a chegada dos convidados ciganos que vivem em outras cidades. Habitualmente, chegam com um ou dois dias de antecedência. No dia do casamento, logo cedo, inicia-se a festança oferecida pelo pai da noiva.



Figura 37: Festa Matrimonial
Fonte: Arquivo pessoal 2006



Figura 38: Ciganos em dia festa
Fonte: Arquivo pessoal 2006

A festa acontece enquanto há bebida e comida para os convidados. Ao terminar a comemoração, o grupo segue em carreata pela cidade com o casal, desfilando até chegar o local onde vai ser celebrada a cerimônia. Geralmente acontece em um espaço alugado, a exemplo do clube social da cidade.



Figura 39: Cortejo cerimonial
Fonte: Arquivo pessoal 2006



Figura 40: Cortejo com os noivos
Fonte: Arquivo pessoal 2006

Neste dia, a pequena cidade sai da rotina do silêncio. As ruas e as praças são invadidas pelos carros dos ciganos com muito som. As ciganas usam vestimentas com cores fortes e muito coloridas. Também se encontra muita gente andando pelas ruas. Os noivos são esperados no local da celebração por muitos convidados onde acontecerá a concretização do enlace.



Figura 41: Clube social - local do cerimonial
Fonte: Arquivo pessoal 2007



Figura 42: Clube social – a espera dos noivos
Fonte: Arquivo pessoal 2007

A cerimônia é iniciada com a participação de dois ciganos que se revezam discursando, principalmente para os nubentes, sobre a tríade: responsabilidade, família, filhos. Seus discursos são formados por uma idéia de família consolidada no modelo tradicional, lembrando fortemente os papéis diferenciados que cabem à mulher e ao homem, a partir da materialização daquele ato. Vale destacar que os dois responsáveis pela celebração são exceções de varões ciganos que possuem, dentro da comunidade, um elevado nível de instrução: um com formação em Técnica Agrícola e exerce cargo de vereador, já estando no sexto mandato e, o outro, estudante universitário de Pedagogia num dos *campi* da UNEB, situado no município de Jacobina. Por este motivo, na fotografia em destaque, percebe-se que os dois fazem uso do recurso da palavra escrita para realçar o discurso. Depois dos pronunciamentos, os nubentes se comprometem a seguir o código cigano e juram que serão fieis às normas existentes no contrato, um documento com reconhecimento jurídico, no qual são estabelecidos os direitos e obrigações das partes envolvidas. Como forma de fortalecimento, as testemunhas presentes assinam o documento. Depois do encerramento burocrático, o casal irá descansar para participar da festa dançante no período da noite, sem ter tempo determinado para acabar.



Figura 43: Vereador cigano
Fonte: Arquivo pessoal 2006



Figura 44: Professor cigano
Fonte: Arquivo pessoal 2006



Figura 45: Casal no baile
Fonte: Arquivo pessoal 2006

Na contemporaneidade, os ciganos continuam seguindo estas regras que foram criadas pelos seus antepassados. Todo o discurso tem por base a preservação dos laços familiares e da continuidade do grupo. Hoje, eles seguem normas jurídicas e religiosas da sociedade. Entretanto, há casos em que os pais encontram dificuldade no momento em que projetam a realização dos casamentos referendados no cerimonial católico. Afirmam depararem-se com a resistência por parte dos membros da igreja, que alegam ser necessário o cumprimento de algumas normas cristãs, que não são seguidas rigorosamente por eles. A primeira exigência é que os nubentes sejam batizados. Outro argumento dos católicos refere-se à pouca idade dos noivos, pois as ciganas costumam casar-se com idade entre 12 e 13 anos; logo após a chegada

do primeiro ciclo menstrual. A preocupação em casar as filhas ainda muito jovens é uma característica que faz parte da forma da estrutura de sua organização grupal. As meninas-mulheres aprendem a ser adultas numa idade considerada por nossa sociedade como a fase da adolescência.

Os pais pontuam que, na atualidade, mesmo seguindo o padrão dos casamentos *arranjados*, é preservado o costume da tradição da pouca idade. Asseguram não obrigar os filhos a efetuarem os laços matrimoniais, caso eles não queiram consumir a união, mas argumentam que tentam convencê-los das suas escolhas, pois crêem que são sempre as melhores. Para realizar um bom casamento, no meio cigano, olha-se a estrutura familiar. Isto envolve os costumes permanentes da tradição, a liderança e o perfil do rapaz, bem como o da família, pois ao casar, as mulheres passam a pertencer e acompanhar a família do marido. A única exceção feminina existente envolve o relacionamento com as brasileiras, em geral o esposo de origem cigana ao casar com uma mulher não-cigana afasta-se do grupo, passando a residir fora da comunidade, ou em outra cidade, sem, contudo, perder o vínculo familiar. O fato é que na sociedade cigana os laços afetivos são construídos ao longo da convivência, em consequência da vida em comum. O amor descrito tantas vezes pela literatura não é o motivo dessa construção, e parece ocupar o lugar de menor importância. Entretanto, este pode ser entendido também como o elemento causador da pouca duração das relações afetivas atuais. Os ciganos falam em combinação que inclui uma relação de respeito, cuidado um com o outro, evidenciando-se assim a concretização de uniões, sem qualquer analogia a grandes paixões.

No entanto, a comunidade parece atravessar uma fase de tensão e conflito, e o estopim de tais transformações incide no envolvimento dos ciganos em novos ambientes e em novas redes de sociabilidades. Os envoltimentos amorosos com as jovens brasileiras têm sido citados como um dos fatores influenciadores da falta de interesse entre os ciganos em constituírem família. De fato, o envolvimento emocional tem revelado, segundo as mulheres e homens entrevistados, um dos agravantes que levam ao desinteresse na formação dos laços matrimoniais. Tal comportamento vem sendo apontado como principal cooperador, entre outros fatores, para acrescer o número de divórcio entre os casais jovens. A falta de interesse descrita é atribuída aos homens, pois, diferentemente da “sociedade brasileira”, as relações extraconjugais experimentadas pelos infiéis homens ciganos não são vistas com tanto rigor por outros membros, e não se constitui em motivo de solicitação de divórcio a pedido da mulher cigana. Mesmo não concordando com a conduta dos maridos, as mulheres ciganas, de todas as gerações, não se divorciam quando o motivo refere-se à infidelidade masculina. Este comportamento é uma característica passada de geração a geração. O homem que pratica

adultério é visto pelos outros da comunidade como tendo um comportamento “natural”, próprio ao universo masculino. Nas entrevistas abaixo, fica claro o que pensam os homens de gerações diferentes quando o assunto é infidelidade. A primeira entrevista é a de um cigano de 52 anos que tem uma filha recém-casada; a segunda é de um cigano que tem 29 anos; e a terceira é a de um cigano de 45 anos:

“[...] se eu ver um genro meu namorando com as brasileiras não falo nada com minha filha, só quero que ela não veja para não ter problemas.”

“Eu demorei muito para acostumar com a vida de casado, ia para rua ficava até de madrugada namorava, bebia, e minha mulher em casa, [...]”

“Os ciganos sempre namoraram muito fora da família, isso é antigo, a diferença é que tinha que ter responsabilidade com a mulher e os filhos.”

Os depoimentos citados incluem várias situações nítidas da infidelidade masculina e do comportamento masculino no mundo cigano. No primeiro depoimento, a maior preocupação de um pai não é a traição em si, mas o cuidado que o infiel marido deve ter para preservar sua esposa dessa situação. Ele mesmo afirma já ter sido muito namorador. O segundo, um jovem rapaz, afirma ter casado muito novo, acreditando ser difícil acostumar-se à vida de casado, contudo, garante, com muita tranquilidade, que não busca mais outras mulheres. O terceiro entrevistado não afirmou ser um marido pérfido, apenas diz que a infidelidade faz parte do costume cigano, mas ressalta que o importante é a responsabilidade familiar. A traição masculina é naturalizada, porém esta liberdade não é extensiva à mulher. Segundo o código de ética cigano, a mulher adúltera poderá sofrer qualquer tipo de sanção, sendo este um ato inadmissível no grupo. Havendo a constatação da traição, o marido pode “lavar a honra” vingando com a morte dos adúlteros ou somente da mulher. Assim, toda liberdade é permitida aos homens ciganos, considerados seres “da rua” (SENNA, 2006), posição não aceita com naturalidade pelo sexo feminino. Contam algumas mulheres que, ao descobrirem que os esposos estão mantendo um relacionamento extraconjugal, saem em grupo em busca da possível amante para dar-lhe um corretivo, conforme depoimento de duas ciganas, respectivamente, de 25 e 65 anos.

“Meu marido estava com uma amante. Fui atrás, mas não encontrei com ela, queria pegar aquela brasileira!”

“Antes a gente vivia viajando muito com os maridos, não parava em lugar nenhum era mais difícil arranjar mulher brasileira”.

Apesar das evidências quanto ao desinteresse dos homens em manter as práticas matrimoniais, devido ao envolvimento com as brasileiras, é salientado pelo grupo a existência de outros fatores. Os problemas mais frequentes são infertilidade de homens e mulheres. Nessa especificidade, ambos os sexos podem desistir ou procurar tratamento médico, visto que a gravidez é muito esperada ao se concretizar algum laço de união, sobretudo, pela importância da continuidade familiar. Uma das principais funções femininas no grupo cigano é a de procriar, e, caso isto não venha a ser levado a termo, são tomadas as devidas providências para descobrir a origem do problema. Caso haja comprovação da existência de problema genético, a parte prejudicada pode anular o matrimônio. Outras situações podem levar à anulação do casamento ou ao chamado ato de “tomar” a filha de volta: isto acontece quando os pais percebem, por exemplo, que as moças não estão sendo bem tratadas pelos devidos esposos. Os maus tratos são caracterizados de várias formas: descaso falta de alimentação, infertilidade, agressões físicas e outros. Nos últimos anos, tem aumentado o número de separações entre os jovens casados.

Algumas reflexões são necessárias para se entender o porquê da pouca durabilidade dos matrimônios. Um cigano foi bem elucidativo quando tentou explicar o motivo da não duração das uniões entre os jovens com idade geralmente entre 16 a 20 anos (homens). Para ele não é o envolvimento com as brasileiras que tem causado a mudança, sobretudo porque a envolvimento com as jurons se dá na modalidade do “ficar”¹⁸, sem compromisso e responsabilidade. Para este entrevistado de 77 anos o que tem ocorrido é mesmo a falta de compromisso desses jovens: “eles não estão querendo nada nem com as brasileiras nem com as ciganas. É tudo a mesma coisa, eles querem namorar sem responsabilidade familiar”. Outras questões também citadas nas entrevistas referem-se à vaidade reinante e a pouca idade do sexo masculino. Os jovens estão se rendendo ao consumismo materialista do mundo capitalista e, por esta razão, estão sendo taxados de vaidosos. Na fala de um dos entrevistados abaixo fica evidente o quanto os pais têm promovido a vida dos filhos:

Os pais têm facilitado muito a vida dos filhos oferecendo carros, celulares, não obrigando a ter seus negócios logo cedo. Eles estão ficando cada vez mais vaidosos. Eu não facilito a vida dos meus filhos não, só ofereço o essencial, mas muitos pais proporcionam uma vida fácil para os filhos (cigano A).

Os jovens parecem querer transmutar e romper com o tipo de relacionamento conjugal até então existente. Mais permeáveis às influências com os não-ciganos, uma vez que ao

¹⁸ “Ficar” tipo de relacionamento sem compromisso muito adotado pelos jovens contemporâneos, pode durar horas, um dia ou encontros esporádicos.

coabitarem outros ambientes estão sujeitos às novas sociabilidades com inúmeras possibilidades de estilo de vida, esta juventude parece querer rescindir, na contemporaneidade, com alguns princípios apontados pela gerontocracia¹⁹ cigana como imprescindível para resistirem às influências externas. Influenciados por diferentes formas de viver de outros jovens – “os brasileiros” e pela pluralidade de modelos de união (ou relações conjugais) existentes na sociedade brasileira, diferente da existente até o momento na comunidade. Transformações hodiernas familiares têm posto em risco a solidez do padrão nuclear cigano. É perceptível que o conflito gira em torno da multiplicidade de gerações que compõem o núcleo familiar cigano, cada geração querendo fazer prevalecer o estilo familiar baseado no seu tempo histórico.

Assim, segundo Singly (2000), a estruturação da família está intimamente vinculada ao momento histórico que atravessa a sociedade da qual ela faz parte, visto que existem fatores que são determinantes, tais como: os ambientais, sociais, econômicos, culturais, políticos, religiosos e históricos. É necessário abordar a família hoje considerando a estrutura familiar e as modificações que ela vem sofrendo nas últimas décadas. Estas mudanças têm afetado diretamente a forma de ser e pensar das novas gerações ciganas. Ao que parece, os jovens ao transgredirem os limites do seu grupo de pertencimento, se deparam com barreiras perante a sociedade que os envolve. Abaixo fica evidente, pelos depoimentos dos entrevistados, os tipos de problemas que deverão enfrentar, caso escolham viver fora do grupo. Nos vários depoimentos pode ser observada uma multiplicidade de opiniões sobre o pensamento dos ciganos em relação à convivência ao lado dos não-ciganos.

1º - Viver no nosso meio é melhor, todo mundo é parente. Não foi fácil a vida com os brasileiros. Hoje está tudo mudando eu não sei o que está acontecendo os novos não, mas viver com os brasileiros não é fácil não. Lembro da época que a polícia não queria deixar a gente acampar aqui perto, a gente teve que ir embora (cigano B = 66 anos). Sem instrução escolar

2º- Os brasileiros discriminam muito nosso povo é preciso ter respeito. Já até processei brasileiro por isso, mas não tive testemunha, não deu em nada. Hoje melhorou muito, já foi muito pior. Só não faz muito porque o grupo não é pobre. Os ciganos gastam muito nas festas bebem muitos uísques e brasileiro só toma cerveja (cigano B = 45 anos, casado). Grau de instrução: nível médio

3º - Quando saio com meus amigos brasileiros ninguém sabe que sou cigano porque a gente já não parece mais. Só quem conhece nosso sotaque é quem percebe, prefiro não dizer que sou só falo se perguntar. Os jovens não usam mais nada dos ciganos, antigamente tirava os dentes bons para botar de ouro, hoje não, a gente não quer fazer mais isso. Olha se tem algum jovem com

¹⁹ Exprime idéias de pessoas velhas.

dente dourado. (cigano B = 29 anos casado) Grau de instrução: 7º série/fundamental

4º Aqui tem um cigano novo que vive com uma brasileira, mas a família dele não gostou não, porque queria que ele casasse com uma cigana, mas ele enfrenta a família, já tem até um filho. Mas só tem ele, os outros namoram, mas casam com as ciganas. Porque sabem que as brasileiras se comportam diferentes das ciganas. E porque também não tem coragem para desafiar os pais (cigano B 45 anos). Grau de instrução: nível médio.

5º- Os costumes são diferentes a mulher brasileira não é igual a cigana não, ela vive diferente cuida da casa, mas fica mais tempo fora, as ciganas ficam mais tempo em casa, porque cuidam da casa dos filhos e do marido (cigano A, 45 anos)

Pelas entrevistas, fica nítida a proeminência de alguns problemas que a juventude terá de enfrentar, caso escolha deixar a sua comunidade e viver nos moldes da cultura brasileira. O depoimento do cigano mais velho diz não ser fácil a convivência com os brasileiros. Ele faz parte da geração que teve de enfrentar, junto com o seu grupo, todos os tipos de preconceito. Sendo um dos mais senis da comunidade, acredita ter respaldo satisfatório para realizar uma análise, pois traz, na memória, recordações nem sempre boas da época em que iniciaram o processo de sedentarização. Nesse período, tiveram de enfrentar todo tipo de preconceito, além de repressão policial. Com fisionomia aparentando indignação, relembra toda uma história de sofrimento. O segundo entrevistado, único homem a possuir o 2º grau completo vivendo na comunidade, diz que o preconceito ainda é muito forte, e enfatiza que não aceita passivamente quando, em algum momento, percebe que está sendo destrutado pelos brasileiros. Vale-se do conhecimento que possui sobre direitos e deveres para revelar ter processado um brasileiro por discriminação. Sempre, em entrevista, menciona a importância de ter frequentado uma escola, mas, ao mesmo tempo, ressalta que este conhecimento traz sofrimento, pois os fatos que ocorrem ao seu redor não passam despercebidos e não pode ignorá-los. Exemplifica que um dia chegou ao hospital Português, em Salvador, para levar seus pais ao médico; sua mãe trajava vestimenta cigana, um segurança, ao avistá-los, comentou, em tom sarcástico, com outro colega: “o dia já começou bem, logo cedo cigano”. Afirma que este comentário o fez pensar olhando em direção aos seguranças: “é mais fácil ser negro”, e confessa que, com um tom meio de indignação, disse: “o que eu estou sentindo com o comentário de vocês é semelhante ao que vocês devem sentir quando são discriminados por alguém pelo simples fato de ser negro”. É por essas coisas que considera o conhecimento um sofrimento. Acha que, quando as pessoas ignoram os fatos ao seu redor, muitas coisas passam despercebidas. O terceiro cigano, mais jovem, fala da negação de sua identidade étnica em determinados espaços sociais. Diz não querer sofrer discriminação na convivência com os

brasileiros. Acredita não possuir nenhum traço fisionômico que lembre sua raiz étnica. Assim, espera escamotear a sua identidade étnica para escapar dos preconceitos e estigmas que são atribuídos aos ciganos. Fica evidente, no depoimento desse jovem, a utilização de uma estratégia para esquivar-se dos preconceitos. Esclarece que muita coisa mudou nos últimos tempos e, de forma positiva Não enxerga mais com tanta preocupação a relação existente entre eles e outros indivíduos pertencentes ao grupo externo - os brasileiros. O último entrevistado enumera os problemas que um cigano teria que enfrentar, caso transgredisse as fronteiras estabelecidas pelo grupo, pois além da família que parece preferir que seus descendentes construam laços familiares entre os seus, para manter laços a consangüinidade, ou seja, acreditam nos casamentos endogâmicos e ênicos e prezam pela harmonia da família cigana, consideram que as mulheres brasileiras são diferentes em seus costumes, muitas exercem profissões que as deixam mais tempo fora de casa, ao contrário das ciganas que se dedicam intensamente à casa, aos filhos e ao marido.

(ENTREVISTADO 1) Aqui tem um cigano novo que vive com uma brasileira, mas a família dele não gostou não, porque queria que ele casasse com uma cigana, mas ele enfrenta a família, já tem até um filho. Mas só tem ele, os outros namoram, mas casam com as ciganas. Porque sabem que as brasileiras se comportam diferentes das ciganas. E porque também não tem coragem para desafiar os pais (cigano 45 anos, grau de instrução: nível médio).

(ENTREVISTADO 2) A gente não gosta que case com as brasileiras não, viver no nosso meio e melhor [...] a gente já sabe nossos costumes e diferente de viver da forma que os brasileiros vivem (cigano 66 anos).

(ENTREVISTADO 3) Meu irmão é casado com uma brasileira, mas ela é mais cigana que nós, defende a nossa cultura, ela faz faculdade é muito inteligente tem duas filhas e um menino que não é cigano. Eu gosto da cultura cigana, não me envergonho de pertencer a ela não (cigana 29 anos, formação nível médio, casada)

(ENTREVISTADO 4) As ciganas não têm coragem de enfrentar os pais não, prefere casar com os parentes, porque é mais fácil não cria confusão. Fui criada pela minha vó e meu primo que é casado com uma brasileira, ele sempre se preocupou em arranjar um bom marido para mim. (cigana 26 anos, formação nível médio, casada)

As narrativas dos entrevistados exprimem os motivos que justificam a posição dos ciganos sobre a preferência das uniões matrimoniais entre os membros do próprio grupo cigano. O primeiro entrevistado fala da preferência que os familiares demonstram quando os filhos querem concretizar seus relacionamentos fora do grupo, os quais, no geral terminam cedendo à vontade dos pais. Demonstra em sua fala a diferença comportamental das mulheres que não fazem parte do núcleo cigano. Uma das diferenças está no fato de, normalmente, as

mulheres-brasileiras trabalharemos fora de casa, reflexos não só de uma necessidade econômica, mas também de certo grau conquistado em relação a emancipação feminina. Contrariamente, as mulheres ciganas não realizam trabalho formal, fora de casa. Na comunidade cigana de Utinga há poucos casos de casamento extra grupal. Até o ano de 2008 havia ocorrido um único episódio de relacionamento misto, visto como um desafio do noivo em relação às normas ciganas. Segundo Senna (2005, p.147), até 2005, ano de publicação do livro “A seda esgarçada”, só havia um único caso referendado, que terminou causando uma paradoxal e desconcertante ambivalência familiar, pois a família da mulher recebeu o marido e a do marido não recebeu a mulher.

Os mais velhos do grupo deixam clara a distinção que os membros da comunidade devem realizar na hora de constituir uma família. As escolhas matrimoniais devem confirmar os costumes, prezando pela continuidade da tradição. As duas últimas entrevistas foram escolhidas com o objetivo de realizar uma análise sobre a postura dos entrevistados diante da tradição, considerando o grau de escolarização que possuem e, sobretudo, para analisar os benefícios e mudanças no agir dessas duas jovens decorrentes do processo de escolarização. Convivendo com estas duas mulheres, observamos o quanto elas mantêm enraizadas uma atitude conservadora em relação à tradição, sustentam o papel de mãe de família e esposa, como tantas outras existentes no grupo. Apesar de um longo convívio ao lado dos não-ciganos, o que prevaleceu foram os valores culturais ciganos. Isto significa que elas souberam equilibrar os valores do seu grupo étnico sem se deixar diluir ante os costumes da sociedade envolvente. No entanto, em termos comportamentais, dizem não concordarem com algumas posturas machistas adotados pelos homens ciganos. Salientam que vivem muito bem com seus devidos esposos, e quando há necessidade de posicionar-se e discordarem dos seus cônjuges, elas não se dizem passivas, mesmo que suas vozes não sejam atendidas, elas garantem que têm o direito de fala respeitado; e citam os relacionamentos extraconjugais como sendo uma conduta masculina inadequada.

A terceira entrevistada também fala do comportamento da cunhada, que é de origem brasileira. Afirma que a brasileira parece ser mais cigana comparada a elas. Quando questionada sobre o porquê de tal comportamento, a entrevistada foi taxativa: “ela defende nossa cultura e o povo cigano”. Diante de tal afirmação e curiosidade, encontrei a brasileira em dia de festa na comunidade em que vivia. Concedeu-nos uma entrevista e, de acordo com ela, inicialmente, precisou fazer algumas mudanças comportamentais e identitárias para conseguir conquistar a confiança e a aceitação no grupo. Além de ser brasileira, trazia consigo um filho recém-nascido, registrado pelo marido.

Tanto ela como o filho possuem características físicas da raça negra. Confessa que seu fenótipo não foi problema de aceitação no meio cigano, mas garante que foi necessário fazer algumas adaptações culturais. Ao ser entrevistada, trajava uma saia típica cigana, e sabia usar muito bem o jogo das identidades. Era uma situação de duplo pertencimento étnico e cultural. Percebeu-se que, ao ceder a entrevista, falava dois sotaques: um mais formal, quando se direcionava para a entrevista; mas, quando precisava falar com alguém do grupo, utilizava o sotaque cigano. Indagada por que estava falando daquela forma? Com naturalidade respondeu: “preciso ser igual a eles para que possa ser bem aceita”. A brasileiro-cigana consegue manipular com sabedoria suas múltiplas identidades.



Figura 46: Brasileira cigana
Fonte: Arquivo pessoal 2007



Figura 47: Crianças ciganas e brasileira
Fonte: Arquivo pessoal 2007

4.5. A questão de gênero no universo cigano.

A divisão de gênero é algo bem marcado nas comunidades ciganas. O homem cigano é dotado de toda liberdade e permissividade. Educados de forma diferente, gozam de maior liberdade e tendem a modificar o seu comportamento, enquanto a mulher fica condicionada a algumas obrigações, e deve apresentar uma conduta de aceitação em relação aos papéis que lhe são destinados. As mulheres cuidam da organização do lar, dos filhos e, sobretudo, da educação das meninas. Uma dessas aprendizagens é destinada ao preparo dos alimentos. Ainda hoje, é possível encontrar ciganas de diferentes gerações realizando algumas atividades domésticas, naturalmente, nos passeios das residências, provocando estranheza em quem passa as observando. É um costume herdado do período da vida nômade, quando viviam em barracas de lona, e os alimentos eram preparados do lado de fora das tendas, exceto quando chovia.



Figura 48: Cortando verdura no passeio
Fonte: Arquivo pessoal 2007



Figura 49: Lavando pratos na porta
Fonte: Arquivo pessoal 2007

Em conversas informais, algumas mulheres, geralmente com certo grau de escolaridade, chegaram a obter o diploma de curso técnico do magistério. Mostram-se desejosas em exercerem alguma atividade pública formal. São em geral, mulheres pertencentes às novas gerações, que gostariam de ocupar o seu tempo com outra atividade fora das obrigações domésticas. Entretanto, deixam claro que a prioridade é a família, e acrescentam que seriam muito criticadas na comunidade, tanto pelos homens quanto pelas mulheres pertencentes à gerontocracia. Apesar de existirem, em vários grupos, mulheres que exercem algum tipo de trabalho de rua; algumas praticam a quiromancia ou vivem da venda de objetos em feiras e mercados, tais atividades são facilmente encontradas em Portugal, principalmente entre os ciganos que apresentam uma condição financeira desfavorável. Estas atividades geradoras de rendimentos se caracterizam pelo comércio de venda ambulante é e essencialmente uma atividade comercial de família, neste negócio o papel da mulher mostrar-se fundamental. (GONÇALVES; GARCIA; BARRETO 2006, p.36). Revelam a importância da presença feminina à frente das barracas, salientando que cabe à mulher cativar os clientes para convencê-los a comprar os objetos.

Os autores supracitados acrescentam: “De fato, o acesso da mulher cigana às atividades geradoras de rendimento parece ser restrito: enquanto menina ajuda o agregado pedindo esmola e depois trabalhando na venda e/ ou lendo a sina”. Nenhuma dessas práticas foram encontradas entre as ciganas de Utinga. Nessa comunidade, parece ser função da mulher cuidar da prole e dos afazeres domésticos, entretanto, entre os calons da cidade de Souza, na Paraíba, pesquisados pelo autor Monnen (2004), descreve que são as mulheres daquela comunidade extremamente pobre que se dedicam às atividades econômicas, são elas que logo cedo se dirigem ao centro de Souza onde praticam mendicância e dizem dominar a arte da quiromancia. Não há registro da execução de trabalhos femininos formais.

Considerando que a questão de gênero é algo bem divisível no mundo cigano, as mulheres que almejam obter um trabalho formal, fora do lar, sentem muita dificuldade. Mesmo que o único objetivo seja a simples ocupação do tempo, esse desejo é expresso pela brasileiro-cigana estudante de letras, que se denominou de Maria. Ela afirma que, por residir junto ao grupo, sofre mais pressão que as outras duas brasileiras casadas com ciganos. Ambas moram fora das comunidades.

Maria afirma ter valores ora característico da cultura cigana, ora da brasileira, a exemplo da dedicação aos estudos. Frequenta um curso superior a distância localizado em outro município. Por isso, necessita deslocar-se todas as semanas para assistir às aulas. Algumas vezes, afirma necessitar frequentar *lan house* para fazer e enviar atividades do curso. Declarou que deseja especializar-se em língua estrangeira e pretende trabalhar na área. Ao que parece, a resistência também existe por parte das mulheres, principalmente as mais velhas. São elas as responsáveis pela perpetuação do papel que a mulher deve desempenhar. Em especial, as sogras tem um poder dominador soberano sobre as noras. São elas que enquadram as que tentam sair do padrão estabelecido. Para as mulheres mais velhas que sempre se dedicaram aos maridos, à casa e aos filhos, causa estranheza um comportamento feminino que desvia desse perfil. Maria ainda revela que o maior obstáculo não vem da resistência do esposo, mas das cobranças que são feitas a ele tanto dos familiares, como de outras mulheres e homens do grupo. Pretende exercer o Magistério, mas para tanto, terá que enfrentar e romper com um dos principais costumes de manutenção do grupo, o de não permitir que suas mulheres trabalhem fora do lar.

As outras duas exceções são ciganos casados com brasileiras que residem em cidades diferentes e passaram por instituições de ensino, o que parece facilitar a convivência com as esposas brasileiras. O último entrevistado é um homem extremamente educado. Antes de narrar a história de amor com uma brasileira que já dura vinte e seis anos, revela o porquê de ter frequentado uma escola. Diz que, na década de 70, seus pais viajavam muito. Ainda pequeno, vivia na cidade de Boa Vista do Tupim, e observava os brasileiros indo para escola, dizia achar aquilo bonito. Foi então que pediu a seu pai para estudar. Confessa ter sofrido muito preconceito, mas conseguiu vencer e concluir o curso técnico de magistério. Acrescenta que o enlace com uma brasileira ocorreu naturalmente e narra o episódio:

Um dia eu entrei na agência onde minha futura esposa trabalhava e de imediato fui o foco da atenção da moça, devido a minha elegância (porque eu era muito bonito quando era jovem). Ela nunca tinha me visto pela pequena cidade porque estive morando fora um tempo. Morei na cidade do Salvador, mas estava retornando para o município com o objetivo de cuidar

da fazenda de meu pai. Ela passou a se interessar por mim e eu por ela e logo estávamos nós namorando. A partir daí tivemos um problema a enfrentar – a resistência de nossas famílias. Nenhuma via com bons olhos o nosso namoro, mas não conseguiram nos separar. Estamos juntos até hoje, perfazendo 26 anos de casados.

O casal afirma que vive bem, respeitando a cultura do outro, quando foi questionada, quanto ao trabalho formal, diz que o esposo aceitou sem problema porque também soube impor os limites. Afirma nunca ter sido uma mulher submissa. Trabalhou dezoito anos como bancária, atividade que, de certa forma, confere um status. Atribui ao processo de privatização a causa de sua demissão do banco. Depois que isso ocorreu não realizou mais nenhum tipo de trabalho formal, desejo que vem emergindo lentamente no universo ciganos com as mulheres pertencentes às novas gerações.

No universo cigano, ainda permanece algumas normas referendadas em padrões baseados nos valores da “cultura patriarcal”. Assim, a mulher cigana deve desempenhar algumas funções ditas obrigatórias a serem executadas, exclusivamente, pela mulher. Com base nessa premissa, é válida a assertiva que, manter financeiramente a família é obrigação única do homem. Ao casar, o esposo passa a ter responsabilidade total sobre a mulher e filhos, e tem a obrigação de fazer render a quantia recebida (o dote), para que a família tenha o conforto necessário. A mulher cigana sabe que a sustentação do lar é obrigação integral do marido, a sua contribuição foi efetivada no momento que o pai fez o pagamento ao marido ao consumir o casamento.

O fato de não ter obrigação de ajudar no sustento da família, deixa a mulher cigana em uma situação confortável, diferente do papel que tem sido desempenhado pelas mulheres que fazem parte da cultura não-cigana, as mulheres modernas.

Ao revelarem o desejo de ocupar uma atividade fora de casa, vinculam sempre ao fato de observar que as “brasileiras” exercem outras funções, além dos afazeres do lar, mas o desejo emerge com muita timidez. Esta aspiração não é motivada por questões salariais, porém movida pela fadiga e a rotina do trabalho doméstico. Ter um emprego fora de casa seria pela ocupação do tempo e não pelo salário, porque acreditam que a remuneração oferecida pelos brasileiros não compensaria tal esforço. É, nesse item, que fica o consolo para estas mulheres, pois tal esforço não seria compensatório, além do confronto que teriam de enfrentar no grupo.

Na cultura cigana, a mulher é criada seguindo um modelo tradicional não-estatal. Por esta razão, sofre pressões do grupo em relação ao seu comportamento. Na vida pessoal, não pode almejar nenhuma autonomia para além das que estão designadas pelo grupo. Em Utinga até o momento não aconteceram projetos femininos que ultrapassem as normas. No entanto,

na comunidade de Portão, localizada em Lauro de Freitas, próximo a Salvador, um dos líderes do grupo, conhecido por Roque Cigano, revela que sua irmã Iara Soares Alves é casada e tem filhos com um “brasileiro”. Tal fato é raro de acontecer nas comunidades. Quando há relações matrimoniais com não-ciganos, é sempre o homem quem busca fora da comunidade uma esposa. Roque afirma que não há diferenças, nesse aspecto, o fato de não ser um membro do mesmo tronco étnico. A ressalva feita pelo líder diz respeito ao código de ética cigano que deve ser respeitado por todos aqueles que decidem participar como componentes da comunidade

Em Utinga, até o mês de junho (2008), algo relacionado à postura das mulheres estava para mudar: uma jovem concluiria o segundo grau do ensino médio. Era a esperança da emancipação feminina, tinha como propósito prestar vestibular para Direito na cidade de Salvador. Sempre fora uma boa estudante, sendo uma das exceções das novas gerações, pois as meninas-ciganas casam-se muito cedo, e são levadas, em função do novo papel, a abandonar os estudos quando ainda no período do casamento encontram-se freqüentando alguma instituição de ensino. No caso da jovem, denominada de Flor de Lis, (17 anos 2008) continuava a estudar e contava com o apoio do pai que não se precipitou em buscar um noivo entre os seus para que pudesse concretizar a união com a moça. No entanto, a adolescente surpreendeu todos ao revelar o desejo de casar-se com um jovem cigano, que aparecera pelas bandas da comunidade. A escolha foi opção da jovem que diz ter se apaixonado, o pedido foi aceito pelos seus pais que providenciaram junto à família do rapaz concretizar o matrimônio. Em entrevista, revela o porquê de tal decisão:

Queria fazer faculdade de Direito, era meu sonho, mas a vida de cigana é para casar, ter filhos, cuidar de casa. Não pode sair sozinha (...) Meu sonho era ir para boate sozinha, festa estas coisas (FLOR DE LIS)

A adolescente possui desejos próprios da idade, ao mesmo tempo em que é evidente um sentimento de duplo pertencimento, ora dos valores enraizados da cultura de origem relacionados aos hábitos e costumes que continuam determinando o comportamento cigano, ora do convívio com outros jovens brasileiros, provocando o desejo de liberdade e emancipação, iguais a tantas outras da sua faixa etária. A diferença está nas aspirações dos pais em relação aos filhos. Os brasileiros de classe média, grupo que rodeia a jovem, investem na educação formal dos filhos. O investimento é na formação profissional, para que adquira independência financeira. Flor-de-lis devido ao alto padrão econômico dos pais, enquadra-se no perfil social das meninas que são chamadas de “patricinha”, com direito, em sua residência, a internet e celular de última geração. Também é visível a presença, no seu visual, de muitos

adereços de ouro, característica do seu grupo étnico. Frequenta a instituição de ensino privado mais conceituada da cidade, o que reafirma a idéia do status. É partindo deste contato, com as novas sociabilidades, que parece surgir o desejo de ter um estilo de vida similar ao vivido pelas jovens brasileiras.

Ao entrevistar outras jovens, “meninas-mulher”, ficou evidente que estas adolescentes trazem no seu íntimo algumas aspirações:

A mulher cigana deveria ser mais independente ter atitude ser mais corajosa. Fazer o que quer, não ser humilhada pelo marido. (Cigana A 19 anos casada). Grau de instrução; Técnico em magistério.

A vida de brasileira é melhor porque é mais livre. Pode fazer o que quer e a gente só faz o que os pais querem. Tem que obedecer aos pais. (Cigana E 16 anos separada)

Quando a gente vai para as festas, às vezes o marido manda a gente voltar pra casa sem eles, porque querem namorar com as brasileiras. A diferença é que eles voltam porque tem que cuidar da família e brasileiros se gostam de outra mulher larga a família. (cigana I 22 anos casada a 09 anos).

Cabe à mulher cigana exercer algumas funções que lhes são atribuídas e legitimadas no espaço doméstico, construindo a partir daí, os símbolos, e os significados do gênero que se categorizam e dividem sexualmente, validando a dominação masculina. De caráter androcêntrico, “são os homens que cogitam a moral que a garatujam e a difundem. “São eles que constroem o “ poder disciplinador” que produz “corpos dóceis”. Bourdieu, ao tratar a dominação masculina, afirma que:

[...]. a primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: [...]. (BOURDIEU, 2003, p.45)

As mulheres aparecem apenas como parceiras. Não cabe a elas a definição das regras pertinentes aos dois sexos. A comunidade cigana exerce um controle social sobre a mulher, remetida ao espaço doméstico, o qual se torna para ela, o refúgio do mundo da competição masculina. Dessa forma, submete-a também, a um estatuto social inferior. É pública a existência do tratamento desigual entre homens e mulheres. Em condição de submissão, as mulheres internalizam, sem argumentar, as imposições que são impostas no grupo. Educadas para o lar, aprendem, desde cedo, sobre a importância de constituir sua família. Como já foi explicitado, nas comunidades ciganas tudo gira em torno do núcleo familiar, sendo que a preocupação maior dos pais diz respeito ao sexo feminino, pois consideram que a mulher requer mais cuidado e mais gasto financeiro. Talvez este seja o motivo que induz os pais a dar uma maior preferência ao nascimento de “filhos”. Nessa comunidade não se segue o padrão de família do tipo numerosa, fato que ocorria outrora. O número de filhos tem se reduzido

drasticamente com as últimas gerações. Os casais casados nos últimos 30 anos, têm optado pelo número reduzido de filhos, o que futuramente pode comprometer a perpetuação do grupo.

5. CAPÍTULO IV: LEIS! PARA QUEM?

5.1. Legislação e educação cigana

Este capítulo é o resultado das observações feitas no âmbito da educação, cujo escopo visa refletir e compreender acerca dos mecanismos de sustentação e manutenção contemporânea utilizadas no processo educativo pelos causídicos da tradição cigana na comunidade de Utinga. São relevantes discussões realizadas sobre a inserção do grupo nos espaços de educação formal, buscando compreender, dentre outros fatores, a relação entre o processo de sedentarização, cultura letrada e as atividades geradoras de rendimento.

São sistemas culturais diferentes imbricados. De um lado, encontram-se sujeitos pertencentes a uma cultura norteada por princípios normativos que caracterizam a educação formal chamada de “cultura letrada”, de transmissão escrita, que valoriza o pensamento abstrato e o conhecimento erudito. É um espaço onde os sujeitos são intencionalmente homogeneizados, recebendo um tratamento “dito igualitário”. Do outro lado, membros originários de uma cultura ágrafa, que legitima o conhecimento através da transmissão oral, passado de geração a geração, visando, entre outras coisas, garantir a reprodução cultural e social do grupo.

Diante dessa problemática é necessário refletir qual tem sido o lugar reservado na sociedade majoritária para esta minoria denominada pejorativamente pelo nome de cigano diante da cultura dominante? E como a legislação brasileira tem garantido os direitos trabalhistas e educacionais desse grupo?

Os ciganos, ainda que presentes no Brasil há alguns séculos (XVII), formam um grupo que viveu na invisibilidade social até 2004. A maior parte dos descendentes praticam nomadismo ou semi-nomadismo, ocupando as periferias das grandes cidades, locais designados aos indivíduos sem prestígio social e econômico na sociedade. Embora a maioria dos representantes pertencentes a esta categoria tenha ocupado um lugar social periférico e sintam-se um estrangeiro no seu próprio país, o cigano, como qualquer outro brasileiro, tem na Constituição Federal de 1988, lei que garante a todos os brasileiros, independente de classe, cor ou grupo social, direitos de cidadãos reservados. Deve ser ressaltado que os ciganos não possuem uma legislação específica que os ampare. No entanto, a partir de 1988, o grupo foi contemplado indiretamente em alguns dos artigos da atual Carta Magna, como o transcrito abaixo no artigo 5º:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Inciso XLII prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Nele, fica evidenciado o princípio da igualdade jurídico-formal sem distinção de origem. Dessa forma, os ciganos tratados com preconceitos podem recorrer ao rigor da Lei, para que possam ser amparados pelo inciso XLII do artigo 5º e pela Lei 7.716/89 alterada pela lei 9.459/97, onde consta no artigo 1º que serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Fica também estabelecido no artigo 20º que, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião constitui crime cuja pena de reclusão é de três anos e multa. Segundo os princípios estabelecidos na Constituição, qualquer atitude de caráter racista constitui em crime inafiançável, e fere o princípio do direito igualitário de tratamento. Além dos citados, outra cláusula da Lei Maior que pode ser estendido aos ciganos é o artigo 3º em dois incisos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Os objetivos principais desse artigo, nos capítulos de I a IV, constam que o país tem por fim a efetivação da democracia e a construção de uma sociedade justa, e ainda destaca, como um dos objetivos fundamentais, promover o bem a todos, sem preconceito de origem, raça, sexo e cor. Dessa maneira, especificamente, este capítulo IV favorece a etnia cigana. No entanto, a efetivação desses objetivos dependerá da atuação do Poder Público, tornando necessário um eficaz desempenho do Estado na execução de políticas públicas que favoreçam os direitos das minorias étnicas, entre elas a cigana. A exemplo do grupo indígena, beneficiado com a Lei Complementar 75, de 20/05/1993, que ampliou a ação do Ministério Público Federal, ao atribuí-lo também a proteção e defesa dos interesses relativos às comunidades indígenas, e minorias étnicas (Art. 6, VII, 'c').

Em abril de 1994, a Coordenadoria de Defesa dos Direitos e Interesses das Populações Indígenas (CDDIPI) foi substituída pela Câmara de Coordenação e Revisão dos Direitos das Comunidades Indígenas e minorias, abrangendo os ciganos e afro-descendentes. Do mesmo

modo em 27 de dezembro de 2004, o governo federal sancionou um decreto que versa sobre a necessidade de se estabelecer políticas públicas para o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais. Criou-se uma Comissão Nacional com representantes de sete órgãos federais (Ministérios da Justiça, Planejamento, Orçamento e Gestão; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Meio Ambiente; do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; e Fundação Cultural Palmares). A Comissão é presidida pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cabendo as atribuições de secretaria-executiva à Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente.

A partir dessas ações governamentais, os ciganos foram convidados, pela primeira vez na história do Brasil, a participar de uma audiência em Brasília, realizada em 14 de junho de 2005, com representantes de vários clãs para discutirem sobre as necessidades da categoria. Segundo Mirian Stanescon Batuli, advogada cigana representante do clã Kalderash tinha chegado a hora de seu povo sair de sua invisibilidade deixando de ser um povo sem voz. Mirian também participou com a função de Delegada na IX Conferência Nacional de Direitos Humanos, ocorrida em 02 de julho de 2004 em Brasília. Daquele encontro, foram aprovadas cinco propostas que atendem aos interesses ciganos, as quais estão disponíveis no site Dhnet²⁰ e fazem parte do programa Nacional do Direito à Igualdade. São elas as de 250 a 255.

250. Promover e proteger os direitos humanos e liberdades fundamentais dos ciganos.

251. Apoiar a realização de estudos e pesquisas sobre a história, cultura e tradições da comunidade cigana.

252. Apoiar projetos educativos que levem em consideração as necessidades especiais das crianças e adolescentes ciganos, bem como estimular a revisão de documentos, dicionários e livros escolares que contenham estereótipos depreciativos com respeito aos ciganos.

253. Apoiar a realização de estudos para a criação de cooperativas de trabalho para ciganos.

254. Estimular e apoiar as municipalidades nas quais se identifica a presença de comunidades ciganas com vistas ao estabelecimento de áreas de acampamento dotadas de infra-estrutura e condições necessárias.

255. Sensibilizar as comunidades ciganas para a necessidade de realizar o registro de nascimento dos filhos, assim como apoiar medidas destinadas a garantir o direito ao registro de nascimento gratuito para as crianças ciganas

As propostas acima demonstram o quanto o grupo cigano necessita urgentemente de atenção do Estado, no sentido de avaliar, através de políticas afirmativas, algumas ações que

²⁰ DHnet é um site que trata dos Direitos Humanos. Nele, constam cinco artigos que legislam sobre os direitos dos ciganos.

amenizem o descaso social que aflige o grupo desde o período colonial. As medidas devem respeitar as especificidades existentes no grupo, principalmente a condição de cidadão nômade ou semi-nômade, característica esta que dificulta a inserção do grupo, nas estruturas sociais normatizadas, garantindo o acesso à saúde, à escola e a tantos outros direitos. É imprescindível a promoção de campanhas específicas de incentivo ao registro civil dessa etnia, para que sejam efetivamente reconhecidos como cidadãos de direito.

Na primeira Conferência Nacional de Promoção e Igualdade, ocorrida em 30 de junho e nos dias 1 e 2 de julho de 2005, foram apresentadas as propostas que haviam sido traçadas na IX Conferência dos Direitos Humanos, e na primeira “Audiência Cigana”. Segundo Maia (2006), diferente dos indígenas, que têm inúmeras publicações escritas por antropólogos brasileiros e estrangeiros, a invisibilização do povo cigano no Brasil e a pouca defesa de seus direitos, é dificultada pelo pouco acervo bibliográfico existente :

A defesa dos direitos e interesses ciganos, no entanto, é bem mais difícil e complexa, porque a bibliografia sobre ciganos no Brasil é muito reduzida e mal chega a uma dúzia de ensaios científicos, por causa da quase inexistência de antropólogos e outros cientistas que realizaram ou realizam pesquisas de campo sobre ciganos brasileiros, existindo de modo incipiente e desestruturado organizações não-governamentais de apoio aos ciganos, ou organizações ciganas, e inexistindo um órgão governamental e uma legislação específica em defesa dos direitos e interesses ciganos. Ao contrário dos índios, os ciganos nem sequer são mencionados na Constituição Federal, e constituem a minoria menos conhecida, e talvez por isso vítima de muitos preconceitos e discriminação no Brasil. (MAIA, 2006)

Embora a Constituição não faça referência diretamente em nenhum artigo ao grupo cigano e apesar de existir no Brasil, um estudo reduzido sobre a categoria, segundo Maia (2006), os ciganos quase tiveram um artigo aprovado na carta constitucional de 1988. A ementa havia sido elaborada pelo Deputado Antonio Maris²¹ e propunha a proibição da discriminação em razão da etnia e do nomadismo. Mesmo enfrentando dificuldades e resistência, já são perceptíveis alguns avanços em termos de políticas públicas em prol da categoria.

Em 24 de maio de 2007, celebrou-se, pela primeira vez, o Dia Nacional do Cigano, publicado no Decreto de 25 de maio de 2006, pelo então presidente da República. Nesse dia, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) elaborou uma programação especial para o grupo, fazendo parte do evento o lançamento do carimbo e do selo cigano, emitidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), e o anúncio da

²¹ Na Paraíba é um político respeitado pelos ciganos, cedeu terras para que pudessem construir suas moradias. Os ciganos dizem que o respeitam muito e são fieis eleitores de Antonio Maris.

Cartilha de Direitos da Etnia Cigana, por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, além da oficina de capacitação em projetos socioculturais para a comunidade cigana.



Figura 50: Oficina cigana 2007, Brasília.²²

Fonte: www.cultura.gov.br



Figura 51: Ciganas nas oficina, 2007, Brasília²³.

Fonte: www.cultura.gov.br

Em 24 de maio de 2008, aconteceu a premiação do Concurso Cultura Cigana, lançado em 2007, pelo Ministério da Cultura (MINC) em nível nacional, cujo objetivo principal era o resgate cultural da etnia. Entre os 20 projetos premiados, três foram da Bahia, cabendo o segundo lugar ao professor adjunto do Departamento de Biologia da UEFS, Jucelmo Dantas da Cruz,²⁴ cujo projeto apresentado tinha como temática a valorização cultural do Jaimpem, canto cigano em memória aos antepassados. O trabalho do professor dá enfoque à preservação do universo imaterial cigano.

Em junho de 2009, aconteceu a II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial e, novamente representantes de vários clãs estavam presentes: *Kalderash, Moldowai, Sibiaia, Roraranê, Lovaria, Mathiwia e Kalé*. Eles foram recebidos pelo ministro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Edson Santos, e pela gerente de projetos de comunidades tradicionais do órgão, Bárbara Oliveira, para expor os interesses do segmento e pedir mais visibilidade para a etnia. A representante cigana Mirian Stanescon aproveitou a audiência com as autoridades para reivindicar, em nome do grupo, a revalidação das propostas feitas na I Conferência Nacional Promoção da Igualdade Racial, realizada em 2005. Estas propostas já estão disponíveis na cartilha “Povo Cigano o direito em suas mãos” editada em maio de 2009.

²² Disponível em: www.cultura.gov.br/site/2007/05/23/dia-nacional-do-cigano. Acessado em: 13/05/2010.

²³ Disponível em: www.cultura.gov.br/site/2007/05/23/dia-nacional-do-cigano. Acessado em: 13/05/2010.

²⁴ Dantas é descendente cigano e luta em defesa de seu povo.

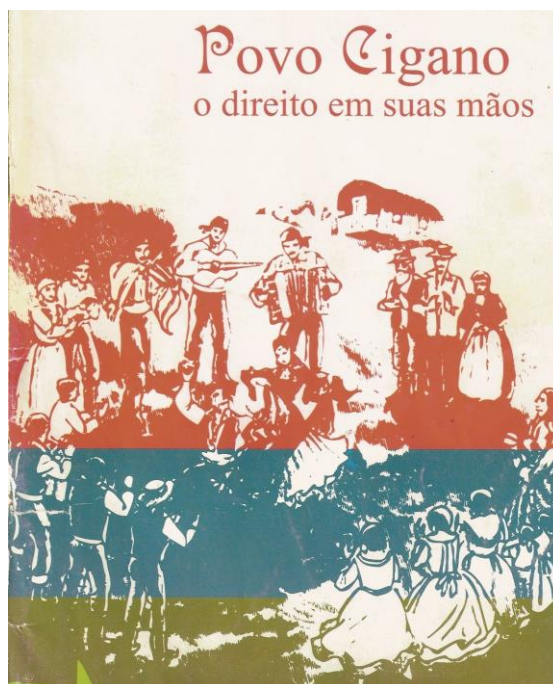


Figura 52: Capa da cartilha do Povo Cigano
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2009)

Em relação aos direitos e à política seguem as determinações:

I = Que em toda ação comunitária ou lei que beneficie as comunidades indígenas, negras e outras, inclua-se, explicitamente, a etnia cigana

II = Apoiar as entidades e instituições dirigidas por ciganos reais, no desenvolvimento de projetos que visem melhorar a qualidade de vida do cigano.

III = Assegurar o uso tradicional dos trajes típicos da mulher cigana, garantindo sua entrada em todo qualquer estabelecimento público.

VI = Sensibilizar as comunidades ciganas para a necessidade de realizar o registro de nascimento dos filhos. Assim, como, apoiar medidas necessárias destinadas a garantir o direito ao registro de nascimento gratuito para a criança cigana.

VII = Desenvolver campanhas com vista a incentivar a comunidade cigana, a permitir que as meninas ciganas tenham o mesmo direito a alfabetização, cultura e educação dos meninos ciganos.

VIII = Incentivar a participação de representantes ciganos nos Conselhos Federais, estaduais e municipais de defesa dos direitos das minorias étnicas, nos conselhos tutelares, bem como no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, para a orientação, resguardo e garantia dos direitos da etnia cigana

IX = Apoiar qualquer instituição ou entidade dirigidas por e para ciganos, no desenvolvimento de projetos auto-sustentáveis do ponto de vista econômico, ambiental e cultural, bem como apoiar a criação de cooperativas e outras formas de geração de renda, assegurando os meios para o desempenho de suas atividades, para que as instituições do Povo Cigano no Brasil, através de Termos de Parceria a serem firmados com o Ministério da Justiça e com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

X = Garantir as barracas ciganas (thieras) o mesmo direitos de inviolabilidade estabelecido pela Constituição Federal de 1988, as casas residenciais.

XI = Garantir as crianças e jovens ciganos nômades, o mesmo direito à tratamento, respeito e solidariedade dispensados aos não ciganos.

XII = Apoio das municipalidades no estabelecimento de áreas de acampamento dotadas de infra-estrutura e condições necessárias para as comunidades ciganas nômades.

XIII= Promover e criar cursos de alfabetização diferenciada às crianças e adultos ciganos através de unidades móveis, com programas e profissionais capacitados para alfabetização rápida e eficaz.

XIV Garantir a educação escolar diferenciada às crianças ciganas, respeitando suas crenças, costumes e tradições.

XV= Garantir ao povo cigano nômade, assistência a saúde diferenciada, por meio de unidades móveis, que possam não somente tratar, mas também, orientar e prevenir contra doenças sexualmente transmissíveis.

XVI = Garantir a presença de ginecologista mulher nas unidades móveis, para que as mulheres ciganas possam realizar seus exames preventivos e de pré – natal sem criar constrangimento dentro de sua comunidade.

XVII = Incluir as artes ciganas nas festividades em que se apresentem outras etnias, como negros, índios e outros.

XVIII = Mapeamento dos acampamentos e tombamento dos sítios e documentos detentores de reminiscências históricas.

XIX = Implantação de programas de saúde diferenciados na assistência a etnia cigana pelos SUS, priorizando ações na área de medicina preventiva, segurança alimentar, fitoterapia DST/AIDS.

XX = Acréscimo da cultura cigana ao Decreto n 1.494, de 17/05/1995 (DOU 18/05/1995) que regulamenta a Lei n 8.313, de 23/12/1991, que estabelece a sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONA)

XXI = Iniciar o Projeto “Cartão Educação, para que as crianças e adolescentes sejam matriculados em, no máximo, 24 horas nas redes públicas estaduais e municipais, sempre que chegarem com suas famílias em nova cidade C.

XXII = Promover campanhas para que as pessoas do povo cigano, em sua grande maioria, nascidas no Brasil, tomem conhecimento que são cidadãos brasileiros, com os mesmos direitos e obrigações de todo e qualquer cidadão, aumentando assim sua auto-estima.

XXIII= Assegurar ao povo cigano que em filmes, novelas seriados, documentários e outros, serão respeitados seus costumes, crenças e tradições. Assim como, eliminar em livros e materiais didáticos, expressões que apresentem o povo cigano de uma forma negativa.

XXIV = Incluir dia 24 de maio no calendário de festividade do Brasil.

XXV = Garantir a inclusão do povo cigano a toda e qualquer campanha de saúde, educação, solidariedade, fraternidade e respeito às diversidades.

XXVI = Proibição de veiculação, nos diferentes meios de comunicação de propaganda e mensagens racistas, preconceituosas, xenófobas, discriminatórias, difamatórias, que incitem ódio contra os valores espirituais ou que lidem de forma desrespeitosa com valores e doutrinas religiosas ou reforcem preconceitos de qualquer ordem.

XXVII = Desenvolvimento de campanhas públicas de combate à discriminação religiosa e de valorização da pluralidade religiosa no Brasil.

XXVIII = Promoção de campanhas educativas e criação de cartilhas relacionadas à etnia cigana, divulgação em escolas públicas municipais e estaduais. Eliminação de materiais didáticos de expressões que apresentem a etnia de maneira difamatória e capacitação dos professores do ensino fundamental e médio para prevenir discriminações.

XXIX = Assegurar para a defesa do povo cigano, o mesmo espaço usado pela mídia ao desrespeitar, difamar e violentar a dignidade de todo e qualquer cigano ou grupo cigano que se sintam ultrajados.

Ao analisar estas propostas, é perceptível que os ciganos, lentamente, estão emergindo do anonimato, ganhando visibilidade e respaldo político, passando a fazer parte da pasta de melhoria do governo federal. Além disso, seus direitos estão garantidos enquanto cidadãos inseridos no contexto brasileiro de minoria étnica. Ainda que o Brasil tenha formação pluriétnica, o que prevaleceu, por conta do processo de colonização e dominação européia, foram os valores culturais dos brancos “ditos civilizados”, impondo aos outros grupos também formadores a sua cultura, desprezando-os. Há algumas décadas, depois de muita luta, as etnias minoritárias vêm ganhando visibilidade no campo das implantações das políticas públicas afirmativas. Essas políticas vêm assegurando-lhes seus direitos como medida de reparação decorrente da dívida histórica existente no país. Nesse contexto pode ser referida a matriz africana, os indígenas brasileiros e, de outras minorias, principalmente, as de origem asiática, e nesse caso pode-se incluir a etnia cigana.

Das conquistas já garantidas para as etnias de origem não-européia, algumas foram implantadas no setor educacional, considerando que o modelo de educação ainda existente no Brasil prioriza os interesses da classe burguesa, por meio de um currículo unilateral com caráter etnocêntrico, classista e homogeneizador, favorecendo exclusivamente a elite dominante. É necessário garantir, em igual importância, um ensino multi/intercultural, visto que não se pode negar que a nossa formação é multirracial.

Segundo a LDB está explicitado no Art. 26 – Os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. No parágrafo 4º desse artigo estabelece que: “O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana, européia e asiática. Assim, para tornar mais eficaz e legitimar os direitos dessas minorias étnicas foi sancionada a lei 10.639.93, alterando o artigo 26 A da LDB (Lei 9.394/96). Essa lei descreve e garante as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais, para o ensino de história e da cultura afro-brasileira e africana. Recentemente (2008), houve uma nova alteração na lei 10.639.03 para 11.645.08, incluindo o estudo da questão indígena (Lei 11.645.08) nas instituições de ensino. Estas duas etnias têm na lei a garantia do estudo sobre suas culturas. As outras minorias, e no caso específico a dos

ciganos, foram contempladas por extensão quando no artigo é descrito que outros grupos tanto de origem europeia quanto asiáticos deveriam ter seus valores culturais considerados.

5.2. Os ciganos diante da legislação educacional brasileira

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 prescreve que “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A circunscrição desse artigo traz à tona a responsabilidade que é designada primeiro ao Estado, quanto à obrigatoriedade de ofertar uma educação escolar de qualidade para todos os indivíduos, sem distinção de cor, raça ou classe. O acesso à educação escolar deve ser permitido a todos indistintamente, independente da categoria étnica à qual pertence o sujeito. Se o Estado não apresentar ofertas suficientes de vagas, as autoridades competentes podem responder por crime de responsabilidade.

No artigo ulterior, o 206, é assegurado, dentre outros princípios que devem reger o ensino brasileiro, “o direito à permanência”, que garante o compromisso do Estado em dar igualdade de condições para que todos possam manter-se na escola. Tal princípio é respaldado pelo art. 3º, I, da Lei de Diretrizes e Base, nº 9.394/96, endossado pelo art. 54 do Estatuto da Criança e Adolescente, Lei 8.069/1999. Quanto ao papel da família, cabe aos pais o dever de matricular os filhos nas unidades escolares e, caso não se efetuar, podem ser responsabilizados pelo crime de abandono intelectual (art. 246 do Código Penal).

Durante séculos os ciganos não freqüentaram nenhuma instituição de ensino. Esta evidência fora observada em diferentes partes do mundo. Os estudiosos da questão cigana produziram diversas explicações para tentar elucidar tal fenômeno. Na Europa, de acordo com estudos de (LIÉGEOS, 1987 *apud* MOONEN, 2004), o grau de analfabetismo entre os ciganos é estimado entre 65% e 95% e os fatores causadores dessas estimativas atrelou-se à vida nômade que os impossibilitavam de freqüentar as escolas. Nesse caso, é necessário salientar que o grupo cigano nunca foi benquisto, desde sua aparição na Europa Ocidental, na segunda metade do século XV. Esta rejeição estava condicionada aos *hábitus* étnicos, aos costumes e às práticas existentes no grupo. Logo foram apelidados de “os nômades estrangeiros” – descritos na época como “indivíduos com uma pele escura e, segundo muitos cronistas, com uma ‘aparência horrível’. Viajavam em bandos de tamanho variável, de algumas dezenas até

mais de cem indivíduos e [...] afirmavam ser originários do ‘Pequeno Egito’[...]’.(MOONEN,2004, p.131).

Deve ser ressaltado que alguns grupos inicialmente possuíam cartas de apresentação e salvo-condutos dos prelados civis e autoridades eclesiásticas, o que favorecia um tratamento cordial. Mas, logo eram obrigados pelas autoridades locais a abandonarem os territórios devido ao comportamento e estilo de vida que possuíam, ou eram empurrados para fora dos muros da cidade. Os ciganos sempre ocuparam, socialmente, um lugar periférico devido aos seus *habitus* étnicos fora do padrão existente na sociedade majoritária. Essa mesma rejeição ainda existe em vários lugares do mundo, inclusive no Brasil. Logo, não é procedente afirmar que o analfabetismo cigano é gerado somente pelo estilo nômade de viver.

A segunda causa citada por Ligeos diz respeito às condições precárias existentes nos acampamentos que geralmente ficavam situados em bairros periféricos distantes das escolas. Problema também vivenciado no Brasil e, específico no nordeste, onde se encontra a maior parte dos descendentes calons, considerados os mais pobres entre a categoria. Outras questões atribuídas ao alto índice de analfabetismo são o preconceito e a discriminação manifestados nas escolas; problemas esses que serão explanados sobre a situação do grupo em pesquisa.

No entanto, apesar das causas apresentadas, o autor supracitado aborda a respeito de uma medida adotada pelas autoridades governamentais em alguns países da Europa, as quais utilizam a instrução escolar como instrumento de integração forçada, cujo objetivo maior é obrigar os ciganos a uma vida sedentária. Esta medida foi extremamente adotada nos países do leste europeu. Na Polônia, por exemplo, onde existe uma grande concentração de *romãs*, o governo socialista do pós-guerra aspirava construir um estado nacional etnicamente homogêneo. Segundo Fonseca (2004), no país, os ciganos somavam apenas 0,005% da população, mas foram considerados um problema social. Assim, criou-se o Departamento de Assuntos Ciganos, sob a jurisdição do Ministério de Assuntos Internos, que funcionou até 1989, exercendo uma espécie de vigilância ao povo cigano.

O governo polonês, a partir de 1952, estabeleceu um extenso programa de assentamento forçado, cuja finalidade era enquadrá-los no arquétipo da sociedade dita majoritária, sem respeitar as diferenças étnicas existentes no país. Objetivava torná-los sedentários, para então aplicar “suas bem- intencionadas medidas de bem-estar social. Na verdade, impôs aos ciganos uma nova cultura de dependência” [...], Fonseca (2004, p.20). Continua a autora, em sua obra retro citada, afirmando que o objetivo maior governamental era aplicar um programa educacional. Essa medida, segundo Fonseca, era apoiada por Ficowski, respeitado escritor polonês sobre questões ciganas, afirmando que essa ação política

favorecia os ciganos: [...] “a educação era a única esperança de emancipação para essa gente que vivia ‘fora da história’ e o assentamento possibilitaria a educação”, (FONSECA 2004, p. 20). O problema, de acordo com os comentários da autora, estaria na não consulta aos próprios ciganos. Afinal, a tentativa era torná-los iguais, ou melhor, a intenção era favorecer o processo de assimilação através de uma educação formal. Os ciganos têm seus costumes baseados na tradição oral. Um exemplo do que pensam os ciganos em relação à cultura letrada aconteceu na própria Polônia, num episódio narrado por Fonseca (2004) que trata da história de vida de Papulsza – mulher cigana de origem polonesa que vivia com seus familiares em caravanas, adeptos da vida nômade.

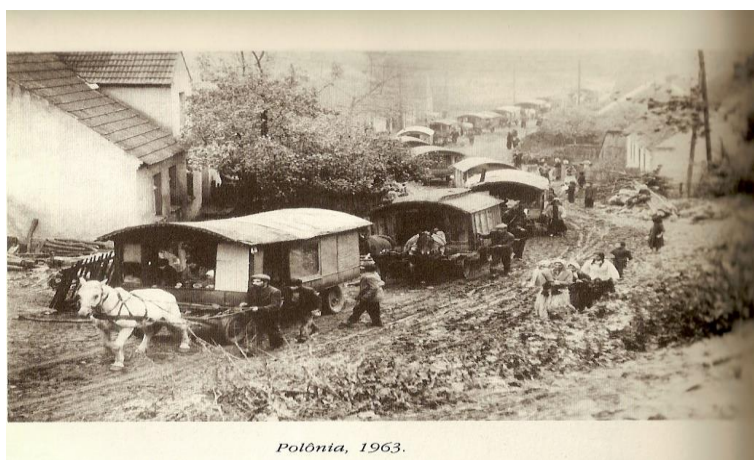


Figura 53: Caravana cigana
Fonte: Livro Enterre-me de pé 2004

Aos 15 anos casou-se contra vontade, por arranjo familiar, com um velho e respeitado harpista da companhia. Aprendeu a ler e a escrever na década de 20, do século anterior, quando a alfabetização era quase desconhecida pelos ciganos. O processo de aprendizagem da leitura e da escrita ocorria quando nas paradas de um a dois dias o grupo acampava para descanso ou para realizar alguma transação comercial, a jovem, mulher inteligente, negociava com alguns camponeses alfabetizados a barganha de alguns objetos como galinha, em troca das aulas de alfabetização. Conseguia também comprar livros e revistas que eram escondidos debaixo das harpas. Revela a autora que, ao ser apanhada lendo, a jovem levava uma surra e todo seu acervo bibliográfico era destruído. Entretanto, mesmo enfrentando o desejo contrário dos familiares, Papulsza aprendeu a ler e a escrever, passando a registrar seus contos e poemas que eram narrados nas apresentações públicas. Esse tipo de encenação era costume ocorrer entre os ciganos nômades e, em uma dessas atuações por azar ou sorte, foi percebida em 1949, pelo então citado autor polonês Jersy Ficowski que, de imediato, reconheceu sua aptidão e começou a coletar e transcrever suas histórias em polonês.

As narrativas falavam sobre a vida vagante de seu povo, o enfrentamento na guerra, os esconderijos na floresta, o amor, a natureza e tantos outros temas. Logo, suas idéias foi publicada por Ficowski, simpatizante “apologista da política governamental de sedentarização compulsória. Esse autor afirmava que ela era ‘participante e porta voz’ dessas mudanças”, que representavam a vontade de seu povo.

Por conta dos seus escritos e dá má interpretação dada as suas obras, logo identificada pelos ciganos como “o epítome da campanha pela anulação de seu modo de vida tradicional”, Papulsza foi declarada mabrine (impura) e condenada pelo Baro Shero²⁵ dos romas poloneses. Seu castigo se constituiu na exclusão do grupo por ter colaborado com um gadjo. A poetisa queimou toda sua obra escrita e tentou impedir que as mesmas fossem publicadas, pediu ajuda aos sindicatos dos escritores em Varsóvia e recorreu à editora que publicava as obras de Ficowski onde incluía seus textos, mas ninguém a ouviu. O resultado foi taxativo: todos a abandonaram, inclusive seu descobridor.

A história de Papulsza impetrou um desfecho desastroso para sua vida, pois passou 8 meses internada em um hospital psiquiátrico da Silésia ²⁶, e, a partir da década de 1950, até sua morte em 1987, viveu na solidão.



Figura 54: Cigana Papulsza
Fonte: Livro Enterre-me de pé, Fonseca, I, 2004

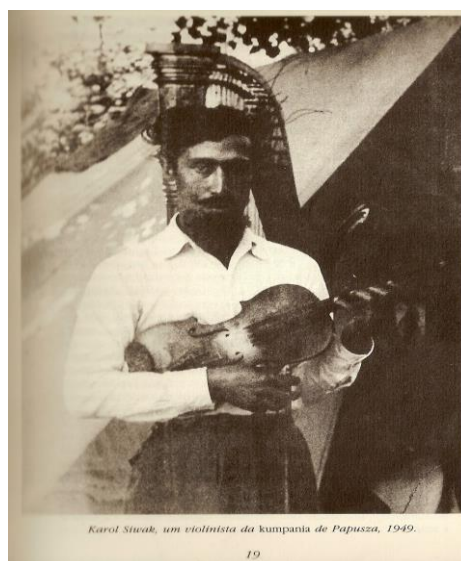


Figura 55: Violonista da Kompania de Papulsza
Fonte: Livro Enterre-me de pé, Fonseca, I, 2004.

Ficowski fez nova análise crítica sobre os resultados decorrentes do processo de assentamento polonês destinado às comunidades ciganas existentes no país. As reflexões dessa avaliação encontram-se, no seu grande livro – “Os ciganos na Polônia, publicado em 1984. Segundo Fonseca (2004), ele chegou resumidamente à seguinte conclusão:

4 Conselho formado por líderes ciganos para discutir e decidir medidas aplicativas aos eventuais problemas existentes no grupo.

²⁶ A Silésia é uma importante zona industrial da Polônia e República Checa.

‘Os ciganos não levam mais uma vida nômade e o número de analfabetos caiu de modo considerável. ‘Porém, mesmo esses ganhos foram limitados, porque as moças ciganas casam-se cedo aos doze ou treze anos e porque ‘nos poucos casos em que indivíduos são *adequadamente educados*, em geral tendem a abandonar a comunidade cigana’. Os resultados foram desastrosos: ‘A oposição ao direito de deslocamento dos artesãos ciganos, que levaram suas habilidades de ferreiros e fundidores de estanho aos mais distantes cantos do país, começou a provocar o desaparecimento da maioria das habilidades tradicionais ciganas’ [...].(FONSECA,2004, p.22 grifos nossos).

No Brasil, os ciganos, principalmente os residentes na região Nordeste, enfrentam dificuldades equivalentes às vivenciadas pelos irmãos étnicos europeus ao adotarem o modo de vida sedentária. A diferença é que o processo de fixação e alojamento seguido pelos ciganos nordestinos brasileiros, não se originou de políticas públicas governamentais de assentamento forçado, como ocorreu no Leste europeu, que visava, entre outras coisas, a descaracterização da cultura cigana, adotando um discurso de bem-estar social. Subjacentes existiam, entre outros interesses, a prevalescência dos valores da cultura dominante, desrespeitando os valores culturais dos indivíduos pertencentes à outra etnia. Tais políticas pretendiam impedir o deslocamento constante e promover o processo de assimilação cultural através da educação formal.

No nordeste brasileiro, os ciganos que adotaram a vida sedentária, foram forçados a mudar seus hábitos de vida em consequência das mudanças socioeconômicas existentes no país nas últimas décadas. Para entender os fatores estruturais que obrigaram os ciganos a abandonarem a vida nômade, cita-se a pesquisa descrita por Moonen (2004), realizada no Estado da Paraíba na cidade de Souza, na década de 90 com ciganos calons. Delineia o autor que, até a década de 80, esta comunidade de ciganos já sedentarizados vivia de transações comerciais proporcionadas pelas vendas e trocas de animais (equinos), e de objetos industrializados destacando a comercialização de armas. Nesse período afirmam que levavam uma vida confortável.

O autor faz uma exposição de motivos, os quais seriam os causadores da retenção cigana no nordeste. Primeiro: a industrialização a partir da década de 60 com a produção de automóveis (ônibus, tratores, caminhões). Esse desenvolvimento produtivo teria tornado supérfluo o uso de animais para transporte e/ou tração e concluiu para este ponto que: hoje, o transporte de equinos comercializados pelos ciganos é de uso praticamente da população pobre que ainda os utiliza para carregar água, lenha ou produtos agrícolas. Segundo: movedor seria – o êxodo dos fazendeiros que preferem hoje morar nos grandes centros urbanos. A saída dos grandes proprietários do campo para a cidade trouxe um resultado negativo para a vida

nômade cigana, uma vez que anteriormente os proprietários rurais ofereciam empregos temporários nas construções de açudes, no plantio e na colheita ou simplesmente permitiam arrancar transitoriamente, assistindo-os com água e alimentos. Moonen (2004) enfatiza que a administração rural atualmente fica a cargo dos capatazes que nada fazem em favor do ciganos. Terceiro: o melhoramento dos meios de transporte urbanos e coletivo contribuiu para aumentar o número de estabelecimentos comerciais nas cidades e vilas, visto que as pessoas passaram a freqüentar mais estas localidades com o intuito de realizar entre outras coisas, transações comerciais.

Os motivos citados anteriormente foram elencados por Moonen (2004) como as causas que contribuíram para o declínio do comércio ambulante cigano e conseqüentemente para o processo de sedentarização indiretamente forçada. Porém, o autor salienta que não foi “a sedentarização que provocou a proletarização, mas foi o empobrecimento que obrigou os ciganos de Souza a aceitar uma vida sedentária”. Nesta comunidade do interior da Paraíba, os ciganos também enfrentam dificuldade na área trabalhista por falta de qualificação profissional, a qual está estritamente ligada à baixa escolaridade ou à ausência da mesma. Fator que contribuiu para uma exclusão do trabalho profissional.

A falta de preparo para lidar com o dinamismo da vida comercial parece ter sido o estopim de toda situação de miserabilidade. O autor ainda ilustra as dificuldades vivenciadas pelos ciganos para lidar com a inflação que assolou o país na década de 80, em conseqüência das trocas constantes da moeda brasileira. Acredita que os ciganos da cidade de Souza, tiveram dificuldades para lidar com as constantes mudanças no setor econômico: “Os ciganos, devido sua vida nômade e por outros motivos, não costumam freqüentar escolas, mas apesar disto, muitos aprenderam a ler e a escrever. Mas tudo indica que nunca aprenderam a calcular. (MOONEN, 2004, p . 165)”.

Dado este que contraria a opinião unânime dos professores entrevistados nesta pesquisa, em relação à facilidade, à preferência e ao gosto das crianças ciganas em aprender a matemática. Muitos ciganos afirmam saber só escrever o nome, mas que são bons de cálculos e os fazem na “cabeça”²⁷.

Em Souza, por exemplo, onde se encontram várias escolas públicas, o quadro de analfabetismo é alarmante entre os ciganos, apesar de ter sido afirmado, na pesquisa, que muitos sabem “ler e escrever”. Tudo indica que o artigo 205 da Constituição Federal não estava sendo respeitado naquele município, pois os ciganos teriam encontrado resistência,

²⁷ Utilizam este termo para demonstrarem a facilidade que tem em lidar com a questão matemática principalmente para fazer cálculos mentais.

preconceito e discriminação, chegando ao absurdo de serem impedidos de matricular seus filhos em algumas escolas públicas existentes. Os motivos alegados vão desde ameaça de docentes que preferem abandonar a instituição, a ministrar aula para indivíduos de origem cigana; a uma possível rejeição de pais não-ciganos e dirigentes escolares. No entanto, em 1993, a Procuradoria da República na Paraíba forneceu formulários que garantiam o acesso das crianças pertencentes a esta etnia e, caso a matrícula fosse negada, a diretora deveria mencionar por escrito o motivo da alegação. Pelos menos, em parte, o problema de inserção dos ciganos na escola foi solucionado naquele município.

5.3. A escassez do setor produtivo cigano. Portugal, Paraíba e Utinga

Circunstâncias parecidas são encontradas em alguns países da Europa. Em Portugal, nomeadamente, onde há um grande número de descendentes ciganos, cerca de 6.000 no distrito de Lisboa. Esse grupo português enfrenta grandes dificuldades para inserir-se no setor educacional e profissional, dando margem a um processo de exclusão social com características análogas como as existentes no Brasil. Exclusão essa que se caracteriza pela ausência ou privação de determinados tipos de recursos econômicos, políticos sociais, culturais e simbólicos. Nesse sentido, pode-se afirmar que os ciganos encontram-se fora do padrão valorativo de referência e representação desses recursos.

Em termos econômicos, os ciganos portugueses centram suas atividades geradoras de rendimentos no comércio ambulante, cujos artefatos de venda são roupas, tecidos e calçados, em feiras, praças em geral inseridas em lógicas marginais sem registros e fora do controle oficial. O trabalho cigano antes pautado na venda de animais (equinos), atividade hoje quase inexistente, sobrevive principalmente do comércio ambulante ou exercendo de forma sazonal algumas atividades agrícolas (catadores de azeitonas). Por necessidade de sobrevivência, segundo (GONÇALVES; GARCIA; BARRETO, 2006, p.34), os ciganos de origem portuguesa estão aceitando desempenhar algumas atividades ocupacionais diferentes das praticadas pelo grupo no passado. Assim, esporadicamente, aceitam trabalhos por conta de outrem (em geral não-ciganos). Contudo, a efetivação dessas tarefas não pode implicar em qualquer vínculo contratual, pois preferem receber o pagamento diário.

Essas mudanças, ligadas ao setor trabalhista dos ciganos em Portugal, são consequência da vida sedentária e do declínio das atividades tradicionais geradoras de rendimentos. Os ciganos vêm tentando adequar-se ao estilo de vida capitalista existente na sociedade hodierna. Equivalentes profissões executadas pelos ciganos portugueses foram

encontradas na cidade de Souza na Paraíba. São ocupações geralmente desqualificadas e marginais como guardas, vigilantes, colhedores de castanhas. As duas situações analisadas sobre gestão de rendimentos, tanto em Portugal como na Paraíba, diferem da lógica encontrada na comunidade de Utinga, em relação à rentabilidade econômica e à execução do trabalho formal. Os que possuem pouca rentabilidade vivem ainda da venda dos poucos animais e carros usados e atuam como pequenos agiotas, entre a população brasileira que sobrevive da aposentadoria, do salário mínimo e dos benefícios fornecidos pelo governo federal. Os que possuem um padrão financeiro médio, e os considerados ricos, vivem da pecuária e da agiotagem e negociam com os gajos²⁸, possuidores de um melhor poder aquisitivo.

Os ciganos agiotas atuam em todas as categorias sociais brasileiras. Em Utinga, a lógica de funcionamento baseada no sistema de agiotagem, apresenta a seguinte característica: os ciganos pobres, com pouco capital de giro, fazem empréstimos para pensionistas e aposentados, enquanto os médios e grandes agiotas possuem como clientes a classe média do município e outros circunvizinhos. Nesta comunidade, há uma participação da mulher em relação a transações de agiotagem. No entanto, embora sejam perceptíveis as mudanças relacionadas às atividades geradoras de rendimento, algumas características são mantidas inalteradas por força da tradição, resistindo ao tempo. As atividades exercidas pelo grupo cigano em qualquer lugar do mundo deve permitir-lhes algum grau de autonomia, liberdade e mobilidade geográfica – baseado no hábito da itinerância, dificilmente exercem funções que tenham que seguir horários rígidos. Tal afirmação pode ser percebida observando o depoimento do cigano A (45 anos), da comunidade de Utinga.

Os ciganos são livres, não executam trabalhos fixos, mesmo porque os salários são baixos, preferem seus negócios – os ciganos vivem o hoje não pensam no amanhã, gostam de gastar, você já observou quando tem uma festa quanto os ciganos bebem? Secam todos os *wisques* do bar, aí não se importa com o outro dia não, agora eu me preocupo com o futuro dos meus filhos, tenho medo que eles fiquem em situação difícil, por isso quero construir uma base econômica para eles, não quero que passem por dificuldades. Também incentivo e não abro mão da frequência escolar aqui em casa eles têm quer ir a escola e depois no turno da tarde pago reforço escolar gostaria que eles fossem médicos ou advogados.

Fica evidente na fala do entrevistado que, mesmo estando adaptados em função da sociedade majoritária, eles mantêm as atividades geradoras de rendimentos, baseados nos *habitus* da tradição. Nesta comunidade, não existe nenhum caso de cigano que exerça trabalho

²⁸ Palavra usada pelos ciganos para designar os brasileiros não-ciganos.

fundamentado no padrão formal da sociedade, predominando o comércio autônomo. O grupo que há três décadas encontra-se sedentarizado parece que gradativamente está adequando-se à lógica capitalista da sociedade. Mesmo que, por tradição prevaleça o costume da satisfação imediata “o cigano vive o hoje”. Alguns são considerados “ricos”, por causa do patrimônio acumulado (fazendas, gados, imóveis, capital de giro e outros). De acordo com os dados de um velho cigano calon (78 anos), atualmente os ciganos viajam pouco e quando viajam é em carro próprio ou em algum transporte coletivo.

Aquela vida de viver na estrada acabou ninguém quer mais comprar “burro” não, hoje o povo só quer andar de carro, aí a gente vai tentando vender os animais por aqui mesmo, agora os ciganos que têm dinheiro é mais fácil porque pode emprestar dinheiro a juros e comprar gado e fazenda, carros. Mas os pobres sofrem mais, mesmo assim, eu acho a vida de hoje bem melhor. Antigamente quando a gente não tinha casa ficava cada dia em um lugar era muito dura a vida, hoje é melhor, olha ai todo mundo tem sua casa com água, luz. A única coisa que sinto falta é de não saber a leitura. (Cigano C, 78 anos)

A grande parada do grupo na região teve início em 1971, coincidindo com período de fixação dos ciganos encontrados na Paraíba; e, certamente motivadas pelas mesmas questões: desenvolvimento, industrialização e melhoria nos meios dos transportes coletivos. Porém, a escolha do município estava atrelada à boa condição climática da região que favorecia a criação de animais. Embora se tenha notícias de que o grupo chegou à região provavelmente em 1945, vendendo burros e jumentos. A sedentarização só teria ocorrido 26 anos depois (SENNA, 2004).

Três décadas após ter ocorrido grande parada destes calons na cidade de Utinga, pode-se assegurar que algumas mudanças sociais e econômicas aconteceram influenciando e alterando alguns *habitus* da tradição. Em termos econômicos, ainda que permaneça as atividades baseada nos modos da vida tradicional (comércio de animais), adotaram outras estratégias de sobrevivência, as quais foram adequadas à lógica da sociedade capitalista, a exemplo dos empréstimos a juros, também praticados por bancos e financeiras. A diferença é que os bancos são empresas legalizadas, e a agiotagem particular é considerada ilegal. Porém, este tipo de atividade não é prática exclusiva dos ciganos, entre os não-ciganos também é encontrada.

O procedimento de troca de animais ainda existe, apesar da escassez dos compradores. Nessa negociação, outros objetos estão sendo inseridos, devido à necessidade de adaptação aos novos contornos econômicos, incluindo carros usados, terras, imóveis. Em Utinga, apesar da vivência no meio urbano, os *habitus* da economia ora se apresentam com característica da

tradição (as trocas), ora configuram de acordo com estrutura do mundo capitalista (dinheiro a juros). Isto significa que, na lógica da sobrevivência, nessa comunidade, os indivíduos vem tentando adaptar-se às mudanças, das quais estão sendo protagonistas, mas sem se deixar diluir por ela. Outras atividades geradoras de rendimentos não foram identificadas nessa comunidade.

Em Utinga, os tipos de atividade geradora de renda são diferentes das encontradas em Portugal. Citam-se, especificamente, os sedentarizados em Lisboa, que vivem da venda ambulante nas feiras e mercados, apresentada marcadamente como um negócio familiar, devido à participação efetiva das mulheres, frente às bancas para engodar os clientes. Equivalente ao arquétipo português, nos últimos anos, os homens da comunidade de Utinga têm permitido a participação das mulheres nos negócios. Hoje, há um número considerável de ciganas agiotas, o que, segundo as informações coletadas, existem até casos de famílias, as quais as mulheres estão produzindo a sustentabilidade econômica, “[...] aqui existe mulheres que são boas de negócio minha irmã, por exemplo, é fera para negociar, existe até casos de ciganos que não conseguem receber os juros, as mulheres vão cobrar e resgatam toda guia” (Entrevistado Cigano 45). Embora a busca por rentabilidade econômica seja uma função masculina, centralizada na figura paterna, há uma efetiva participação dos filhos, e, mais recente, da mulher.

O que chama a atenção é o tipo de trabalho feminino que nessa comunidade difere das atividades mais comuns exercidas pelas ciganas de outros grupos, a exemplo da quiromancia. Assim, é possível asseverar que as atividades geradoras de rendimento em Utinga se transformou em um negócio familiar. Para Pinto (2000, p. 64), esta forte coesão interna, imbricada nas relações de parentesco, não se enquadra na racionalidade própria do sistema capitalista moderno, marcado por uma lógica individualista. Elias (1994, p. 102) afirma que:

A coesão dos grupos rompe-se à medida que perdem suas funções protetoras e de controle. E, nas sociedades estatais maiores, centralizadas e urbanizadas o indivíduo tem que batalhar por si mesmo. A mobilidade das pessoas, no sentido espacial social, aumenta. Seu envolvimento, com a família, o grupo de parentesco, a comunidade local e outros grupos dessa natureza, antes inescapável pela vida inteira, vê-se reduzido. Elas têm menos necessidade de adaptar seu comportamento, metas e ideais à vida de tais grupos, ou de se identificar automaticamente com eles

Para Elias, (1994) nas sociedades nacionais, cada vez mais complexas, as pessoas sentem necessidade de batalhar mais por si, diferente dos grupos pré-estatais. Esta observação do autor é de extrema importância porque mesmo inserido num contexto social, urbanista, em que prevalece a lógica econômica do individualismo, muitos grupos ciganos ainda conseguem

preservar valores que consideram importante para a coesão interna. Assim, existe a utilização de estratégias de controle comportamental dos indivíduos. Afirma o autor que por essa lógica. “A pessoa não tem oportunidade, necessidade, nem capacidade de ficar só. Os indivíduos mal sentem alguma oportunidade, desejo ou possibilidade de tomar decisão por si ou conceber qualquer pensamento sem a constante referência ao grupo”, Elias (1994, p.108). As dificuldades enfrentadas, seja no campo econômico, seja no social, são problemas do coletivo; e não se insere na lógica individualista das sociedades contemporâneas.

Em Lisboa (Portugal), por exemplo, os grupos ciganos têm enfrentado diversos problemas para manter suas atividades geradoras de rendimentos, baseada principalmente no comércio informal de calçados e vestuários. Segundo a pesquisa apresentada por (GONÇALVES; GARCIA; BARRETO, 2006), são vários os problemas arrostados por esta etnia; primeiro porque o comércio de revenda se insere num circuito marginal fora do controle fiscal. Em função dessa ilegalidade, são muitas vezes, repreendidos pelos profissionais da fiscalização e da polícia, cujo intuito visa expulsá-los dos locais onde realizam suas transações comerciais. Esta situação problema é vivenciada por todo o grupo, mesmo os que conseguem legalizar seu comércio abala-se com a condição dos outros membros, porque no pensamento cigano, os problemas não são individuais, eles dizem respeito a toda a categoria.

Além da questão da perseguição policial ao mercado informal, outra problemática aludida ao mercado de trabalho, refere-se à altercação entre os ciganos e outras minorias, os quais igualmente utilizam a venda no comércio ambulante como estratégia de sobrevivência, e fazem muita concorrência às atividades tradicionais ciganas. Os principais contendores são de origens indiana, marroquina e chinesa, dentre eles, os marroquinos são apontados como os principais vilões da concorrência, sobretudo porque são os fornecedores das mercadorias. Outro grupo apontado são os chineses, salientando-se que o prejuízo de mercado não tem sido especificamente só para os ciganos, mas para o comércio em geral, devido à revenda dos produtos chineses com preços baixos. Os ciganos apontam ainda o governo como causador dos prejuízos comerciais, porque facilita a entrada do grupo chinês no país, permitindo cargas de produtos conseguidos abaixo do preço, porque na China a mão-de-obra é prosaica (GONÇALVES; GARCIA & BARRETO, 2006, p.70).

De fato, estas questões supracitadas contribuem para a descaracterização das atividades tradicionais geradoras de rendimentos ciganos em Portugal. Tal descaracterização é diferente do grupo em pesquisa que enfrenta o declínio do seu principal meio de sobrevivência (venda e troca de animais), provocado pelo crescimento e melhoria sócio-econômica iniciado no nordeste na década de 60, os quais foram mencionados no corpo do

texto. Além dos fatores citados, nos últimos anos tem ocorrido, no município onde se localiza a comunidade, certo desenvolvimento socioeconômico, favorecendo a implementação no setor de transporte coletivo rural e urbano.

5.4. Os ciganos frente ao mundo do trabalho e à necessidade de escolarização.

Os ciganos, por tradição, são negociantes e vivem do comércio informal de roupas, sapatos, animais, carros, artesanatos. Aprendem a profissão observando o exercício com os familiares. No entanto, na lógica competitiva do mercado de trabalho, tem enfrentado muita concorrência advinda de outros grupos não-ciganos, devido a escassez de emprego que aflige o mundo inteiro. O fato é que os ciganos têm buscado uma saída para sobreviver frente às mudanças que ora vem dificultando campo da produção de renda familiar.

Na luta pela sobrevivência, os ciganos têm buscado em outros setores geradores de renda, uma forma de resistir. Entretanto, têm enfrentando alguns problemas frente ao mercado de trabalho. Primeiro, falta-lhes a formação profissional exigida por conta do pouco grau de instrução do grupo. Outra dificuldade diz respeito ao cumprimento de horários e ao recebimento de salários mensais. Diante disso, preferem trabalhos rápidos com remuneração imediata. Essas são algumas dificuldades que o grupo vem encontrando no mundo do trabalho.

Em relação ao grupo pesquisado pode se concluir que alguns ciganos agiotas reclamam da escassez de clientes para negociar, afirmando que a maior dificuldade deve-se à facilidade dos empréstimos em folha, realizados pelos bancos. Fica implícito também que o analfabetismo dificulta as transações comerciais, visto que os empréstimos servem-se de título de crédito, notas promissórias, cheques, duplicatas comerciais; além da necessidade de movimentar com bancos. Outra situação verificada ocorre quando é preciso verificar a documentação de compra de terras, gados ou quando precisam assinar algum documento estando sempre precisando do auxílio de ciganos alfabetizados ou dos serviços de brasileiros. Estas são algumas situações que exigem dos comerciantes ciganos o domínio mínimo do código de comunicação de leitura e de escrita para que possam interagir na sociedade letrada.

Os ciganos por tradição são ágrafos, têm seus princípios baseados no ensinamento através da oralidade. Os indivíduos aprendem todo seu legado cultural observando os adultos, inclusive a própria preparação para o mundo do trabalho. Tendem a não seguir a educação institucionalizada. Esta condição seria a explicação inicial fornecida por teóricos para justificar o absentismo escolar. No entanto, a verdade evidenciada sobre a ausência dessa categoria nos estabelecimentos de educação, não deve ser explicada somente pelos valores

dos “*habitus* étnicos”, mas devem ser explicitados considerando também alguns fatores exógenos, sobretudo o anonimato histórico e o processo discriminatório sucedido à categoria ao longo dos séculos.

Verdade que ao longo do processo histórico de dominação européia, em vários lugares do mundo inclusive no território brasileiro, em nome de uma heteronímia perversa, diversos grupos étnicos foram obrigados pelo colonizador branco através da “cruz ou da espada” a renegar seus valores culturais. Contudo, apesar de toda imposição cultural, os colonizados resistiram preservando muitas de suas tradições e costumes, a exemplo do grupo cigano que, em vários aspectos, conseguiram burlar a política assimilacionista de dominação européia. Assim, os ciganos, com um estilo peculiar de comportar-se diante da vida, adotaram uma ideologia alicerçada nas idéias de liberdade, utilizando o slogan "O Céu é meu teto; a Terra é minha pátria e a Liberdade é minha religião". Destarte, manifestam um espírito fundamentalmente livre dos condicionamentos determinados pelo padrão linear da sociedade, dirigida pelas pessoas “ditas normais”, geralmente cerceadas pelos sistemas aos quais estão subjugadas. Entretanto, é verossímil afirmar que, da interação do grupo com novas redes de sociabilidades, sofrem influências socioculturais dos valores homogeneizadores descritos como universais.

Com base na premissa acima, debrucei-me na análise dos dados etnográficos da pesquisa, cujo objetivo maior é tentar compreender quais mudanças de *habitus* culturais vêm ocorrendo do assíduo contato da categoria com as novas redes de sociabilidades, tendo como o foco principal a inserção dos indivíduos ciganos nas instituições educacionais. A escolha por este campo de análise deveu-se, sobretudo, à frequência de muitos jovens e crianças às redes de ensino público e privado. Os dados empíricos foram recolhidos prioritariamente a partir das explicações fornecidas pelo grupo, considerando suas concepções sobre o porquê da procura por uma educação de base erudita. Para complementação e cruzamento dos resultados, outros sujeitos de origem não-cigana foram imprescindíveis no processo de análise. Foram entrevistados o corpo docente e o discente das diversas escolas frequentadas por estes indivíduos.

Muitas mudanças de *habitus*, nessa comunidade, iniciaram a partir do processo de sedentarização, ocorrido há três décadas, quando passaram diariamente a conviver meio a uma cultura letrada com base no processo de transmissão escrita. Interagindo diariamente nesse universo simbólico, houve necessidade, pelo menos nos últimos anos, de compreender os códigos de comunicação falada e escrita.

Em Utinga, foi observado, desde o início da coleta de dados em 2006, que praticamente todas as crianças de 0 a 6 anos estão matriculadas na rede de ensino privado, na educação infantil. Observa-se, então, um paradoxo para ser analisado, em virtude das explicações que ao longo do tempo têm sido afirmadas sobre a pouca importância destinada à escola pelo povo cigano. Na Europa, por exemplo, vários estudos têm demonstrado que, durante séculos, muitas gerações da etnia cigana permaneceram afastadas do sistema escolar. Casa-Grande (2006) apresenta dados reveladores sobre o absentismo escolar cigano e ainda afirma que, por falta de uma educação intercultural, as crianças são matriculadas em escolas para deficientes mentais, constatando que a diferença é transformada em deficiência. Em países como Alemanha, Itália, França, Reino Unido, Irlanda, República Checa, Romênia, Áustria, as crianças ciganas freqüentam escolas para crianças com “*handicap* mental²⁹”. E acrescenta segundo os estudos de Ruiz e Schlambach (2004, p. 11), para o ano de 2003, que na Alemanha havia um número muito elevado, acima dos 80% em algumas áreas, de crianças freqüentando as designadas ‘special schools’. Para a autora, este procedimento está fortemente relacionado à falta de uma educação intercultural e acrescenta que os professores não possuem competências pedagógicas para ensinar crianças ciganas.

Na comunidade de Utinga, alguns fatores para tal distanciamento estariam atrelados à dinâmica de funcionamento do grupo. Anos atrás, quando ainda praticavam o nomadismo e sobreviviam da venda, compra e troca de animais, argumentava não haver necessidade emergencial de aprender os signos da cultura letrada. Essa precisão nasceu a partir da década de setenta, quando adotaram o modo de vida sedentária e passaram a conviver diariamente em meio à cultura de base no letramento. A verdade é que poucos são os indivíduos com idade acima de 30 anos habilitados a ler e escrever com clareza. Muitos aprenderam a desenhar o nome, diferente das gerações mais jovens, nascidas pós-período de sedentarização, especificamente anos 90, os quais foram inseridos no processo de educação formal.

Enquanto viviam praticando o nomadismo, a escola não apresentava um caráter significativo tal como ocorre para os grupos não-ciganos. Os seus projetos de vida giravam em torno dos seus *habitus* primários, nos quais as crianças ciganas eram socializadas, característica fortemente encontrada nos dias atuais. No entanto, parece que a vida contemporânea sedentária, apesar da resistência quanto ao processo assimilacionista, teria instigado os ciganos a modificarem o processo de socialização principal.

Antes, a educação cigana era configurada genuinamente em função dos seus *habitus* étnicos. Hoje, ocorre simultaneamente entre a hereditariedade da tradição de base oral,

²⁹ Escolas para crianças com algum grau de deficiência mental.

influenciada pela etnicidade, e as instituições de base no letramento. Daí surge uma questão de fundo: qual a importância destinada à escola hoje pelos ciganos? Diante de tal dilema, a pergunta foi feita a um componente da comunidade que é destaque justamente por ser um dos poucos que concluiu o ensino médio e, sobretudo, porque considera a educação formal uma ferramenta extraordinária para colocar-se perante a sociedade. Perguntado sobre o que de fato tem levado as famílias ciganas a investirem atualmente na educação escolar dos seus filhos, ele resume:

Quem começou colocando os filhos na escola foi o Anedito³⁰, homem de tamanha inteligência é uma pena não ter frequentado a escola, mas sempre se preocupou em colocar seus filhos na escola. A filha dele estudou desde muito pequena, sempre nas escolas particulares. Então, os outros pais também começaram a colocar seus filhos, aqui é assim, *quando alguém faz algo bom os outros copiam*. Os pais não querem que seus filhos passem vergonha, muitos só assinam o nome, mas têm dificuldade em resolver algumas situações que dependam de conhecimento de escrita e leitura, não querem que seus filhos sejam analfabetos, se o *filho* quiser, eles pagam até faculdade. O problema surge quando eles (crianças) começam a ficar maiores, no caso dos meninos, porque começam a entender dos negócios³¹, então percebem que a escola não vai ser muito útil para vida, nessa altura sabem ler, escrever e fazer cálculos. Então, eles começam a perder de ano, e conseqüentemente abandonam. Os pais também não exigem, não são rígidos, fazem muita vontade aos filhos, compram celular, carro, roupas caras não dão limite, assim, eles percebem a pouca importância da escola e, deixam de estudar. Eu, por exemplo, tenho muito medo, fico desesperado só em pensar que os meus três filhos, que são criados aqui na comunidade também sigam o exemplo dos outros e queiram deixar os estudos, porque gostaria que fizessem medicina e direito. Quanto à educação das meninas, são menos cobradas ainda, porque com 12 anos em diante os pais já estão em busca de um pretendente e logo estarão casadas. A maior preocupação dos pais com sexo feminino é adquirir o dote para ser negociado com a família do pretendente. (Cigano A.)

Segundo os dados do informante, o motivo principal que tem levado os pais ciganos a matricularem seus filhos na educação formal a partir do ensino infantil, é para evitar, desde cedo, o constrangimento perante a sociedade letrada. Em 2006, a presença de crianças ciganas na escola era a seguinte:

**QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS POR SERIE
MATERNAL A 8ª SÉRIE**

Série/Nível	Masculino	Feminino	TOTAL
Ensino Infantil (0 – 6 anos)	09	07	16
Alfabetização	12	03	15

³⁰ Um dos membros considerado mais importante, entre os fatores está a alta condição socioeconômica que possui. Não frequentou a escola, mas sabe assinar o nome.

³¹ Desde muito pequeno os filhos acompanham os pais, avós e tios quando vão realizar as trocas e vendas de animais ou os empréstimos a juros.

1ª a 4ª séries	05	06	11
5ª a 8ª séries	10	14	24
Ensino Médio	01	01	02
Não estudam	02	01	03
TOTAL	39	32	71

Quadro 3: Alunos matriculados por série do maternal a 8ª série

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados, 2006.

O pensamento do entrevistado comunga com o de Boaventura Santos; “ser igual quando a diferença os inferioriza”, visto que hoje, eles (os pais), por não conseguirem decodificar os símbolos da linguagem escrita, sentem-se inferiorizados, em virtude das relações de sociabilidade interétnicas que desenvolvem.



Figura 56: Crianças ciganas e brasileiras na escola
Fonte: Arquivo pessoal 2008



Figura 57: Criança cigana no ensino infantil
Fonte: Arquivo pessoal 2008

Geralmente, “os meninos” começam a abandonar seus estudos a partir da transição entre os ciclos da 5ª ou 6ª série (estão em média com 12 e 13 anos), apresentando um índice maior de repetência, quando talvez esses adolescentes percebam que a escola não terá muita funcionalidade para suas vidas. Nesse período, segundo os dados dos professores entrevistados, já aprenderam a escrever seu nome, a maioria sabe decodificar o código escrito dominam muito bem os cálculos matemáticos. Todos os professores são unânimes nesse ponto ao afirmarem que as crianças ciganas são boas em cálculos. Para eles, a escola já teria cumprido seu papel.

No que se refere à educação feminina, semelhante aos meninos, o abandono da escola se dá entre os 12 e os 13 anos. Normalmente, são as famílias que começam a não permitir que continuem a estudar. Nesse caso, a explicação parece sempre retornar ao compromisso matrimonial: nessa faixa etária normalmente ocorre o primeiro ciclo menstrual e as promessas de casamentos já estão elaboradas entre os pais da moça, o que faz com que os preparativos para o matrimônio tomem muito tempo, levando-a ao abandono da escola. Também é nessa faixa etária que os pais, sobretudo a mãe, desenvolvem maior preocupação com relação à vigilância dos pais para que não ocorra envolvimento amoroso com jovens brasileiros. No entanto, apesar do rígido controle dos pais em relação às meninas, ao visitar a escola pública

Antonio Muniz, a mais freqüentada pela comunidade, o resultado foi surpreendente: foram encontradas muitas meninas-moças ciganas ainda freqüentando o estabelecimento de ensino. Isto significa que já existe certa flexibilidade nas regras de conduta por parte das famílias ciganas.



Figura 58: Adolescentes calins
Fonte: Arquivo pessoal 2007



Figura 59: Calins na sala de aula
Fonte: Arquivo pessoal 2007



Figura 60: Ciganos e gajos
Fonte: Arquivo pessoal 2007

Alguns incentivos isolados, vindos de membros da comunidade, têm garantido a permanência de mulheres na escola. Nosso principal informante cigano, por exemplo, conta ter sido o maior incentivador em relação à escolarização do grupo, inclusive não permitindo o abandono escolar desejado pelas cunhadas e esposa antes da conclusão do 2º grau. As duas são das poucas mulheres a possuírem o nível médio completo na comunidade.



Figura 61: Ciganas escolarizadas
Fonte: Arquivo pessoal 2008



Figura 62: Mãe cigana estudando com o filho
Fonte: Arquivo pessoal 2008

Como maior incentivador da educação formal, aconselha aos irmãos e aos outros membros sobre a importância de manter seus filhos nas escolas, para que possam adquirir o conhecimento formal, cientificamente elaborado, sobretudo porque acredita que assim possam interagir em outros meios sociais, sem constrangimento. Ele é um exemplo para o grupo, devido à desenvoltura e ao domínio da palavra falada e escrita. A singularidade do seu modo de viver decorre da longa convivência com uma família brasileira. Orgulha-se de tal conhecimento adquirido, sobretudo, porque considera a educação o alicerce para alcançar o respeito perante os indivíduos não-ciganos e uma forma de integrar -se na sociedade, abrandando a discriminação social.

Diante da postura apresentada pelo informante e das observações efetivadas durante as hospedagens em sua residência no período de coleta de dados, ficou evidenciada a existência de uma dinâmica de funcionamento diferente da encontrada em outros lares ciganos, a qual preserva muitos costumes firmados nas tradições do seu povo. Entre outros, o ritmo de vida conduzido dentro de uma lógica temporal diferente do padrão seguido pela maioria dos indivíduos nas sociedades modernas. Os ciganos costumam não seguir horários, optam por um estilo de vida fora do padrão instituído. No entanto, nessa família, o progenitor tenta estabelecer para seus filhos, um arquétipo de conduta inspirado no molde convencional do existente na sociedade brasileira, estipulando uma rotina de horários para ser cumprido por sua prole.

A primeira regra diz respeito aos hábitos domésticos. Toda família senta à mesa nos horários pré-determinados pela sociedade para realizar as refeições. Depois do almoço, a prole descansa para, em seguida, realizar as tarefas escolares que são orientadas pela mãe. No decorrer da realização das atividades há interrupções, provocadas pela presença de outras crianças, geralmente primos que adentram a residência, querendo a parceria das crianças Almeida na realização das brincadeiras. Estas circunstâncias tornam visíveis a existência de uma situação de conflito, entre a mãe, as crianças e os amigos, necessitando da intervenção paterna no processo de negociação.

Inicialmente o pai dialoga com os filhos tentando mostrar-lhes que é necessário primeiro realizar as atividades escolares para depois serem liberados para as brincadeiras, e para resolver a situação pede aos sobrinhos que retornem a suas casas. Em contrapartida, os filhos, choramingando, propõem o inverso, argumentando que preferem brincar a realizar tarefas escolares, criando um impasse. Contudo, os pais permanecem firmes na decisão, e, mesmo com a relutância da prole, o progenitor procura não ceder. Depois algum, percebendo que os pais não vão ceder, as crianças começam a fazer as atividades escolares. O entrevistado argumenta sobre a necessidade de ser firme para que os filhos percebam que existem limites. Salienta que, às vezes, é flexível.

A mãe argumenta que, exaustivamente, sempre tenta convencer os filhos a cumprirem às atividades escolares. Em seus vários depoimentos, ela deixou transparecer ser muito cansativa esta postura educativa. Indiretamente parece atribuir as dificuldades em educar seus filhos a diferente postura de outros pais, os quais criam seus filhos com excesso de liberdade, sem muitas cobranças e limites. Tal comportamento é refletido na fala de uma mãe cigana, de 29 anos.

Todo dia e assim, na hora de fazer as tarefas escolares – eles querem brincar, ir para casa do avô, ficar com os primos e os outros amiguinhos do lado de fora, ou assistir televisão - as crianças ciganas têm muita liberdade, não têm costume de seguir horários, os pais deixam a vontade. Para educar é preciso muita paciência, eu e o pai ficamos cansados, mas não gostamos de banca, preferimos nós mesmos ensinarmos as tarefas escolares.

Pelos depoimentos e pelas observações realizadas no âmbito da família Almeida, ficou visível que existe uma grande preocupação com a educação formal da prole. O investimento lembra a descrição feita por Bourdieu (1998) sobre a postura adotada pela classe média em relação ao investimento pesado na escolarização sistematizadas dos filhos, designadamente porque deposita nos “títulos escolares” a grande chance de continuar a ascendência sociocultural da família, tanto que deseja uma formação acadêmica em cursos possuidores de grandes prestígios, tais como Medicina e Direito. Para a família Almeida, aprender a ler e escrever, concluir o nível médio ou chegar aos bancos da universidade, em cursos com pouco prestígio social, traz um baixo retorno financeiro. Não é suficiente para valer o esforço.

Embora consciente da necessidade de investir na educação sistematizada, a família Almeida convive com a angústia oriunda das escolhas que os seus descendentes poderão fazer no futuro, sobretudo pela convivência em meio a duas culturas distintas, nas quais seus filhos estão inseridos. De um lado, os da tradição ensinado através de educação oral, e da convivência em meio à comunidade que valoriza a etnicidade; do outro, uma cultura que tende para a formalidade de uma sociedade letrada. O temor familiar, em relação ao futuro dos filhos, é precisamente das escolhas que poderão fazer, as quais independem de sua vontade, sobretudo porque deseja para seus descendentes um futuro diferente do seu, comerciante e agiota.

Na descrição do informante-cigano³², o abandono escolar dos jovens ciganos é um problema atrelado aos pais, os quais fazem a vontade dos filhos, não os obrigando a permanecer na escola, não disciplinando para seguir as regras de funcionamento da sociedade brasileira. A análise citada é delineada a partir dos *habitus culturais* que o incorporou fora da tradição do seu povo. Seus *habitus* foram adquiridos ao longo do convívio com os não-ciganos assimilando – os naturalmente como padrão correto a ser seguido. É também a partir desse etnocentrismo cultural que durante as entrevistas com os professores, diretores e coordenadores, ficou manifesto o quanto os pais são responsabilizados pelo fracasso escolar de seus jovens, segundo as considerações desses profissionais apresentadas abaixo.

1º- Falta dos pais, eles colocam os filhos só para aprender a ler e a fazer contar. (Pró I)

³² A descrição deste informante encontra-se na página 112 e 113.

2º-Eles aprendem o que consideram necessário. A família não vem para a escola, em 2008, trabalhei um projeto no sentido de resgatar a comunidade, foi realizado encontros de pais e filhos.Foi um trabalho muito atrativo,pois foi oferecido uma feijoada para os pais,a partir daí eles deram para freqüentar porque quando oferece comida eles gostam muito disso. (diretora escolar I)

3º Reunião não vêm. Raramente vem quando é uma festinha ocorre uma mãe isso porque moram em frente a escola (Pró II).

4º- O analfabetismo por parte dos pais. A maioria dessas crianças não possui acervo de livros em casa, ou seja, só tem contato na escola.A grande maioria tem facilidade em matemática,pelo fato de sua cultura estar mais voltada para o comércio e agiotagem.Os meninos, desde pequenos, são ensinados que o lucro é primordial e são educados no seio familiar para essa questão.As meninas já são educadas para o casamento.(Coord. Pedagógico I)

5º- Pais analfabetos (Diretora do ensino infantil II).

6º- Os pais são analfabetos pouco aparecem aqui, em função dessa ausência os ciganos passam o tempo todo brincando e pulando e conversando principalmente entre eles.Geralmente chegam cedo (matutino, vespertino),mas não têm compromisso com o aprendizado.(Pró III 7º ano)

O primeiro entrevistado diz que os pais só colocam os filhos com um único objetivo: ler, escrever e contar. Por isso não comparecem a escola. O segundo acha que a escola não oferece nada de atrativo para que haja um maior entrosamento entre a escola e as famílias. Afirma estar utilizando, como estratégia de aproximação reuniões que culminam com um almoço porque sabe que, na comunidade, as festas são movidas com muita música e comida, conseguindo assim, viabilizar uma forma de aproximar o grupo do ambiente escolarizado.O terceiro depoimento é vago.O motivo não está claramente explicitado.Não sabe informar sobre o distanciamento dos pais.Salienta que, por causa da proximidade da residência, em alguns momentos,comparecem aleatoriamente na escola. Porém, o comparecimento não tem a ver a com questão educacional dos filhos; e sim porque o prédio escolar está localizado nas imediações das residências ciganas. O quarto, quinto e sexto entrevistados atrelam a questão ao analfabetismo dos pais. E o sexto ainda enfatiza que o comportamento dos estudantes de origem cigana ao desinteresse pelas aulas deve-se exclusivamente à ausência da família. Todos foram unânimes em afirmar que essa veemência deve-se puramente à família, a qual é responsabilizada pelo abandono escolar de seus jovens.

Diversos fatores são responsável pela não adequação desses jovens nos espaços de educação formal. No entanto, atribuir a ausência dessas famílias unicamente à falta de conhecimento pautado na cultura letrada, como agente preponderante para o insucesso escolar dessa minoria, seria uma justificativa inadequada, imprudente, com pouco fundamento diante da problemática. É preciso compreender as verdades subjacentes que embasam as ideologias escolares principalmente a do currículo oficial, sobretudo, porque para resolver o problema da falta de domínio dos códigos que embasam a cultura letrada, os pais ciganos utilizam o sistema

de “bancas”³³ com duas funções: a primeira objetiva substituir o analfabetismo dos pais; e a segunda reforça o processo de aquisição do conhecimento escolar.

Para tal procedimento, as crianças, pertencentes às mais recentes gerações, são levadas a modificarem suas práticas cotidianas, de forma que adéqüem ao modelo existente na cultura letrada da sociedade hospedeira. Um exemplo de tal assimilação pode ser observado em relação à ocupação temporal. Muitas crianças, especificamente as menores (0 a 6 anos), têm sido condicionadas diariamente a ocuparem dois turnos do seu tempo, para que possam apropriar dos símbolos que representam a cultura letrada.

Para a professora que acompanha o reforço dessas crianças, licenciada em Pedagogia e uma vasta experiência em alfabetização a falta de escolarização dos pais é o fator principal do insucesso escolar das crianças. A justificativa não é diferente da citada por outros docentes: “não possuindo o domínio da leitura e da escrita o universo vivenciado nos moldes da cultura letrada fica restrito ao mundo da escola, pois faltaria um melhor acompanhamento familiar”. Assim, a ausência do capital cultural dos pais, incidiria no baixo desempenho escolar dos filhos.



Figura 63: crianças vindas da banca
Fonte: Arquivo pessoal 2007



Figura 64: Escola de banca
Fonte: Arquivo pessoal 2008



Figura 65: Mãe cigana ensinando
Fonte: Arquivo pessoal 2007

Em outro depoimento fornecido por uma administradora escolar, pedagoga, professora, a que acompanha há quase duas décadas a inclusão desse grupo no mundo do letramento, o analfabetismo familiar é um dos fatores, mas não é o principal. Conclui dizendo que o problema maior em relação à dificuldade no processo de aprendizagem de alguns está atrelado às constantes ausências à escola. E argumenta que as faltas são motivadas pela dinâmica de funcionamento, em torno da organização cultural do grupo. Ilustra sua fala citando as famosas comemorações em torno das realizações matrimoniais: “Se tiver festa, eles não comparecem. Geralmente, ficam ausente da escola em média dois ou três dias, [...] um dia antes porque começam a chegar os convidados; no segundo é a festa; e no terceiro dia estão descansando”.

³³ Aulas complementares geralmente pagas a um professor particular são também conhecidas como reforço escolar.

O ritmo de vida das crianças baseia-se no dos adultos. As práticas cotidianas são incorporadas desde a infância com naturalidade, existindo uma forte sociabilidade intra-étnica. É dessa forma que as crianças aprendem e são educadas. As imagens foram realizadas durante uma comemoração matrimonial ocorrida no clube social da cidade. As crianças acompanham todo o baile seguindo o mesmo ritmo dos pais, chegando às suas residências quando já é dia. Caso queiram dormir, os pais resolvem o problema do sono dos menores espalhando nas laterais do clube, colchões, onde as crianças são deitadas até o momento que finaliza a celebração e todos voltam para suas residências, conforme seqüência de fotos abaixo.



Figura 66: Festa cigana
Fonte: Arquivo pessoal 2007



Figura 67: meninas ciganas bailando
Fonte: Arquivo pessoal 2007



Figura 68: sono dos calins
Fonte: Arquivo pessoal 2007

Através dessas práticas cotidianas é que, principalmente as crianças, vão interagindo, internalizando os valores de seu grupo de pertencimento e vão firmando sua identidade étnica. Portanto, é necessário que os docentes, administradores escolares, principalmente a coordenação pedagógica, possam compreender o quanto é importante, em nome da preservação dos costumes e das tradições cigana que essas crianças ciganas tenham o direito de participar das manifestações culturais do seu povo.

Muitos fatores endógenos atrelados à cultura cigana foram apontados pelos educadores como responsáveis pela falta das crianças ciganas nas instituições de ensino. Asseverar que só os fatores endógenos são responsáveis pela inadequação das crianças ciganas diante da educação institucionalizada é escamotear a verdadeira origem do problema e legitimar a superioridade da cultura dominante em detrimento de outras.

Além dos fatores citados nas entrevistas pelos professores e pelos diretores sobre as causas do elevado nível do absentismo escolar das crianças, existem outros fatores exógenos que são escamoteados, dissimulando os verdadeiros motivos que têm contribuído na contemporaneidade para continuar distanciando esta minoria étnica do processo educacional. É evidente que muito dos habitus étnicos ciganos diferem dos encontrados no ambiente escolar, o que segundo Bourdieu (1998), o conhecimento escolar representa os gostos, as crenças e os valores do grupo dominante dissimulado como cultura universal. Assim, as crianças

pertencentes a outro meio social, que não conseguem acompanhar e adequar-se a este padrão recebem várias caracterizações: crianças difíceis; não acompanham o andamento da classe; a família não dá assistência; é desligada; não presta atenção; tem preguiça; e tantas outras classificações. Isso tudo porque são gradualmente solicitadas a desempenharem um arquétipo de comportamento dos chamados *habitus* de classe que são diferentes dos encontrados no seu meio. Isto significa dizer que a escola não emprega nenhum símbolo da sua cultura.

A criança cigana sente que a escola não tem a ver com sua etnicidade. Assim, fica evidente a existência de dois sistemas culturais ocupando o mesmo espaço, sobressaindo os valores da cultura dominante que disfarça seu caráter excludente com a alocação do tratamento igualitário para todos. A escola adota, nessa perspectiva, um discurso da neutralidade, sem respeitar as diferenças que se constituem numa “violência simbólica”. Nesse sentido, as crianças começam a internalizar que são incapazes de aprender e a inquietar-se, oferecendo indícios de que algo não está funcionando bem. Essas evidências podem ser percebidas pelos depoimentos de vários seguimentos escolares:

“[...] Eles conversam demais na sala, nem prestam atenção na aula, sentam todos juntos, eu acho estranho o jeito que eles falam. Às vezes parece que nem estão ouvindo o que a professora está falando, mas são bons em matemática” (Aluna brasileira 7º ano).

“[...] Tem o tempo todo confusão com eles, porque eles não gostam de ser chamados pelo nome do cigano que já morreu. E os brasileiros ficam chamando de finado jubulino. Elas fazem muito barulho quando chegam, querem falar todos ao mesmo tempo, gostam de ficar do lado de fora da sala. Eu sou muito amiga delas, eu sei os seus segredos” (Porteira escolar).

“[...] Os pais pouco aparecem aqui. Em função dessa ausência os ciganos passam o tempo todo brincando, pulando e conversando principalmente entre eles. Geralmente chegam cedo, mas não tem compromisso com o aprendizado” (Professora 7º ano)

“[...] Eles se adequam bem a escola, porém eu sinto que eles têm uma aprendizagem mais lenta, porque os pais são quase todos analfabetos, mas eles colocam as crianças em banca a partir do maternal” (Diretora I)

Os depoimentos comprovam o juízo de valor elaborado com relação às crianças ciganas pelos vários segmentos do meio escolar e, corrobora o quanto a escola configura-se distante das necessidades dos indivíduos que a frequentam. No entanto, em nenhum momento, há uma reflexão sobre as práticas ideológicas que permeiam a organização interna dos estabelecimentos de ensino. Ficou evidente durante as observações de campo realizadas nas escolas, que o modelo pedagógico que segue o determinismo do currículo oficial não foi questionado, evidenciando que a não adaptação desse grupo diante da organização curricular

não é um problema de conjuntura interna. Nas falas das entrevistadas abaixo, fica notório que há uma valorização e preferência dessas crianças e jovens pelos valores socioculturais de suas tradições:

Os alunos ciganos respeitam o espaço formal educativo, porém raramente participam das festas da culminância de projetos instituições, deixando explícito, que valorizam sua cultura, suas “festas” é que realmente lhes interessam. “Portanto, o espaço formal educacional é uma instituição que eles utilizam somente durante um tempo que lhe convém de acordo com a faixa etária e a etapa de vida de seus filhos” (Coordenadora Pedagógica).

Quando tem casamento eles não vem desde a véspera aí percebe-se o quando a tradição influencia .Eles vão pouco para a escola.As ciganas saem sem falar (Professora 7º ano)

Eles são bons em matemática às vezes eu os vejo na rua jogando apostado menino de 9 e 10 anos mas em português [...] a dificuldade é devido a cultura deles, chegam na sala e colocam o caderno e saem” (Professora I).

Por estes depoimentos, é infofismável a necessidade de se pensar o currículo escolar na perspectiva da diversidade cultural, e, no caso dessa unidade de ensino que recebe sujeitos de um grupo étnico específico minoritário, deve ser pensando um projeto político pedagógico na perspectiva da interculturalidade. Focalizar o ensino por esta perspectiva significa pensá-lo com ações educativas de forma que atenda às diferentes identidades presentes no espaço da sala de aula. Candau (2000,51) afirma que focalizar a educação na perspectiva da interculturalidade necessita ações educativas que envolvam todos os agentes participativos do processo educativo. Acrescenta dizendo que essas ações não devem “ser reduzidas a algumas situações e/ou atividades realizadas em momentos específicos ou por determinadas áreas curriculares e nem focalizar sua atenção exclusivamente em determinados grupos sociais”. Nesse sentido, se faz necessário que a escola tenha êxito, que seja dado um enfoque global de forma que afete a cultura escolar como um todo.

Quando a primeira entrevistada diz que “não há compromisso por parte das crianças”, é de extrema importância buscar a origem desse comportamento evasivo; deve-se investigar o porquê dessa negação em assimilar a cultura oficial escolar. A resistência em participar das ações pedagógicas, os por que das fugas escolares e da sala de aula. Estas demonstrações de descontentamento não seriam estratégias e pretextos utilizados por estes estudantes para chamarem atenção do quanto a cultura oficial escolar distancia das suas reais necessidades? Então o problema estaria na visão homogeneizadora existente nas escolas que indiscutivelmente diz tratar todos igualmente, entretanto, não considera a vivência do aluno havendo uma desarticulação entre o conhecimento escolar e suas vidas, conservando, dessa

forma, um tratamento uniforme e o discurso de equidade nas oportunidades de escolarização? Bourdieu (1998) garante ser a escola reprodutora das desigualdades sociais e aponta os mecanismos de sustentação ideológica utilizados no meio escolar para legitimar o discurso da igualdade:

[...] se considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola é da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal a qual obedece todo o sistema escolar e injusto de fato, e que, em toda sociedade onde se proclama ideais democráticos, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios (BOURDIEU, 1998, p.53).

Segundo Bourdieu (1998), a igualdade formal que pauta a prática pedagógica escolar é uma forma de camuflar e mascarar as desigualdades reais diante do ensino da cultura transmitida e exigida e acrescenta que: [...] a tradição pedagógica só se dirige por trás das idéias inquestionáveis de igualdade e de universalidade, aos educandos que estão no caso particular de deter uma herança cultural de acordo com as exigências culturais da escola. Dayrell (1996) propõe a análise da escola a partir da ótica cultural afirmando que o espaço escolar deve ser olhado considerando os sujeitos sociais e históricos presentes. Assim, pensar a escola como espaço sociocultural é necessário pensar o processo educativo como sendo heterogêneo, fruto da ação recíproca entre sujeito e instituição compreendendo na sua diferença “enquanto indivíduo que possui uma historicidade, com visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos, com lógicas de comportamentos e hábitos que lhe são próprios.

O pensamento de Dayrell (1996) comprova que realmente os sujeitos sociais, nesse caso específicos, os ciganos discentes não estão sendo compreendidos. Tal concepção pode ser notada no trecho da entrevista da página (119). A coordenadora pedagógica ao afirmar que os alunos ciganos valorizam os costumes da sua cultura, não havendo um compromisso quanto as ações pedagógicas. Não estariam eles claramente demonstrando o quanto a escola não os percebe como agentes ativos do processo educativo? Outra questão digna de reflexão estaria vinculada ao preparo dos agentes de educação: os profissionais de educação estariam preparados para lidar com os aspectos das diferenças que abrangem os vários sujeitos escolares? Na mesma entrevista, a coordenadora pedagógica enuncia uma importante informação: “[...] o espaço formal educacional é uma instituição que eles utilizam somente durante um tempo que lhes convém”. De acordo com a informação acima este “convém” seria quando já dominam a leitura, a escrita e os cálculos? Ou quando sentindo-se um “alienígena na sala de aula” percebem que a escola não foi feita para eles, então optam pelo abandono? Consciente ou não, todos os entrevistados deixam transparecer, em suas falas, que existe um

problema de fundo entre o conteúdo de ensino que transmite seus métodos, técnicas, ou seja, existe uma lacuna entre a cultura oficial escolar e a cultura dos alunos. Provavelmente aqui estaria um dos agentes causadores do desconforto sentido pelos jovens ciganos dentro da escola, tal como se encontra atualmente configurada.

Diante do exposto, pode-se chegar à seguinte conclusão: os ciganos gostam de coisas práticas com aplicação para a vida. Assim, não é diferente em relação à questão da educação formal. Talvez a inquietude dessa etnia no espaço escolar, notadamente percebido como “desinteresse” pelos docentes e administradores, esteja na falta de objetividade. Motivado pela ideologia que acompanha suas tradições, os ciganos afirmam que vivem o hoje, um dia de cada vez. Com base nessa premissa, não seguem uma disciplina de horários. Essa particularidade dificulta a assimilação diante da cultura majoritária por parte dos adultos e das novas gerações. As crianças crescem acompanhando e observando os adultos, as quais têm dificuldades para adequar-se às exigências das regras não-ciganas. Para Casa-Grande (2006) “a criança desenvolve-se ao seu próprio ritmo, dentro de uma grande flexibilidade e preocupação dos progenitores com o seu bem-estar, sem imposição de horários ou de regras concordantes com as regras valorizadas pela instituição escola”. Isto significa que, para as crianças ciganas, o ritmo escolar não atende ao modelo seguido por eles nas relações tecidas no dia-a-dia, causando-lhes dificuldades de adaptação para seguir as normas escolares. As crianças ciganas, em virtude dos *habitus* familiares e das relações tecidas no cotidiano, estranham o padrão disciplinador do ambiente escolar.

Não só na comunidade de Utinga, mas parece que, no mundo inteiro, as crianças e jovens ciganos sofrem com as regras que são institucionalizadas, de forma etnocêntrica, determinada pela cultura dita padrão. Diante de tal situação, é necessário uma reflexão para procurar compreender o significado da escola para a cultura cigana, sobretudo porque não deposita na escola a responsabilidade de ascensão socioeconômica, através das certificações escolares. Então, cabe perguntar: Qual é realmente o sentido da escola para este grupo? Quando considera seus elementos importantes e quando avalia que houve a aprendizagem essencial para suas vidas? Essas são perguntas que ainda vão permanecer sem respostas porque exige mais convívio com o grupo para que possam ser compreendidas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, de cunho etnográfico, teve o objetivo de situar os mecanismos de resistência empregados pelos perpetuadores das tradições ciganas junto a sua comunidade, localizada na cidade de Utinga, no estado da Bahia. Antes, tentou mapear como se dão as tensões entre atitudes que revelam defesa das tradições – relevantes e necessárias para que o grupo possa persistir mantendo sua singularidade em meio a cultura majoritária – e envolvimento com a cultura local, “brasileira”, não-cigana.

Assim, foi analisado o termo genérico cigano utilizado para descrever toda a categoria e, ainda, o estigma destinado ao grupo ao longo do processo histórico. De fato, os ciganos são delineados com uma identidade uniforme como se todos conservassem os mesmos valores e as mesmas tradições. Há algumas similaridades entre estes, por exemplo, a família como a sede, por excelência, de tomada de decisão, tudo girando em torno dela; as línguas faladas como código secreto e os casamentos endogâmicos garantindo a sustentabilidade interna dos grupos. Esses fatores, dentre outros, são semelhantes em qualquer comunidade cigana, independente da localização geográfica. São eles, que imputam a coesão como grupo étnico inscritos na categoria de “grupo minoritário”. Contudo afirma que a etnia cigana é um grupo heterogêneo e culturalmente múltiplo existindo em seu interior diversas especificidades. Sabe-se que a história do povo cigano esteve permeada pelas perseguições. Os ciganos nunca foram um grupo bem compreendido. Dessa forma, eles foram tratados, em vários lugares do mundo, inclusive no Brasil, como caso de polícia, sobretudo porque seus costumes sempre causaram estranheza aos habitantes dos lugares onde se instalavam em seus trajetos de diáspora. As referências a eles registra o cumprimento de sentença de crimes muitas vezes não comprovados, a exemplo de roubos, e acusação de praticarem magia e feitiçaria, causado por este quanto aos seus costumes e modo de viver. No Brasil, por exemplo, a partir do século XVII, através de diversos decretos portugueses, ficou evidente que a política de banimento implementada pelas autoridades governamentais visava se “livrar” dessa gente, sobretudo porque seus costumes, nada convencionais, alteravam a dinâmica do lugar. A igreja católica esteve filiada ao Estado apoiando esta política de desterro através dos tribunais Inquisidores. Assim, muitos ciganos foram julgados e receberam os diversos tipos de castigos inclusive muitas mulheres foram mandadas para fogueira, acusadas de praticar feitiçaria, simplesmente porque eram quiromantes.

A análise realizada focou especialmente a juventude cigana, a categoria na qual vem recaindo toda a responsabilidade de continuidade das tradições e da identidade social do seu

grupo étnico, pressionados pelos anciãos que temem a destradicionalização, principalmente do modelo familiar que os caracteriza. Muitos jovens, segundo os mais antigos vêm demonstrando pouco interesse pela cultura de origem, esse altruísmo pode ser apontado considerando as mudanças estruturais sociais que vêm transformando as sociedades modernas. Primeiro ponto a considerar é o momento histórico vivenciado por essa juventude, nascidos em um contexto social diferente dos pais que foram nômades, ora apresentam valores da tradição étnica cigana, carregada de simbolismo, ora transmuta com os valores da cultura local – a brasileira. É e justamente esse dualismo cultural que vem provocando as mudanças no seio da comunidade, porém a zona onde se percebeu o maior conflito está na fragilidade dos laços matrimoniais entre os jovens.

As moças e em especial os rapazes (os apontados pelos desinteresses), continuam aceitando a imposição dos pais em relação à concretização dos laços núpcias, seguindo a tradição dos arranjos familiares sem a interferência dos mesmos. No entanto, essas novas gerações estão apresentando uma atitude comportamental diferente das gerações precedentes, não estão garantido a efetividade dos acordos matrimoniais, instaurando, assim, uma situação de desconforto, insegurança, incerteza no grupo.

Observou-se, nesse período de pesquisa, um grande número de divórcios entre os casais jovens, consolidando 12 separações, sendo 4 reconciliados após a interferência dos pais. Então, cabe aqui uma reflexão: é o padrão familiar existente no grupo que está em crise? Ou estes jovens (rapazes) estão querendo expressar através dessa atitude de negação que as relações baseadas nos laços endogâmicos e patriarcal não atendem mais as suas expectativas pessoais? Segundo afirma Costa (2009, p. 361-2), nos últimos 40 anos os modelos de arranjos familiares se diversificaram, e essas alterações “foram constatadas a partir de dados de natureza diferentes”. Isto significa dizer que as mudanças estruturais que vêm atingindo a dinâmica de funcionamento dessa comunidade são conseqüências naturais das transformações contemporâneas que têm apresentado novos modelos de arranjos familiares, e é também resultado dos desejos pessoais não mais focalizados na construção familiar. Segundo a autora supracitada, parafraseando o autor Singly, (2000) estes indivíduos estariam na contemporaneidade reclamando seu eu verdadeiro. Diferentes dos indivíduos pertencentes às outras gerações que ainda preservam seus valores referendados no conservadorismo de suas tradições.

Para finalizar essa análise do tipo etnográfico buscamos entender as mudanças e o impacto que o grupo cigano pesquisado vem atravessando em decorrência do processo de assimilação advinda dos espaços onde vigoram a educação formal. Diante de todo trabalho

realizado, foi constatado que os pais consideram ser de extrema necessidade que os filhos dominem os códigos da leitura e escrita e saibam realizar cálculos matemáticos tão necessários, para que possam utilizá-los nas atividades empreendedoras de rendimentos, sejam nas tarefas de venda e compra de objetos ou atuando como agiotas. Acreditam que esses conhecimentos são adquiridos especificamente na escola. Esta importância que os pais vêm atribuindo ao conhecimento escolar é resultado de reflexões negativas vivenciadas socialmente por eles, que por serem analfabetos sofrem os mais diversos tipos de constrangimentos em uma sociedade letrada que valoriza sobretudo o domínio do capital escolar. No entanto, não depositam nos títulos escolares um meio para alcançar o sucesso em termos socioeconômicos, mas acreditam sim, que o cigano alfabetizado possa interagir com mais desenvoltura entre os não-ciganos, principalmente quando forem tratar de “negócios” que envolvam o domínio de cálculos da leitura e escrita.

Entretanto, as afirmações dos pais contradizem as opiniões dos educadores sobre a postura destinada por eles, frente a escolarização dos filhos. Ao fazer o cruzamento dos dados pais ciganos versus educadores, foi possível chegar à seguinte conclusão: no nível do discurso, consideram importante o conhecimento escolar, mas há uma desconfiança em relação aos seus propósitos. Então, é válido perguntar por que os ciganos desconfiam da escola? Primeiro porque querem preservar o seu modo cultural e gostariam que as gerações futuras perpetuassem suas tradições, e sentem que a escola em nada lembra a etnicidade do grupo. Em função de suas crenças, os progenitores adotam uma postura meio liberal em relação à educação escolar dos filhos. O fato é que o ritmo de vida das crianças ciganas não acompanha o padrão existente e imposto pela sociedade, elas são conduzidas pelo, o ritmo tecido nas relações cotidianas do seu grupo étnico. Nesse sentido pode ser afirmar que o pais mantém uma postura flexível em relação as cobranças escolares dos filhos, prevalecendo suas manifestações culturais sobre os horários letivos.

Por outro lado, as escolas freqüentadas por essas crianças ciganas se caracterizam pelo discurso ideológico de uma educação igualitária tratando a todos, sem distinção, com os mesmos propósitos educacionais. Essa igualdade na perspectiva de Bourdieu (1998) seria uma promoção escolar da exclusão, sobretudo porque o conhecimento escolar cobrado representa os gostos, as crenças e os valores do grupo dominante, dissimulado como cultura universal. Então como participar de uma escola que não atrela na sua proposta de ensino o respeito aos diversos sujeitos sociais que nela se encontram? A verdade é que as escolas pesquisadas estão organizadas em função da maioria (não-ciganos), e vinculam uma proposta curricular pedagógica apregoando um caráter monocultural, atendendo especificamente os sujeitos

pertencentes à sociedade majoritária. Ficou notório no que tange às diferenças individuais na sala de aula, designadamente relacionada às crianças ciganas, que não existe uma atenção especial para com os seus interesses. Todos são tratados de maneira uniforme. Percebeu-se que as ações pedagógicas da igualdade de tratamento intencionada pelos agentes educativos, nos espaços escolares não têm a pretensão de excluir essa minoria, ao contrário é manifesto que talvez por falta de formação, acreditam que através do tratamento igualitário oportunize a todos as mesmas chances de aprendizagem, evidenciando assim, a falta de preparo dos educadores para conduzir o processo pedagógico e atender os interesses diversos dos sujeitos sociais que ocupam a sala de aula. No caso específico dessas crianças e jovens ciganos, os seus interesses não coadunam com as exigências escolares e foram apontadas pelos agentes do processo educativos como indivíduos descomprometidos por negarem o processo de aculturação promovido pela escola.

Essas crianças são solicitadas a desempenharem gradualmente tarefas desvinculadas totalmente do seu meio cultural, funcionando segundo regras as quais não as conhece. Os docentes, dirigentes, coordenadores pedagógico atribuíram especificamente aos costumes do grupo e, em especial, a postura das famílias frente às dificuldades de adaptação dessas crianças quanto ao seguimento das normas escolares. As crianças ciganas têm dificuldades em seguir as regras prevalecendo seus valores culturais sobre os horários letivos, o ritmo de vida das crianças acompanha a vida dos adultos. Ficou manifesto também, segundo os depoimentos dos entrevistados, que o problema da não adequação das crianças ciganas nos espaços escolares, têm origem apenas em fatores externos, ora nos costumes, ora na postura liberal das famílias frente as cobranças escolares dos filhos, evidenciando, assim, um problema para além dos muros escolares. Ou seja, não é a cultura da escola que precisa mudar, e sim a cultura do aluno. Esses discentes, por outro lado, têm apresentado uma postura de rejeição, mesmo silenciado se negam a enquadrar-se no arquétipo idealizado pela a escola. Pode-se afirmar então que o desencanto dessa categoria seja motivado pelo distanciamento entre seus valores e interesses culturais e os vigorados ideologicamente pela escola. “Se é um outro grupo com outra cultura, então deverá ter uma outra voz”. Logo, as escolas que atendem a esses sujeitos não podem continuar organizadas através de um currículo de caráter monocultural, sem considerar os diversos sujeitos que fazem parte desse universo. Seria necessário requerer uma educação na perspectiva da interculturalidade respeitando, assim, os vários sujeitos presentes no espaço da sala de aula. Assim, essas ações como afirma Candau (2000) não devem ser reduzidas a algumas situações e/ou atividades realizadas em momentos específicos ou por determinadas áreas curriculares e nem focalizar sua atenção exclusivamente em determinados

grupos sociais, mas atingir todos os sujeitos do processo educativo. Portanto, para pensar a escola como espaço sociocultural é necessário pensar o processo educativo como sendo heterogêneo, fruto da ação recíproca entre sujeito e instituição, compreendendo na sua diferença enquanto indivíduo que possui uma historicidade, com visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos, com lógicas de comportamentos e hábitos que lhe são peculiares. O pensamento de Dayrell (1996) comprova que realmente os sujeitos sociais, nesse caso específico os ciganos discentes, não estão sendo compreendidos. Todos os entrevistados deixam transparecer, em suas falas, que existe um problema de fundo entre o conteúdo de ensino que transmite seus métodos, técnicas, ou seja, existe uma lacuna entre a cultura oficial escolar e a cultura dos alunos ciganos. Provavelmente aqui estaria um dos agentes causadores do desconforto sentido pelos jovens ciganos, dentro da escola, tal como se encontra atualmente configurada.

Assim, concluímos diante do objeto estudado e exposto: *tensões e conflitos entre a manutenção da tradição e os valores da sociedade englobante* delinea atualmente no meio cigano, uma compreensão a partir do pensamento de Giddens (1990) de que vivemos em mundo das discontinuidades em constante mudança, e acrescenta que as sociedades na modernidade tardia são caracterizadas pelas diferenças, elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes posições de sujeito – isto é, identidades para os indivíduos. Dessa forma as tensões e conflitos existente na comunidade cigana de Utinga é resultado da historicidade de cada sujeito. Destarte, podemos afirmar que a maior zona de conflito situa entre sujeitos com uma identidade pautada no conservadorismo descrito pelos iluministas com um eu permanente – uma identidade de cunho essencialista, a qual é defendida pelos gerentes responsáveis pela preservação da tradição cigana, e os jovens sujeitos culturais de um mundo pós-moderno, descrito por Hall (1987), composto não mais de uma única identidade, mais de uma variedade de “identidades” que não são unificadas em torno de um eu permanente como querem e defende os responsáveis pela preservação da tradição cigana. Esse dualismo cultural, essa inserção em novas redes de sociabilidade ainda vão trazer diversas mudanças para o mundo sociocultural cigano, sendo necessárias muitas negociações no decorrer do tempo entre seus membros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**, Tradução Miguel Serras Pereira, Antropos. 2005.

BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Tradução de Myrian Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves – Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998. 395 p. Coleção Humanitas. BRANDÃO, Carlos Rodrigues.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bernard Brasil, 2003.

_____. **Escritos de Educação**, Org.: Nogueira, Maria Alice e Catarini, Afrânio, Petrópolis, Vozes, 1998,

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 23 dez. 1996 a. p. 27894.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/DF No. 3, de 2004** (Relatora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva).

BRASIL. **Resolução No. 1, de 17 de junho de 2004, do CNE/MEC**, que “institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. Disponível em 11.09.09

CANDAU, Vera Maria (Org.): **Reinventar a escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CARDOSO, Roberto de Oliveira. **Caminhos da Identidade: Ensaio sobre etnicidades e multiculturalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CASA-NOVA, M. **Etnicidade gênero e escolaridade: Estudo em torno da socialização do gênero feminino numa comunidade cigana de um bairro periférico da cidade do Porto**. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto [Dissertação de mestrado, documento policopiado], 1999.

CASTELLS, M. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. Vol. 2: O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHINA, José B de Oliveira. **Os ciganos do Brasil**. In: MOTA, Ático Vilas da (Org.). Ciganos - Antologia de Ensaio. Brasília: Thesarus, 2004 .

CORTESÃO, Luiza. **Pontes para outras viagens escola e comunidade cigana**: representações recíprocas. Editor Alto Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas, 2005.

COSTA, Livia Fialho. Notas sobre formas contemporâneas de vida familiar e seus impactos na educação dos filhos. In: NASCIMENTO, Antonio Dias; HETKOWSKI, Tânia Maria (Org.). **Educação e contemporaneidade**: pesquisas científicas e tecnológicas. Salvador: EDUFBA, 2009.

COSTA, Maria Lopes da. **Ciganos em terras brasileiras**. Rio de Janeiro: Revista de História, ano 2, nº 14, Nov./2006.

DAYRELL, J. **A escola como espaço sócio-cultural**. in: Dayrell, J. Múltiplos Olhares sobre Educação e Cultura Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

EDUARDO, Costa Dias et al. **Comunidades ciganas**: representações e dinâmica de exclusão–integração. Editor Alto Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas, 2006.

Enciclopédia Digital Época. Editora Globo.

FAZITO, Dimitri. **Transnacionalismo e etnicidade**: Romanesthán, nação cigana imaginada (DISSERTAÇÃO) 212 pp. Belo Horizonte: Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

FERNÁNDES, Enguita, Mariano. **Educar em tempos incertos**. Tradu. Fátima Murad – Porto Alegre: Artmed, 2004.

FONSECA, E. **Representações sociais das comunidades ciganas e não cigana**: Implicações para a integração social. Porto: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2005.

FONSECA, Isabel. **Enterrem-se em pé**: os ciganos e a sua jornada. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na Civilização** – RJ: Ed.Imago, 1974

GARCIA Canclini, Nestor. **Culturas da Ibero-américa** : Diagnostico e propostas para seu desenvolvimento/ Néstor García Canclini, Coordenador acadêmico; Tradução Ana Venite Fuzato.- São Paulo: Moderna, 2003.

_____. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução Heloisa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4. ed. – São Paulo: Gêneses, 2003

GASPARET, M. **Os ciganos de Deus na Cultura milenar dos Ciganos**. São Paulo: Editora Paulus, 1999.

GIMENO SACRISTÁN, J. **Currículo e diversidade cultural**; in: Silva, T.T. e Moreira, A. (org) Territórios Contestados Rio.

GIROUX, H. **Praticando Estudos Culturais nas Faculdades de Educação**; in: Silva, T. T. (org) Alienígenas na sala de aula. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GONÇALVES, Alda et al. **Tradição e perspectiva nos meandros da economia cigana**: circuitos peri-econômica na Grande Lisboa. Editor Alto Comissariada para Imigração e Minorias Étnicas, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Dp&A, 1999.

_____. **A identidade e a Diferença** : perspectiva dos estudos culturais, Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **Da Diáspora Identidades e mediações Culturais**, organizador: liv Sovik , tradução Resende Guardia La , Adelaine et al., Belo Horizonte Editora UFMG, 2006

_____. **Quem precisa de identidade?** In: Silva Tomas Tadeu da (org.), Alienígenas na sala de aula. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna, uma pesquisa sobre as origem das mudanças cultural**. Tradução Adail UBIRAJARA Sobral e Maria Stela Gonçalves; Loyola, 2005

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU,1986.

MELO, F. J. Dantas de. **Os ciganos Calon de Mambai** : a sobrevivência de sua Língua, Brasília: Editora Thesarus, Brasília 2005.

MENDES, Maria Manuela. **Um olhar sobre a identidade e a alteridade**: Nós, os Ciganos e os Outros, os Não Ciganos. IV Congresso Português de Sociologia. Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dca6711183_1.PDF Acessado em: 31/03/2009.

MOONEN, Frans. **Ciganos Calon na cidade de Sousa, Paraíba**. MOTA, Ático Vilas da (Org.). Ciganos - Antologia de Ensaios. Brasília: Thesarus, 2004.

_____. **Ciganos na Europa e no Brasil**. Recife: Edição Universitária, 1996.

_____. **Ciganos Rom, Sinti E Calon**. Núcleos de Estudos Ciganos, 2000.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2002.

MORAES FILHO, Mello. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

MOTA, Ático Vilas da (Org.). **Ciganos** - Antologia de Ensaios. Brasília: Thesarus, 2004.

NEDER, G. **Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil**., pp. 26-46. Cortez Editora/UNICEF, 1994.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Trajetórias escolares, estratégia e classes sociais**. Teoria & Educação, nº 3, 1991.

NORBERT, Elias. **A sociedade dos Indivíduos**. Org.: Michel Schroter; Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Edit Jorge Zahar, 1994.

PAIVA, Assé de. **Brumas da História do Brasil, Ciganos & Escravos**, 2006.

PIERONI, Geraldo. **Vadios e ciganos, heréticos e bruxas**: os degredados no Brasil-colômbia/Geraldo Pieroni. - 3ª ed.- Rio de Janeiro; Bertrand Brasil: 2006.

POUTIGNAT, Philipp; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

SAMARA, E. M. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SAMARA, E. M. **Tendências atuais da história da família no Brasil**. Em Ângela Mendes de Almeida (Org.), *Pensando a Família no Brasil: da Colônia à Modernidade*, 25-36. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Editora da UFRRJ, 1987.

SENNÁ, Ronaldo de Salles. **A seda esgarçada: Configuração Sócio-Cultural dos Ciganos de Utinga**. Editora - UEFS, 2005.

SINGLY, François de. **“O Nascimento do Indivíduo individualizado e seus efeitos na Vida Conjugal e Familiar”**. In PEIXOTO, Clarice et al. *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

TEIXEIRA, R. **Correrias de ciganos pelo território mineiro (1808-1903)** Dissertação, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 225 pp. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.

_____. **Os ciganos**. 2000. Disponível em:
<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/ciganos02.html> Acessado em: 31/03/2010.